

VIII Legislatura
IX Sessão do Plenário Jovem

Horta, Quinta-Feira, 24 de Abril de 2008

Presidente: *Deputado Alexandre Mendonça (Substituído no decorrer da Sessão pelo Vice-Presidente Higino Fonseca, posteriormente substituído pela Vice-Presidente Deputada Renata Rodrigues).*

Secretários: *Deputados Silvana Bilé e Paulo Andrade.*

“Açores: Região Ultra-Periférica no contexto da União Europeia”

SUMÁRIO

Reunidos no dia 23 de Abril, procedeu-se à eleição dos Srs. Deputados que integraram a Mesa da IX Sessão do Plenário Jovem, ficando assim constituída:

- Presidente: Deputado Alexandre Mendonça (22 votos);

- Vice-Presidente: Deputado Higino Fonseca (12 votos);

Verificando-se um empate, procedeu-se a nova votação. Foram eleitos:

- Vice-Presidente: Deputada Renata Rodrigues (27 votos);

- Secretário: Deputada Silvana Bilé (15 votos);

- Secretário: Paulo Andrade (9 votos).

No dia 24 de Abril, pelas 10 horas e 10 minutos, iniciou-se a Sessão Plenária.

Após a chamada dos Srs. Deputados, proferiu umas breves palavras de boas-vindas o Sr. Vice-Presidente da ALRAA, Deputado Costa Pereira (PSD).

No **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, foram apresentados diversos votos.

- **Votos de Congratulação pela realização do IX Plenário Jovem**, apresentados pelas Escolas Secundárias Antero Quental, da Graciosa, Lagoa, Manuel Arriaga, Nordeste, Laranjeiras e Ribeira Grande.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Beatriz Oliveira (S. Miguel), Patrícia Silva (Graciosa), Marina Botelho (Lagoa), Ivo Xavier (Faial), Óscar Teixeira (S. Miguel), Mariana Ormonde (S. Miguel), Raquel Faria (S. Miguel).

Submetidos à votação, os votos apresentados pelas Escolas Secundária de Antero Quental, Lagoa, Manuel de Arriaga e Nordeste foram aprovados

por unanimidade. Os votos apresentados pelas Escolas Secundárias da Graciosa, Laranjeiras e Ribeira Grande foram aprovados por maioria.

- **Voto de Congratulação “ao Governo Regional dos Açores, pela forma divulgou o Programa Escola – cada aluno um computador; professor – cada professor um computador; oportunidades – cada formando um computador”**, apresentado pela Escola Básica e Secundária da Graciosa.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Carlos Espínola (*Graciosa*), usou da palavra o Sr. Deputado Higinio Fonseca (*S. Miguel*).

Submetido à votação, o voto foi rejeitado por maioria.

- **Voto de Congratulação**, novamente apresentado pela Escola Básica e Secundária do Nordeste, **pela “celebração do Ano Europeu do Diálogo Intercultural.”**

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado André Couto (*S. Miguel*), seguiu-se a votação, tendo-se registado a aprovação do voto por maioria.

- **Voto de Louvor**, apresentado pela Escola Secundária Vitorino Nemésio, à **“Associação de Jovens da Fonte do Bastardo”**, o qual foi aprovado por maioria.

O voto supra-citado foi apresentado pela Sra. Deputada Celeste Costa (*Terceira*).

- **Voto de Louvor à Escola Secundária Antero de Quental por distinguir os alunos que tenham uma média anual de 16 valores no secundário e nível 5 no 3ª ciclo.**

A apresentação do voto coube à Sra. Deputada Sarah Stokreef (*S. Miguel*).

Aberto o debate, usou da palavra o Sr. Deputado João Azevedo (*S. Jorge*).

Submetido à votação o voto foi rejeitado por maioria.

- **Voto de Protesto “pelas declarações proferidas pelo Presidente do Executivo Regional da Madeira, aquando da visita de Sua Excelência o Presidente da República, à Madeira,** apresentado pela Escola Secundária Antero de Quental.

O voto foi aprovado por maioria, não sem antes ter usado da palavra, para fazer a sua apresentação, o Sr. Deputado João Sousa (*S. Miguel*).

- **Voto de Protesto pelo facto de os jovens açorianos não terem um acesso facilitado, em termos de deslocação, a eventos como os promovidos pela FIL.**

Apresentado novamente pelo Sr. Deputado João Sousa (*S. Miguel*), o voto foi aprovado por maioria.

Seguiu-se a **apresentação do tema** pelo Sr. Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa (*Dr. Rodrigo Oliveira*).

Aberto o debate, usaram da palavra, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados André Couto (*S. Miguel*), Beatriz Machado (*S. Miguel*), Luís Correia (*Graciosa*), Sara Borges (*S. Miguel*), Nuno Cunha (*Graciosa*), Patrícia Silva (*Graciosa*), Mónica Pimentel (*S. Miguel*), Higinio Fonseca (*S. Miguel*), João Sousa (*S. Miguel*), Renata Rodrigues (*Faial*), Patrícia

Castanheira (*Terceira*), Ana Matias (*S. Miguel*), Tiago Fernandes (*S. Miguel*), Cátia Amaral (*S. Miguel*), Mariana Botelho (*S. Miguel*).

Para prestar esclarecimentos, usaram da palavra o Sr. Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa (*Dr. Rodrigo Oliveira*), e os Srs. Deputados Marina Matos (*PS*) e José Manuel Bolieiro (*Presidente da Comissão de Política Geral*).

No período de **tratamento de assuntos de interesse político relevante**, proferiram intervenções os Srs. Deputados Carolina Ormonde (*S. Miguel*), Mónica Pimentel (*S. Miguel*), Paula Sousa (*Faial*), Cátia Amaral (*S. Miguel*), Carlos Espínola (*Graciosa*), João Sousa (*S. Miguel*), Sofia Cascais (*Terceira*), Luís Senra (*S. Miguel*).

No **Período da Agenda da Reunião**, foram apresentadas, debatidas e votadas as seguintes propostas:

- **Política de Juventude que reforce a participação jovem não só com o exterior (resto da Europa), mas também com as 9 ilhas do Arquipélago dos Açores**, apresentada pela Escola Secundária Antero de Quental.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Henrique Arruda (*S. Miguel*), seguiu-se o debate com a participação dos Srs. Deputados Ivo Xavier (*Faial*) e Carolina Cabeceiras (*S. Jorge*).

Submetida à votação, a proposta foi rejeitada por maioria.

- que seja **leccionado aos alunos no ensino básico matéria relativa à União Europeia**, apresentada pela Escola Básica e Secundária da Graciosa.

Apresentada a proposta pelo Sr. Deputado Luís Correia (*Graciosa*), usaram da palavra os Srs. Deputados Carolina Ormonde (*S. Miguel*), Beatriz Machado (*S. Miguel*), Beatriz Oliveira (*S. Miguel*), Patrícia Castanheira (*Terceira*) e o Sr. Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa (*Dr. Rodrigo Oliveira*).

A proposta em apreço foi aprovada por maioria.

- **criação de centros de energia das ondas**, apresentada pela Escola Secundária da Lagoa.

Para apresentar a proposta usou da palavra a Sra. Deputada Carolina Furtado (*S. Miguel*).

Participaram no debate os Srs. Deputados Higinio Fonseca (*S. Miguel*) e Joana Cordeiro (*S. Miguel*).

A proposta supra-citada foi aprovada por maioria.

- **a defesa dos interesses dos açorianos em relação à Zona Económica Exclusiva**, apresentada pela Escola Secundária Manuel de Arriaga.

A apresentação da proposta coube ao Sr. Deputado Pedro Oliveira (*Faial*) e foi aprovada por maioria.

- **criação de um programa de inter-câmbio juvenil para os alunos do ensino secundário e universitário**, apresentada pela Escola Básica e Secundária de Velas.

Usaram da palavra os Srs. Deputados João Azevedo (*S. Jorge*), a quem coube a apresentação do diploma, Mariana Ormonde (*S. Miguel*), Carolina Cabeceiras (*S. Jorge*), Henrique Arruda (*S. Miguel*), Sara Silveira (*S. Jorge*), João Sousa (*S. Miguel*) e a Sra. Deputada Regional Mariana Matos (*PS*).

A proposta supra-citada foi aprovada por maioria.

- em que pretende um **crescimento económico e a aproximação da nossa Região com a União Europeia**, apresentada pela Escola Secundária das Laranjeiras.

A apresentação da proposta coube à Sra. Deputada Ana Sofia Sousa (*S. Miguel*), usando também da palavra as Sras. Deputadas Filipa Filipe (*Terceira*) e Carolina Ormonde (*S. Miguel*).

A proposta foi aprovada por maioria.

- **medidas, para as Regiões Ultraperiféricas, relativas ao mar e às ligações aéreas**, apresentada pela Escola Básica e Secundária do Nordeste. Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Tiago Fernandes (*S. Miguel*), usou da palavra a Sra. Deputada Patrícia Castanheira (*Terceira*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por maioria.

- **Promoção sustentável do turismo nas zonas rurais.**

Esta proposta foi apresentada pela Escola Secundária da Ribeira Grande e usou da palavra a Sra. Deputada Sara Borges (*S. Miguel*).

Sobre a mesma usaram da palavra os Srs. Deputados Carlos Espínola (*Graciosa*) e Luís Senra (*S. Miguel*).

A proposta foi aprovada por maioria.

- pretende **qualificar os recursos endógenos, de modo a valorizar a cultura e costumes açorianos**, apresentada pela Escola Secundária das Laranjeiras,

Usou da palavra a Sra. Deputada Sofia Lopes (*S. Miguel*), para fazer a apresentação da proposta, e o Sr. Deputado Ivo Xavier (*Faial*).

A proposta foi aprovada por maioria.

- **Implementação de voos Low Cost na Região Autónoma dos Açores**, apresentada pela Escola Secundária de Lagoa.

- **criação de medidas que possibilitem a diminuição dos custos dos transportes, nomeadamente passagens aéreas**, apresentada pela Escola Secundária Manuel Arriaga.

A apresentação das propostas coube nomeadamente às Sras. Deputadas Joana Cordeiro (*S. Miguel*) e Cátia Escobar (*Faial*), usando posteriormente da palavra os Srs. Deputados Higinio Fonseca (*S. Miguel*), Alexandre Mendonça (*S. Jorge*) e Ivo Xavier (*Faial*).

Submetidas à votação, as propostas foram votadas separadamente e registaram a aprovação por maioria.

- **preservação do ambiente nas nossas ilhas**, apresentada pela Escola Secundária das Laranjeiras

Para apresentar o diploma usou da palavra a Sra. Deputada Ana Rita Matias (*S. Miguel*), seguindo-se o debate com a participação dos Srs. Deputados Beatriz Oliveira (*S. Miguel*), Andreia Batista (*Faial*), Higinio Fonseca (*S. Miguel*), Sara Silveira (*S. Jorge*), Carlos Espínola (*Graciosa*), Carolina Cabeceiras (*S. Jorge*), Ivo Xavier (*Faial*), João Azevedo (*S. Jorge*), João Sousa (*S. Miguel*) e Sofia Cascais (*Terceira*).

A proposta foi aprovada por maioria.

- Projecto de Decreto Legislativo Regional que aprova um conjunto de medidas de integração dos Jovens Açorianos na Europa, apresentado pela Escola Secundária Vitorino Nemésio.

Apresentado o projecto pela Sra. Deputada Patrícia Castanheira (*Terceira*), pediram esclarecimentos os Srs. Deputados Paula Sousa (*Faial*) e Ivo Xavier (*Faial*).

Submetido à votação o projecto foi aprovado por maioria, na generalidade, especialidade e em votação final global.

Antes do encerramento dos trabalhos, proferiram intervenções de despedida os Srs. Deputados Mariana Matos (*PS*) e José Manuel Bolieiro (*Presidente da Comissão de Política Geral*) e o Sr. Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa (*Dr. Rodrigo Oliveira*).

Por fim, foi apresentada e aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação que declara finda a IX Sessão do Plenário Jovem**.

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 10 minutos)

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada dos Srs. Deputados.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

ESCOLA SECUNDÁRIA MANUEL DE ARRIAGA

Andreia Filipa Garcia Nunes **Batista**

Cátia Sofia Fraga **Escobar**

Ivo Tiago Ataíde **Xavier**

Paula Sousa

Pedro Filipe Trocades de **Oliveira**

Renata Denise Amaral **Rodrigues**

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE VELAS

Alexandra Pires

Alexandre Mendonça
Carolina Cabeceiras
João Azevedo
Rui Oliveira
Sara Silveira

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DA GRACIOSA

Carlos Espínola
Luis Correia
Nuno Cunha
Patrícia Silva

ESCOLA SECUNDÁRIA VITORINO NEMÉSIO

Alberto Gomes
Celeste Costa
Filipa Filipe
Leila Monteiro
Miguel Cristóvão
Miriam Ferreira
Patrícia Castanheira
Patrícia Moreira
Raquel Nogueira
Silvana Borges
Sofia Cascais

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE NORDESTE

André Couto
Mónica Pimentel
Óscar Teixeira
Tiago Fernandes

ESCOLA SECUNDÁRIA ANTERO DE QUENTAL

Beatriz Oliveira
Henrique Arruda
Higino Fonseca
João Sousa
Sarah Stokreef

ESCOLA SECUNDÁRIA DAS LARANJEIRAS

Ana Matias
Ana Sousa
Carolina Ormonde

Mariana Ormonde
Silvana Bilé
Sofia Lopes

ESCOLA SECUNDÁRIA DE LAGOA

Beatriz Machado
Carolina Furtado
Cátia Amaral
Joana Cordeiro
Mariana Botelho

ESCOLA SECUNDÁRIA DA RIBEIRA GRANDE

Lúcia Rodrigues
Luís Senra
Paulo Andrade
Raquel Faria
Sara Borges

Presidente: Estão presentes 52 Srs. Deputados. Temos quórum. Pode entrar o público.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos queria pedir para não usarem o telefone para “conversa de café”, passe a expressão, porque estamos com problemas na central e estão a congestionar as linhas.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Dr. Costa Pereira, para proceder à abertura da IX Sessão do Plenário Jovem.

Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Dr. Costa Pereira): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos.

É uma alegria ver esta sala, onde se aprovam as leis que governam os Açores, cheia de jovens que aderiram a mais esta iniciativa do Plenário Jovem.

Esta é uma excelente forma, a pretexto da análise e do debate de um tema que vos é proposto, dos alunos das nossas escolas tomarem conhecimento e tomarem contacto com a vida política, naquilo que ela tem de mais nobre, que é o cidadão, durante um período da sua vida, dar à comunidade a sua colaboração no Governo e na Administração da cidade – a Polis, como lhe

chamavam os gregos –, daí vindo a palavra política no sentido que nos transmitiu aquele povo.

É por isso com alegria que vos saúdo no exercício que hoje estão aqui a fazer dessa nobre missão política – dar o vosso contributo para adopção de medidas que melhorem a nossa vida em comunidade.

Meus caros deputados jovens: sejam bem-vindos e que esta iniciativa seja para todos vós enriquecedora.

Na pessoa do Sr. Presidente da Mesa e dos Srs. Secretários cumprimento todos vocês!

Uma palavra de saudação para os meus colegas professores que aqui estão e que nas escolas são os primeiros dinamizadores e coordenadores desta iniciativa. É com o seu trabalho, o seu empenho e a sua motivação que (não tenho dúvidas!) este Plenário Jovem já é o que é: uma iniciativa que nos distingue e honra no contexto nacional.

Saúdo também o orador desta sessão, o Sr. Director Regional dos Assuntos Europeus e da Cooperação Externa e agradeço ter-se associado a este Plenário Jovem.

Uma palavra final para os Srs. Deputados Regionais, representantes dos partidos políticos com assento nesta Assembleia, e que aqui vão estar convosco para vos ajudar a debater e tratar deste tema.

Saúdo particularmente o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, Presidente da Comissão de Política Geral, que é, dentro das várias comissões permanentes que a Assembleia Legislativa tem, aquela que especificamente tem a seu cuidado a temática europeia. Saúdo, portanto, nele todos os membros dessa comissão.

Meus caros jovens, termino, porque o tempo é vosso, fazendo votos de que tenham um bom trabalho e de que este IX Plenário Jovem seja a confirmação do sucesso e da importância que as edições anteriores já demonstraram ter.

Muito obrigado a todos e votos sinceros de muito bom trabalho.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Obrigado Sr. Vice-Presidente pelas suas amáveis palavras.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente da Assembleia, Caros Convidados:

Vamos dar início ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

Deram entrada na Mesa diversos votos de congratulação, 2 votos de louvor e 2 votos de protesto.

Para apresentar o **Voto de Congratulação pela realização do IX Plenário Jovem**, tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Oliveira Representante da Escola Secundária Antero Quental.

Deputada Beatriz Oliveira (S. Miguel): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Voto de Congratulação

Neste dia em que se realiza mais uma sessão do Plenário Jovem, não podemos deixar de congratular a Assembleia Legislativa Regional pela organização deste evento que não só viabiliza a possibilidade de vivenciar de perto a vida política, como também proporciona um espaço em que jovens provenientes de várias ilhas podem conhecer outras realidades e dar a conhecer as suas ilhas de origem.

Bem hajam.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Srs. Deputados, uma vez que temos mais votos do mesmo teor, vamos proceder à sua apresentação e logo de seguida abriremos o debate.

Assim, tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Silva, Representante da Escola Básica e Secundária da Graciosa.

Deputada Patrícia Silva (Graciosa): Exmo. Sr. Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Voto de Congratulação

Em nome da Escola Básica e Secundária da Graciosa queremos propor um voto de congratulação pela realização da IX Sessão do Plenário Jovem e a oportunidade que nos foi concedida em visitar a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e em conhecer outros jovens, tendo a possibilidade de trocar ideias, opiniões, questões e preocupações.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Botelho, Representante da Escola Secundária da Lagoa, para fazer a apresentação do voto.

Deputada Mariana Botelho (S. Miguel): Exmo. Sr. Vice-Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores; Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos; Exmos. Convidados; Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Voto de Congratulação

Em nome da Escola Secundária de Lagoa, da ilha de São Miguel, queremos propor um voto de congratulação pela realização do IX Plenário Jovem e pela oportunidade que nos foi concedida, tanto a nós como aos nossos colegas, de conhecer a Assembleia Legislativa Regional dos Açores e de expressar as nossas ideias e opiniões sobre o tema em debate.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ivo Xavier, Representante da Escola Secundária Manuel de Arriaga para fazer a apresentação do voto.

Deputado Ivo Xavier (Faial): Sr. Presidente da Mesa, Secretários, Sr. Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Convidados, Srs. Deputados, Meus Senhores e Minhas Senhoras:

Voto de Congratulação

Considerando que a cidadania visa desenvolver o conhecimento, as atitudes e os valores que permitam ao jovem desempenhar um papel activo na comunidade;

Considerando que é fundamental que o jovem compreenda que pode ter influência e que pode marcar a diferença na respectiva comunidade em que se insere;

Propomos um voto de congratulação à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pela iniciativa de proporcionar aos jovens dos Açores a possibilidade de poderem, não só usufruir deste espaço nobre da Autonomia, como também de poderem debater assuntos tão relevantes como o que hoje vai estar em foco.

Obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Óscar Teixeira, Representante da Escola Básica e Secundária do Nordeste, para fazer a apresentação do voto.

Deputado Óscar Teixeira (Nordeste): Exmo. Sr. Vice-Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Voto de Congratulação

Em nome da Escola Básica e Secundária do Nordeste, queremos propor um voto de congratulação pela realização do IX Plenário Jovem e pela oportunidade que nos foi concedida, tanto a nós como aos nossos colegas, de conhecer a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e de aqui expressar as nossas ideias e opiniões sobre o importante tema que se encontra em debate.

Obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Ormonde, Representante da Escola Secundária das Laranjeiras para fazer a apresentação do voto.

(*) **Deputada Mariana Ormonde (S. Miguel):** Exmo. Sr. Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Política Geral, Exmos. Srs. Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exmo. Sr. Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa, Caros Srs. Deputados ao IX Plenário Jovem, Caros Convidados e Convidadas, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Voto de Congratulação

Em nome da Escola Secundária das Laranjeiras gostaríamos de apresentar a V. Exa. Sr. Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Dr. Costa Pereira, um agradecimento sincero pelo convite que nos foi endereçado a fim de estarmos presentes neste local como participantes activos no IX Plenário Jovem.

Este local, símbolo máximo da Autonomia açoriana e do Governo dos Açores, pelos açorianos, é para nós, jovens, a pedra angular da nossa já solidificada Democracia, solicitando ainda que de tal facto e de tal agradecimento dê conhecimento a Sua Excelência o Presidente da

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Dr. Fernando Menezes.

No momento em que se celebra os 34 anos da Democracia Portuguesa cuja solene data será celebrada amanhã, dia 25 de Abril, aproveitamos ainda para agradecer a todos aqueles que, de forma indelével, combateram e nos deram o privilégio de aqui estar hoje.

A todos os portugueses, de ontem e de hoje, o nosso honesto e cordial bem-haja!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Raquel Faria, Representante da Escola Secundária da Ribeira Grande para fazer a apresentação do voto.

(*) **Deputada Raquel Faria (S. Miguel):** Exmo. Sr. Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exmos. Convidados, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Voto de Congratulação

Em nome da Escola Secundária da Ribeira Grande gostaríamos de apresentar a V. Exa. Sr. Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Dr. Costa Pereira, o nosso agradecimento pelo convite que nos foi endereçado a fim de estarmos presentes neste local, símbolo da Autonomia Açoriana, participantes activos do IX Plenário Jovem.

A todos os portugueses, de ontem de hoje, o nosso honesto e cordial bem-haja!

Obrigada.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Apresentados os Votos de Congratulação, está aberto o período de inscrições para debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o Voto de Congratulação apresentado pela Escola Secundária Antero Quental, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com o Voto de Congratulação apresentado pela Escola Básica e Secundária da Graciosa, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado com 51 votos a favor e 1 voto contra.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com o Voto de Congratulação apresentado pela Escola Básica e Secundária da Lagoa, façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com o Voto de Congratulação apresentado pela Escola Secundária Manuel de Arriaga, façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com o Voto de Congratulação apresentado pela Escola Básica e Secundária do Nordeste, façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com o Voto de Congratulação apresentado pela Escola Secundária das Laranjeiras, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado com 50 votos a favor e 2 votos contra.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com o Voto de Congratulação apresentado pela Escola Secundária da Ribeira Grande, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado com 48 votos a favor e 4 votos contra.

Presidente: Passamos ao **Voto de Congratulação “ao Governo Regional dos Açores, pela forma como divulgou o Programa Escola – cada aluno um computador; professor – cada professor um computador; oportunidades – cada formando um computador”**, apresentado pela Escola Básica e Secundária da Graciosa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Espínola.

Deputado Carlos Espínola (Graciosa): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Voto de Congratulação

Tendo em consideração a importância das tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, como é o caso dos Açores; tendo em consideração o empenho demonstrado pelos sucessivos governos socialistas em desenvolver e fazer chegar aos açorianos essas tecnologias de informação, propomos um voto de congratulação ao Governo Regional dos Açores, particularmente a Direcção Regional de Educação pela forma como divulgou o Programa “escola – cada aluno um computador; professor – cada professor um computador; oportunidades – cada formando um computador”.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Está aberto o período de debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Higinio Fonseca.

(*) **Deputado Higinio Fonseca** (*S. Miguel*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Em primeiro lugar, bom dia a todos.

A minha posição relativamente ao voto apresentado será contra.

Como todos sabemos isso foi um plano nacional, proposto pelo Governo, inserido no Plano Escolas, e acabou por chegar um bocado atrasado à Região Autónoma dos Açores.

O que é que eu quero dizer com isto?

Em primeiro lugar, as inscrições seriam feitas por parte das operadoras e agora a inscrição é feita a partir de um *site* atribuído às escolas. As escolas distribuíram uma comunicação interna em que se terá que fazer o registo.

Eu já estou registado nesse plano, inclusive tenho um familiar que está inscrito desde o mês de Setembro (não queria referir a operadora mas terei mesmo que o fazer) na TMN, porque a TMN foi a principal activista neste processo. Desde essa altura não tivemos qualquer contacto, qualquer código de acesso de pré-registo.

A minha pergunta é a seguinte:

Será que realmente este processo da entrega dos portáteis está a ser bem conduzido relativamente à normalidade que está a decorrer no território nacional?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Espínola.

(*) **Deputado Carlos Espínola** (*Graciosa*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Eu inscrevi-me no programa e já fui contactado pela entidade para receber o computador. Muitos colegas e professores da minha escola já receberam.

A questão que se coloca aqui é que nem todas as pessoas têm capacidade financeira para desembolsar 700 ou 800 euros para comprar um portátil.

Na realidade, a DRE, ao ter aderido a este programa, veio dar oportunidade a muitos jovens e formandos para adquirirem um computador por 150 euros. Na minha opinião considero uma grande oportunidade para os alunos.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Higinio Fonseca.

(*) **Deputado Higinio Fonseca** (*S. Miguel*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Mais uma vez concordo plenamente com a afirmação do Sr. Deputado, porque realmente para alunos do secundário é sempre muito difícil desembolsar 700 ou 800 euros.

Agora, a minha questão não se baseia inteiramente nesse ponto de vista, de ser proporcionada essa oportunidade. Considero uma boa iniciativa.

A minha questão é: será que o processo está a bem ser conduzido na Região Autónoma dos Açores para estarmos a congratular-nos?

Será que está a decorrer com normalidade?

Eu falei no caso de um familiar, mas conheço casos na minha escola, inclusive já apareceu em diversos meios de comunicação social e ainda não foi distribuído nenhum, ou pouquíssimos foram atribuídos. Aliás, a escola não tinha qualquer código de acesso desde o início do ano. Como disse, o pré-registo terá que ser feito no *site* da Secretaria Regional da Educação.

Será que o processo estará a decorrer com normalidade para ser congratulado, ou será que deveríamos apresentar um voto de protesto por toda esta demora que está a acontecer?

Presidente: Srs. Deputados, como não dispomos de muito tempo, dou por encerrado este debate e vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o Voto de Congratulação apresentado, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

Secretário: O Voto de Congratulação foi rejeitado com 19 votos contra, 8 votos a favor e registou 20 abstenções.

Presidente: Segue-se mais um **Voto de Congratulação**, novamente apresentado pela Escola Básica e Secundária do Nordeste, pela **“celebração do Ano Europeu do Diálogo Intercultural.”**

Tem a palavra o Sr. Deputado André Couto.

Deputado André Couto (*S. Miguel*): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exmos. Convidados, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Voto de Congratulação

Tendo em consideração que residimos na União Europeia, uma comunidade com vinte e sete estados-membros, e que esta apresenta uma enorme variedade de línguas, culturas e tradições que devem ser preservadas, queremos propor um voto de congratulação pela celebração do Ano Europeu do Diálogo Intercultural e por todas as iniciativas desenvolvidas no seu âmbito.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está aberto o período de inscrições para debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o Voto de Congratulação apresentado, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado com 44 votos a favor, 2 votos contra e registou 6 abstenções.

Presidente: Passamos a um **Voto de Louvor**, apresentado pela Escola Secundária Vitorino Nemésio, à “**Associação de Jovens da Fonte do Bastardo**”.

Tem a palavra a Sra. Deputada Celeste Costa.

Deputada Celeste Costa (Terceira): Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Caros Convidados:

Voto de Louvor

A Associação de Jovens da Fonte do Bastardo é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 21 de Outubro de 1975, tendo sido oficializada em 8 de Outubro de 1979. Foi declarada de Utilidade Pública por Despacho de S. Ex.^a o Presidente do Governo Regional dos Açores, de 29 de Outubro de 2002.

Estatutariamente tem por objecto a promoção desportiva, cultural, recreativa e social da Juventude em particular e do povo em geral da freguesia de Fonte do Bastardo.

Logo após a sua fundação, a A.J.F.B. dedicou-se à prática do Voleibol, modalidade já então com tradições na freguesia.

A primeira equipa representante desta instituição foi uma equipa de Juniores Masculinos que competiu ao nível de Ilha e Regional (1976/1977).

Na época de 1999/2000 os Seniores Masculinos da A.J.F.B. sagraram-se Campeões Regionais, ascendendo à 2ª Divisão Nacional, onde se mantiveram durante três temporadas.

Na época de 2002/2003 ascenderam à Divisão A2 Nacional onde, na época de estreia, alcançaram um brilhante 3º lugar (2003/2004).

Na época 2004/2005 foi Campeã Nacionais da Divisão A2 e, conseqüentemente, ascendeu à divisão maior do Voleibol português – Divisão A1 Masculina.

Na época de 2005/2006 alcançou o 5º lugar na Fase Regular garantindo, deste modo, a manutenção entre a elite do Voleibol nacional, posição que confirmou nos Play-Off finais. Neste mesmo ano esteve presente na meia-final da Taça de Portugal.

Na época 2006/2007 repetiu a classificação final da época anterior – 5º lugar.

Finalmente na época 2007/2008 alcançou o 3º lugar no Campeonato Nacional da Divisão A1 e as meias-finais da Taça de Portugal.

Neste momento a Associação de Jovens da Fonte do Bastardo tem cerca de 250 atletas, divididos pelas modalidades de: Voleibol - Seniores masculinos A e B, Seniores Femininos, Juniores Femininos, Juvenis, iniciados e minis em ambos os sexos e Futsal - Seniores masculinos, Juniores B, C e D.

Pelos relevantes serviços prestados na promoção desportiva, recreativa e social, na formação e integração dos jovens e na divulgação do concelho, da ilha Terceira e dos Açores propomos este voto de louvor e reconhecimento público.

Obrigada.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Uma vez apresentado o voto, está aberto o período de inscrições para debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o Voto de Louvor apresentado, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

Secretário: O Voto de Louvor foi aprovado com 33 votos a favor e 16 abstenções.

Presidente: Temos de seguida mais um voto de Louvor.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sarah Stokreef para apresentar o **Voto de Louvor à Escola Secundária Antero de Quental por distinguir os**

alunos que tenham uma média anual de 16 valores no secundário e nível 5 no 3^a ciclo.

Deputada Sarah Stokreef (*S. Miguel*): Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados:

Voto de Louvor

Gostaríamos de aproveitar esta oportunidade para louvar a iniciativa da Escola Secundária Antero de Quental, por anualmente, no dia 18 de Abril, aniversário do seu patrono, distinguir, com um diploma, todos os alunos cujo esforço ao longo do ano anterior se traduziu numa média anual de 16 valores, para o secundário, e nível 5, para o 3^o Ciclo.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Apresentado o voto está aberto o período de inscrições para debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Azevedo.

(*) **Deputado João Azevedo** (*S. Jorge*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Bom dia a todos.

Sra. Deputada Sarah Stokreef, dou os meus parabéns pela média que muitos alunos obtiveram, mas não acha que é um bocadinho falta de humildade vossa virem congratular-se nesta Assembleia por terem uma média alta?

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sarah Stokreef.

(*) **Deputada Sarah Stokreef** (*S. Miguel*): Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Deputado João Azevedo:

Eu não referi que tinha uma média alta, nem me congratulei a mim própria.

O voto de louvor que apresentamos é à iniciativa da escola por incentivar os alunos a terem médias mais altas e, ao mesmo tempo, reconhecer o esforço dos alunos.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o Voto de Louvor apresentado, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

Secretário: O Voto de Louvor foi rejeitado com 31 votos contra, 13 votos a favor e registou 5 abstenções.

Presidente: Temos de seguida dois Votos de Protesto apresentados pela Escola Secundária Antero de Quental.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Sousa para apresentar o **Voto de Protesto “pelas declarações proferidas pelo Presidente do Executivo Regional da Madeira, aquando da visita de Sua Excelência o Presidente da República, à Madeira.**

Deputado João Sousa (S. Miguel): Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados:

Voto de Protesto

Tendo em conta os desenvolvimentos da passada semana, no que diz respeito à visita de Sua Excelência o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, à Madeira, queremos aqui partilhar convosco os nossos mais profundos votos de protesto e desagrado em relação às declarações proferidas pelo presidente do Executivo Regional da Madeira, Dr. Alberto João Jardim.

Fundamentamos os nossos votos de protesto, no facto do Presidente do Governo Regional da Madeira ter recusado uma sessão solene na Assembleia Regional para receber a figura máxima do nosso estado Democrata. Não se ficando pela tremenda ofensa que é a não realização da já mencionada sessão, o Dr. Alberto João Jardim justificou este facto com um vasto leque de acusações também elas difamatórias e de mau tom para os deputados dos partidos da oposição do arquipélago de que é presidente.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Apresentado o voto, está aberto o período de inscrições para debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o Voto de Protesto, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

Secretário: O Voto de Protesto foi aprovado com 15 votos a favor, 12 votos contra e 22 abstenções.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Sousa para apresentar o **Voto de Protesto pelo facto de os jovens açorianos não terem um acesso facilitado, em termos de deslocação, a eventos como os promovidos pela FIL.**

Deputado João Sousa (S. Miguel): Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados:

Voto de Protesto

Queremos manifestar o nosso desagrado pelo facto de os jovens açorianos não terem um acesso facilitado, em termos de deslocação, a eventos como, por exemplo, os promovidos na FIL, onde ocorre divulgação e orientação profissional, tão importante para quem, num futuro próximo, pretende ingressar na universidade e, posteriormente, no mundo do trabalho.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Apresentado o voto, está aberto o período de inscrições para debate.

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o Voto de Protesto, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se levantar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se levantar.

Secretário: O Voto de Protesto foi aprovado com 28 votos a favor, 12 votos contra e registou 9 abstenções.

Presidente: Terminada a apresentação dos votos tem a palavra o Sr. Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa para apresentar o tema “Açores – Região Ultraperiférica no contexto da União Europeia”.

Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa (Rodrigo Oliveira): Obrigado Sr. Presidente da Mesa do Plenário Jovem.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sr. Presidente da Comissão de Política Geral, Sra. Deputada, Sras. e Srs. Professores, Srs. Convidados:

Permitam-me uma primeira palavra de saudação muito especial às Sras. e Srs. Deputados que aqui estão. Gostaria de fazer minhas as palavras do Sr. Vice-Presidente da Assembleia e congratular-me por esta iniciativa, única no país, provavelmente única da União Europeia, e salientar a importância da participação cívica, democrática de toda a sociedade. É por isso indispensável que os jovens, que os Srs. Deputados, comecem desde já a compreender e a participar na vida política da nossa região.

Os senhores serão os nossos futuros Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, serão os nossos futuros Deputados Europeus, membros do Comité das Regiões, Deputados à Assembleia da República, funcionários públicos... enfim, em todas as áreas da vossa actuação, não só política e privada, terão oportunidade e têm a obrigação de defenderem os interesses da nossa querida região.

Temos por isso aqui um tema extremamente importante para o nosso futuro, um tema que será central para a vossa geração. Se há 30 anos a geração de políticos e de açorianos combateu para a afirmação de uma autonomia no âmbito do Estado Português, a geração actual e as gerações

futuras têm um desafio acrescido à afirmação das nossas particularidades, das nossas vantagens, a defesa do nosso desenvolvimento, do nosso bem-estar no seio não só do Estado, mas também da União Europeia, de uma União Europeia alargada. Daí o meu primeiro cumprimento pela escolha do tema.

Gostaria de transmitir à pessoa do Sr. Vice-Presidente da Assembleia Legislativa o meu agradecimento pelo convite e congratular-me pela importância que o tema hoje em debate – os Açores como Região Ultraperiférica no seio da União Europeia – tem precisamente para o nosso futuro.

Esta escolha vem precisamente no âmbito de um período muito importante para o debate sobre a nossa condição de Região Ultraperiférica.

Como todos sabem o ano passado tivemos no segundo semestre a Presidência Portuguesa da União Europeia que permitiu dar uma relevância acrescida não só a Portugal mas às suas regiões ultraperiféricas; vivemos um período de debate (e lá irei mais à frente) sobre o futuro de uma estratégia da União Europeia em favor das suas regiões ultraperiféricas; vivemos um período após a revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores que vem clarificar e aprofundar os poderes da nossa Região na sua actuação externa, em particular em relação à União Europeia. Portanto, este é o momento ideal para poderemos falar aqui um pouco acerca da União Europeia, das suas regiões, das suas regiões ultraperiféricas.

Por isso devo confessar-vos que hesitei num primeiro momento entre vos trazer uma comunicação escrita, mais solene, ou então trazer-vos algumas notas para lançar ao debate. Optei pela segunda escolha. Peço-vos que não encarem isso como uma menor solenidade em relação a este acto, mas, pelo contrário, o respeito pelo vosso trabalho que já vi que tem sido intenso. Portanto, a intenção fundamental será lançar pontos, lançar questões, transmitir-vos alguns conceitos e algumas circunstâncias que muitas vezes não são tão perceptíveis à opinião pública para, precisamente, poder ouvir a vossa opinião, o vosso debate e colocar-me à disposição para esclarecer aquilo que for possível.

Pretendo, então, fazer uma breve apresentação, e aqui peço ao Sr. Presidente da Mesa que no uso das suas prerrogativas regimentais me mande calar quando achar que eu já ultrapassei o meu tempo, sobre a União Europeia. É um conceito, como sabem, difícil de apreender.

Todos nós ouvimos falar em União Europeia, ouvimos falar nos fundos europeus.

O que é isto de União Europeia?

Quais são os benefícios que a União Europeia nos traz?

Vamos encarar em termos muito simples a União Europeia como uma organização que reúne vários Estados que decidiram, a bem da paz e do

desenvolvimento dos seus povos, colocar em comum algumas matérias do seu interesse que acharam que seria conveniente no uso de poderes democráticos e da sua legitimidade exercerem prerrogativas sobre determinadas matérias.

Hoje, por exemplo, matérias como política marítima, política do ambiente e políticas dos transportes não são só decididas pelo Estado, não são só decididas pela Região, são matérias que têm intervenção entre estes três níveis de poder: um poder de decisão da União, um poder de decisão do Estado, um poder de decisão da Região.

Isto chama-nos atenção da importância que há em relação a podermos transmitir e participar na formação da vontade da União Europeia.

O que é que quero dizer-vos com isto?

Como sabem, a União Europeia é formada hoje em dia por 27 Estados-Membros.

Os membros efectivos são os Estados que se reúnem no Conselho Europeu, que reúne os Chefes de Estado e do Governo. Aí, nesta instituição, cabe tomar as decisões mais importantes.

Temos outras instituições, como o Parlamento Europeu que tem adquirido um papel crescente no papel legislativo, como uma voz activa, imperativa no processo legislativo.

Se aqui, na nossa Região, é nesta casa que está o poder legislativo, na União Europeia este é repartido pelo Parlamento e pelo Conselho, pelos Estados e pelos representantes dos povos da Europa.

É importante que nós tenhamos oportunidade de transmitir a nossa voz a estas instituições.

Mas outras instituições existem: a Comissão Europeia que tantas vezes ouvimos falar. À Comissão Europeia cabe propor e executar as diversas medidas políticas e legislativas da União Europeia. Portanto, é também muito importante poder transmitir à União Europeia e à Comissão Europeia os nossos problemas, as nossas potencialidades.

Por outro lado, temos mais uma instituição, o Comité das Regiões, que é a casa não da representação democrática directa dos eleitores de cada país, mas pelo contrário contém os representantes das regiões e das autarquias da Europa.

Feito este cenário institucional da União Europeia gostaria de vos transmitir um pouco os mecanismos que nós, como Região Autónoma e depois veremos como Região Ultraperiférica da Europa, temos de trabalhar, dialogar, transmitir as nossas preocupações à União Europeia.

Muitas regiões existem na Europa. Dependendo do critério poderemos estimar uma média de cerca de 260 regiões.

Qual é o nosso lugar no âmbito de tanta região?

Que lugar temos nós no meio de quase 500 milhões de habitantes?

Em primeiro lugar, temos que ter a noção de que nós, como região, não nos podemos agarrar apenas àqueles condicionalismos que são definidos no tratado. Pelo contrário, temos que nos definir pelas nossas potencialidades, pelas nossas prerrogativas.

Eu estou a transmitir-vos uma perspectiva positiva da União Europeia e depois poderemos falar um pouco em questões menos positivas, porque também existem, mas penso que aqui teremos que ter uma perspectiva optimista. Se não forem os jovens a terem uma perspectiva optimista neste processo da construção europeia, quem mais poderá batalhar pelo nosso futuro? E, de facto, nós, Região Autónoma dos Açores temos um estatuto privilegiado no seio da União Europeia.

Reparem que a maior parte destas 260 regiões não são autónomas, não têm os poderes políticos e legislativos que a nossa região tem. Existem regiões e estados com organizações administrativas territoriais que não têm os seus representantes eleitos directamente pela população, não têm poderes legislativos.

Dos 27 Estados-Membros, por exemplo, apenas 8 têm regiões consideradas autónomas: Portugal, Espanha, Itália, França (não tem com autonomia política legislativa), o Reino Unido (com algumas), a Áustria e a Alemanha com os seus Estados Federados e a Finlândia com as Ilhas Åland.

Começam já a ver que pertencemos a um grupo especial das regiões da União Europeia. Nem todas as regiões têm os mesmos poderes. Nós temos, felizmente, a nossa Autonomia. Temos esta casa que é a sede do poder legislativo da nossa Região. Já pertencemos a cerca de 70/80 regiões no seio destas 260.

Em terceiro lugar, além de região autónoma somos ainda uma Região Ultraperiférica. Não vos vou maçar com os conceitos de Região Ultraperiférica, porque penso que tiveram oportunidade de fazer alguns trabalhos sobre o assunto e todos saberão que o Tratado, agora denominado Tratado de Funcionamento da União Europeia, define-nos, o antigo artigo 299º, nº 2, agora artigo 253º, salvo erro, como uma série de regiões (de 7 regiões) que sofrem de uma série de condicionalismos, como seja: o afastamento do Continente Europeu, o seu relativo isolamento, clima e o relevo difíceis, a consequente dependência da sua economia em relação a um número restrito de produtos.

Todas essas circunstâncias justificaram um estatuto específico, a oportunidade de termos medidas derogatórias, de discriminação positiva e porquê?

Porque nós não somos uma região meramente periférica, nós não somos meramente uma região insular. Muitas outras ilhas existem na Europa, no mediterrâneo, no Norte, no mar do Reino Unido. Porquê então este benefício? Por mera justiça. Porque o tratamento igual pressupõe que as realidades menos desenvolvidas, com mais carências geográficas,

limitações de índole climático e de relevo, como já vimos, com relevância na sua economia tenham o direito de ter um tratamento especial.

Houve um processo gradual de reconhecimento destes nossos condicionalismos, mas hoje em dia há uma obrigação clara da União Europeia que está plasmada num tratado constitutivo desta organização internacional que dá a obrigação de um tratamento preferencial.

As nossas regiões não têm acesso à liberdade de circulação (e nós já vimos hoje aqui um voto acerca deste assunto), por exemplo, como têm as regiões continentais.

Nós aqui não temos tão claramente a percepção do grande benefício que a União Europeia nos trouxe que foi a liberdade de circulação. Também aqui, felizmente, não sofremos as tragédias de uma II Guerra Mundial, mas isto não pode impedir de reconhecer o valor fundamental que a União Europeia nos trouxe que foi a paz na Europa.

Caminhamos por isso em parceria para um futuro melhor, para a melhoria das condições das nossas populações e do desenvolvimento da nossa economia.

Como vimos, 7 regiões da União Europeia (vejam só: apenas 7!) são regiões ultraperiféricas. Cerca de 80 têm poderes legislativos, 7 são regiões ultraperiféricas e destas 7 apenas 3 (Açores, Madeira e Canárias) são regiões dotadas de poderes autónomos e legislativos. Os departamentos ultramarinos franceses, com regiões, têm uma organização muito mais centralizada e não autónoma. Isto para vos transmitir uma mensagem de que realmente nós temos um estatuto específico diferente que nos permite encarar o futuro com optimismo, mas acima de tudo temos mecanismos que em relação a outras regiões não são tão claros ou não existem sequer para fazer valer os nossos interesses.

Em relação àquelas instituições que vos falei há pouco, vejamos então que modos nós temos de transmitir as nossas especificidades, os nossos interesses e os nossos pedidos.

No Conselho Europeu tem assento os Estados-Membros, como sabem. As regiões não estão representadas.

No entanto, através da relação que a Região tem com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, com o Estado, temos oportunidade sempre de transmitir os nossos pareceres, as nossas opiniões, que são tidas em conta no interesse nacional a ser discutido no Conselho Europeu.

Mais importante é o Parlamento Europeu. O Parlamento Europeu, a casa do poder representativo na União Europeia, tem assento hoje em dia 2 deputados da nossa Região. As Canárias também têm deputados e a Martinica, salvo erro, também tem 1 deputado europeu.

Este é um meio directo de transmissão dos nossos representantes eleitos em relação às políticas legislativas da União Europeia. É um facto de fundamental importância. Mas mais do que isso. A Comissão Europeia, por

exemplo, tem um serviço dedicado exclusivamente às nossas regiões. Ou seja, o Governo da União Europeia – se quisermos ter assim essa noção – o órgão executivo da União Europeia, tem um serviço denominado unidade RUP na Direcção Regional de Política Regional, especificamente dedicado às nossas problemáticas. Isto é uma mostra também do interesse e da parceria que existe entre as nossas Regiões.

Reparem: a maior parte das outras regiões da Europa não têm esta possibilidade e estes canais de comunicação com a União Europeia. A unidade RUP é uma unidade específica destas 7 regiões.

As ilhas, em geral, da Europa gostariam muito de ter uma unidade, um departamento da Comissão Europeia, dedicado às suas questões, mas não têm. Apenas as Regiões Ultraperiféricas têm. Por exemplo, no âmbito de uma nova Direcção Geral que foi criada, a Direcção Geral dos Assuntos do Mar, há uma unidade específica sobre as Regiões Ultraperiféricas. Este é mais um canal privilegiado de actuação das nossas Regiões.

Na Representação Permanente do Estado Português em Bruxelas temos um Conselheiro Regional Permanente, outro instrumento que noutras regiões não está instituído.

Reparem: somos uma região com determinados atributos, com canais de comunicação específicos para Bruxelas. O nosso objectivo é, e tem que ser cada vez mais, levar a nossa presença, a nossa mensagem a Bruxelas, porque os canais existem.

Mas não é só através das relações entre as instituições. As Regiões Ultraperiféricas relacionam-se com a União Europeia. As Regiões têm também relações de cooperação, de amizade, entre elas próprias e, os Açores, de pleno direito, participam em organizações, em encontros, em foros de discussão sobre as problemáticas comuns das regiões.

A Assembleia das Regiões da Europa reúne todas as Regiões da Europa com grupos de trabalho temático sobre matérias que interessam a todas as regiões, influenciando, ou tentando influenciar as instituições europeias, procedendo a um trabalho de *lobby*, de influência acerca dos interesses das Regiões.

A Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa, mais específica como o próprio nome indica, reúne as regiões periféricas da Europa. Tem uma comissão dedicada especificamente às ilhas e tem um trabalho mais direccionado para as problemáticas destas regiões periféricas (não ultraperiféricas, mas periféricas), por exemplo, política marítima (já lá iremos mais à frente), questões energéticas. São tudo locais e organizações muito importantes para os Açores como região autónoma, ultraperiférica, atlântica, poder discutir e transmitir as nossas opiniões e os nossos interesses.

Existe também a Conferência dos Presidentes das Regiões com poderes legislativos. Os Presidentes das Regiões desses tais 8 Estados-Membros

que vos falei há pouco também se encontram regularmente para discutir os interesses que lhes são específicos.

Obviamente que o regionalismo na Europa é uma matéria de interesse fundamental para a nossa região e para estas regiões.

O modo como poderemos influenciar o regionalismo, por exemplo, é nos 9 Estados do Leste Europeu, que são outros locais fundamentais de encontro e de discussão.

Outros existem como a rede *Energy Forestry*, que é uma rede dedicada às questões ambientais, onde nós temos participação activada e onde por exemplo o ano passado, nas Nações Unidas tivemos oportunidade de expor o nosso caso específico de utilização das energias renováveis.

A organização fundamental que mais interessa aqui para a nossa sessão é a Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas. Como vêm, nós temos várias organizações, vários modos de dialogarmos com outras regiões e temos um específico sobre as Regiões Ultraperiféricas.

Os Presidentes dessas regiões reúnem-se uma vez por ano para discutirem assuntos do seu interesse no desenvolvimento da União Europeia. São assistidos por uma Comissão Permanente que se reúne com frequência em Bruxelas. Temos reuniões frequentes com a Comissão Europeia. Portanto, este é um instrumento fundamental para a afirmação das nossas regiões.

Estas reuniões anuais contam com a presença da Comissária Europeia para o desenvolvimento regional, que é a Ministra da União Europeia, se podemos assim dizer, responsável pela política e pelo desenvolvimento das regiões, e é fundamental numa sala como estas, a pessoa responsável pelo desenvolvimento das regiões, cara a cara, com os presidentes das nossas 7 regiões, poder debater e discutir os problemas que lhes são comuns.

Espero ter-vos transmitido um pouco a instituições, os meios, os mecanismos de comunicação que nós temos com a Europa, do ponto de vista institucional, do ponto de vista da cooperação com outras regiões.

A questão que se coloca, como já vos disse, é como obtermos eficácia e relevância nesta nossa participação na União Europeia?

Vou apresentar-vos um caso muito claro:

Política Marítima Europeia – já todos ouviram falar certamente nesta nova área de actuação da União Europeia.

A União Europeia nos últimos anos começou a debater e a ponderar a instituição de uma política que fosse transversal a todos os assuntos do mar, desde as pescas às questões de ambiente, gestão das costas, turismo ligado às actividades do mar, gestão dos portos, embarcações, etc. Todas essas matérias serão agora alvo de regulamentação da União Europeia, ou, se quiserem, serão alvo de uma regulamentação integrada, coerente. Este é um assunto que todos concordam, é de interesse fundamental para uma região como a nossa, por exemplo, que tem uma Zona Económica Exclusiva, de mais de 953 mil quilómetros quadrados.

Então, sabendo que a União Europeia estava a preparar documentos de análise, ponderação sobre esta Política Marítima Europeia, o que poderemos nós, como Região Autónoma e Ultraperiférica, fazer para influenciar esta política e pedir a atenção justa para as nossas realidades?

Dou-vos um exemplo prático daquilo que foi feito: o lançamento do Livro Verde, que foi um documento de análise que abriu um processo de consulta pública, foi feito nos Açores, na Ilha do Faial, num seminário que contou, por exemplo, com a presença do Presidente da Comissão Europeia.

Seguiu-se todo um processo de consulta pública. A Região Autónoma apresentou o seu parecer sobre todas as questões que eram colocadas no Livro Verde, directamente à Comissão Europeia, mas não ficou por aí.

Este processo e esta comunicação passou pelo Comité das Regiões e aí os Açores, a Madeira e as Canárias, tendo assento no Comité das Regiões, fizeram por influenciar o relatório deste Comité introduzindo aquelas alterações que lhes eram consideradas pertinentes.

No Parlamento Europeu aconteceu a mesma coisa com os nossos deputados europeus a fazerem propostas de emendas salientando não só as problemáticas, mas as potencialidades das nossas Regiões como regiões marítimas.

Por outro lado, trabalhamos também naquele âmbito da cooperação inter-regional. Fizemos um parecer comum a todas as Regiões Ultraperiféricas, que foi entregue à Comissão Europeia.

Fizemos um parecer comum com as Regiões Ultraperiféricas da Europa que também foi entregue à Comissão Europeia, participámos em vários seminários que foram organizados em diversos países da Europa, com comunicações, com intervenções a salientar a importância e a potencialidade da nossa política do mar.

Como vêem, todos os canais que vos falei há pouco, de comunicação, de cooperação, foram utilizados de modo a podermos defender da melhor maneira possível os nossos interesses e não nos esqueçamos nunca que se para nós é muito clara a nossa situação, as nossas dificuldades, em Bruxelas, numa União Europeia de 500 milhões de habitantes, de 27 Estados-Membros, 260 regiões, não é tão clara assim a nossa realidade e nós temos que nos esforçar diariamente para transmitir não só as nossas problemáticas, mas as nossas potencialidades.

O resultado disto foi que num denominado Livro Azul, um precepasso seguinte neste processo, as Regiões Ultraperiféricas beneficiaram de um capítulo, de um número especial, chamando a atenção para as potencialidades das regiões como laboratórios naturais, nas potencialidades no âmbito da investigação marinha... enfim, todas as questões que nos interessam.

Seguimos agora a implementação desta política com muito interesse. Agora é que a União Europeia vai pôr em prática, através de actos legislativos,

todas as questões que nos interessam, mas já obtivemos o reconhecimento nestes documentos que é preciso dar uma atenção especial às Regiões Ultraperiféricas. Em todos os documentos que saírem sobre transportes marítimos, transportes sobre as pescas, seguir-se-á sempre este processo: influenciar a Comissão Europeia que proponha a medida legislativa, intervir no Comité das Regiões, no Parlamento Europeu junto com os nossos colegas.

É um trabalho permanente e é isto que gostaria de vos transmitir. Não é um trabalho pontual em relação a uma matéria ou outra. A actuação da União Europeia tem influência no nosso dia-a-dia, em todas as nossas matérias de actuação na Região. É, por isso, um trabalho contínuo.

Como vos disse, nem tudo é positivo e se temos que ter uma perspectiva optimista, outros assuntos da União Europeia não são tão positivos para nós. Vou apresentar-vos dois exemplos:

O novo Tratado de Lisboa reconhece, como todos sabem, que a gestão dos recursos do mar é uma competência exclusiva da União Europeia. Isto é particularmente importante para uma região como a nossa que, além de uma vasta área de Zona Económica Exclusiva, há mais de 30 anos tem uma política extremamente cautelosa, apoiada em critérios científicos de regulamentação da sua pesca, de articulação com a Universidade dos Açores. Enfim, nós orgulhamo-nos de termos uma política sustentável no âmbito dos mares.

Qual a nossa preocupação a partir do momento em que esta competência passa a ser gerida pela União Europeia?

Que não seja respeitado o nosso património de gestão sustentável dos mares e que seja posto em causa tudo aquilo que nós fizemos nos últimos 30 anos.

Mas se este é, por exemplo, um ponto menos positivo não impede a utilização de todos esses mecanismos que já vos falei, da utilização da Comissão, do Parlamento, do Comité das Regiões em relação a cada matéria, por isso, a perspectiva positiva é sempre necessária. Porquê? Porque a União Europeia é uma instituição democrática que prevê mecanismos de participação, não só dos Estados mas das regiões.

Dou-vos um outro exemplo:

Uma directiva (um acto legislativo da União Europeia), recentemente aprovada pretende integrar o sector da aviação no regime de Comércio de Licenças de Emissão de Gases efeito Estufa.

Simplificando os termos, a inclusão das rotas áreas dos Açores para o Continente, ou das Regiões Ultraperiféricas para o Continente Europeu e entre elas próprias e dentro das ilhas, poderia significar um acréscimo do preço dos transportes aéreos. Todos nós sabemos a importância que os transportes aéreos têm.

Agravar ainda mais os preços dos transportes aéreos poderá ter alguma influência no desenvolvimento da nossa economia.

Desde o primeiro momento que trabalhamos junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros para transmitir a necessidade das Regiões Ultraperiféricas, que já são prejudicadas pela sua condição geográfica, serem afastadas deste regime, serem abrangidas por um regime de excepção.

Não foi possível ter o máximo, mas conseguiu-se alguma coisa, não só através da articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, mas através da actuação dos nossos deputados europeus, através do parecer que foi dado no Comité das Regiões, através da pressão exercida na Comissão Europeia, através da unidade RUP, através dos pareceres que foram tomados pelos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas entregues à Comissária Europeia. Conseguiu-se uma exclusão dos voos internos e entre as RUP.

Foi um passo. Não conseguimos o mais, mas conseguimos um pouco menos. Conseguimos algo de positivo e continuamos a trabalhar, porque estes processos não acabam. Isto mais uma vez para vos transmitir de uma maneira simples, mas salientar a complexidade das negociações, do processo legislativo que existe na União Europeia.

Não me quero alongar muito mais, mas não posso deixar de fazer referência ao momento que nós vivemos em relação às Regiões Ultraperiféricas na União Europeia.

Depois da aprovação do Tratado de Lisboa, que não só reconhece mas aprofunda o conceito jurídico e político de Região Ultraperiférica, depois de uma Presidência Portuguesa onde foi possível dar devido realce às nossas regiões (lembro-me, por exemplo, que a Comissária Europeia de Política Regional esteve cá) houve uma reunião ao mais alto nível de Ministros do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional dos Açores, os Embaixadores do COREPER visitaram os Açores, houve toda uma série de reuniões de decisores políticos de Bruxelas nos Açores. Isto foi fundamental para transmitirmos à União Europeia, àqueles que decidem acerca de assuntos que nos são fundamentais, a nossa realidade, os nossos problemas, as nossas ambições, porque acima de tudo nós somos cidadãos europeus e temos o mesmo direito à liberdade de circulação, ao bem-estar e ao desenvolvimento económico.

Mas dizia que este é um momento muito importante, a aprovação do Tratado de Lisboa. Após a Presidência Portuguesa da União Europeia, no próximo semestre teremos...

Presidente: Peço desculpa, Sr. Director Regional. Pedia-lhe que fosse breve porque o seu tempo já está a terminar.

O Orador: Já vou concluir. Obrigado.

... a Presidência Francesa da União Europeia (um Estado que tem Regiões Ultraperiféricas) e a União Europeia decidiu lançar, em boa hora, um debate sobre o futuro das Regiões Ultraperiféricas.

Nós, neste momento, vivemos um processo de debate no seio da União Europeia acerca do futuro das nossas regiões.

Em Setembro, a União Europeia apresentou um documento, colocando-o à discussão pública, que aponta desafios para o futuro (deixava esses pontos, se calhar, para debate).

A União Europeia identifica 4 grandes desafios para o nosso desenvolvimento futuro:

Em primeiro lugar, o desafio das **alterações climáticas**.

As nossas regiões, por causa da sua geografia, estão mais expostas às consequências previsíveis das alterações climáticas (subida do nível do mar, alterações desde o ciclo das colheitas, desde a questão se ficamos mais expostos a tempestades, etc.). Isso coloca problemas acrescidos ao nível da gestão das costas, por exemplo. Nós temos uma área de costas quase igual à área total de Portugal Continental. As nossas ilhas somam 850 km de costa ao passo que Portugal Continental tem 900 e poucos.

Vemos os problemas acrescidos que as questões das alterações climáticas podem trazer para nós, mas também os desafios e as oportunidades, como por exemplo a utilização das energias renováveis em que nós estamos claramente um passo à frente em relação às outras regiões da Europa.

Não é por acaso que os Açores foram escolhidos como um caso de estudo, apresentado em Bruxelas, em relação à utilização das energias renováveis. É que nós não estamos a um passo, estamos a dois ou a três à frente das outras regiões. Por isso, devemos ser compensados nas nossas dificuldades, devemos também ser incentivados naquilo que de melhor podemos fazer e podemos avançar mais e mais depressa do que as outras regiões da Europa.

A segunda questão tem a ver com os desafios das **alterações demográficas e das migrações**.

Se há Regiões Ultraperiféricas como as Canárias, por exemplo, que têm uma forte pressão da emigração ilegal, nos Açores temos questões diferentes.

Apesar de continuarmos a ser a região mais jovem do país, no futuro, podemos ter alguns problemas, por exemplo, de envelhecimento da população nas ilhas mais pequenas. Esta é uma questão fundamental e gostaria de ouvir a vossa opinião.

De uma região de emigração passamos a receber agora imigrantes. Falava-se há pouco no Ano Europeu do Diálogo Intercultural.

Que benefícios trará para os Açores a integração destes novos imigrantes?

Terceiro tema: **agricultura** – que papel tem a agricultura na nossa Região?

Um tema extremamente actual quando estamos no âmbito de um processo de revisão da Política Agrícola Comum.

Todos já ouviram falar: extinção ou não das quotas? Como é que nós poderemos defender os nossos agricultores no âmbito de uma cada vez maior liberalização da economia mundial?

Quarto tema: **política marítima**.

Este é fundamental: as potencialidades das pescas, da investigação marinha, do turismo no mar, de todas estas áreas que nos são tão queridas em relação ao nosso mar.

Em relação a esses quatro temas gostaria de ouvir um pouco a vossa opinião, sendo certo que há três eixos que a União Europeia identifica como fundamentais para o nosso futuro:

Um primeiro eixo, a redução do défice das acessibilidades (esta é uma questão que nos toca a todos, os transportes, a questão do défice das nossas acessibilidades, da nossa integração);

Um segundo eixo tem a ver com a competitividade das nossas empresas, da nossa economia. Como poderemos melhorar a competitividade da nossa economia? Através do uso das tecnologias?

Presidente: Peço desculpa, Sr. Director Regional. Agradecia que concluísse.

O Orador: Concluo já. Só mais dois minutos.

E um terceiro eixo que tem a ver com a integração da nossa Região no seu espaço geográfico.

Nós somos a Região Ultraperiférica mais isolada. Se há regiões mais distantes da Europa, elas estão mais próximas dos outros continentes. Nós estamos a 1.500 km de Lisboa e a 3.900 do Continente Americano.

Em que espaço é que nos integramos?

Certamente que devemos e temos que nos integrar e aproximar económica, cultural e socialmente de outros espaços: Macaronésia, Açores, Madeira, Canárias, Cabo Verde.

Como vêm a União Europeia é um tema em si só que exigiria muitas horas de debate e de discussão.

Fico-me por aqui.

Espero ter conseguido transmitir algumas ideias e acima de tudo poder contribuir para o debate.

Fico a aguardar com expectativa as vossas questões.

Espero poder assistir a um trabalho que, tenho a certeza, será muito útil e espero ver-vos no futuro nestas bancadas, na Europa, nas instituições Europeias, sempre em defesa das nossas queridas ilhas.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Agradeço as suas sábias palavras, Sr. Director Regional.

Exmas. Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições para colocar perguntas, quer ao Sr. Director Regional, quer aos Srs. Deputados Regionais aqui presentes.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Couto.

Deputado André Couto (*S. Miguel*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Considera como vantajosa a situação especial contemplada para as RUP, ou, pelo contrário, pensa que desta forma as Regiões Ultraperiféricas se acomodam a esta nomenclatura, não desenvolvendo mecanismos reais de desenvolvimento?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Director Regional.

Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa (*Rodrigo Oliveira*): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Acho que acima de tudo é uma oportunidade, mas cabe-nos a nós aproveitar essa oportunidade.

Uma coisa que eu não disse foi que nós muitas vezes falamos da União Europeia só em relações a milhões e a tostões. E andamos a discutir o dinheiro, se vem mais ou se vem menos.

A União Europeia é muito mais do que isso.

A União Europeia é uma comunhão de valores, é a procura da unidade na diversidade, no respeito pela diversidade cultural.

A nossa afirmação como região é feita, sem dúvida, no âmbito do Estado e no âmbito da União Europeia.

Portanto, é claramente uma oportunidade.

Nós não podemos, é certo, e muito bem, acomodarmo-nos a esse estatuto.

Esse estatuto define-nos uma série de condicionalismos, de dificuldades, do afastamento, da condição geográfica, da economia, mas nós temos a obrigação de dizer à União Europeia que nós não somos apenas isso. Nós representamos uma mais valia em todas as áreas, na diversidade na área ambiental, na área do mar, na utilização das energias renováveis, na posição geoestratégica da União Europeia. Portanto, somos nós que temos que tomar este trabalho de transmitir, não acomodando a um determinado estatuto que nos define pelas dificuldades, mas pelo contrário, dizer, nós somos mais do que isso.

Presidente: Obrigado, Sr. Director Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Correia.

Deputado Luís Correia (*Graciosa*): A minha questão é dirigida ao Dr. Rodrigo Oliveira:

Sabendo que o Tratado de Lisboa foi um marco decisivo para uma Europa mais unida, considera que este trouxe benefícios às Regiões Ultraperiféricas e aos Açores, em particular?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Director Regional.

Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa
(*Rodrigo Oliveira*): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Em primeiro lugar, peço desculpa por não me ter levantado anteriormente mas não estou habituado a estas lides parlamentares.

Se me permite uma pequena nota, que acresce à minha satisfação de estar aqui, esta é a segunda vez que tenho a honra de falar neste Parlamento. A primeira vez foi em 1991/92, onde estive aqui com a minha turma da Escola Secundária Antero Quental, numa espécie de Parlamento Jovem, (na altura não havia) a convite do Deputado Jorge Nascimento Cabral.

Esta é a segunda vez que falo, também para os jovens. Portanto, é um factor acrescido de entusiasmo.

Em relação à questão que me coloca sobre o Tratado de Lisboa, esse tratado representa um enorme benefício para a União Europeia como um todo e, em particular, para as Regiões Ultraperiféricas, um passo em frente. Desde logo, porque na definição do nosso estatuto estava incluído no artigo 299º, no âmbito de outras disposições sobre a aplicação territorial, que o tratado da União Europeia aplicava-se às regiões x, y e z. No nº 2 dizia-se que as Regiões Ultraperiféricas, que são constituídas por aqueles condicionalismos, podem ter medidas especiais.

Este número foi autonomizado. Há um artigo dedicado só às Regiões Ultraperiféricas, isto é, por si só, um reforço da importância política e da importância como fundamento jurídico de medidas a tomar pela União Europeia, mas mais do que isso há referência explícita às Regiões Ultraperiféricas num artigo referente às ajudas estatutárias de âmbito regional. Não queria entrar em termos muito técnicos, mas é uma previsão que claramente beneficia as Regiões Ultraperiféricas, ficando claro e específico lá que nós podemos ter medidas derogatórias em relação a outras regiões da Europa.

Mas mais do que isso. O reforço dos poderes dos Parlamentos Nacionais, e por via destes dos Parlamentos Regionais, é claramente outra das questões fundamentais para a nossa Região, para reforço também do princípio da subsidiariedade.

Estas são as questões que eu registaria como fundamentais, sem falar de todas as outras a nível de funcionamento das instituições da União Europeia, de clarificação deste mesmo funcionamento e de permitir uma Europa a 27 de funcionar com eficácia, que claramente também beneficiam a nossa Região.

Em suma, penso que é claramente com o Tratado que beneficia a União Europeia, as regiões, sem prejuízo daqueles pontos que nós consideramos menos positivos, como a questão da gestão dos recursos biológicos do mar ficar como competência exclusiva da União Europeia.

Mas uma coisa não invalida o todo e os benefícios que esse tratado nos irá trazer.

De resto, temos a nossa participação democrática através daqueles mecanismos todos que falei que nos permitirão continuar a transmitir as nossas problemáticas e as nossas potencialidades.

Presidente: Obrigado, Sr. Director Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sara Borges.

Deputada Sara Borges (S. Miguel): Os Açores actualmente têm investido no seu turismo, sendo uma das grandes apostas a atracção de turistas do Norte do Continente Americano.

Sabendo que o dólar americano tem valor inferior ao euro, acha esta proposta pertinente?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Director Regional.

Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa (Rodrigo Oliveira): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Embora a pergunta não se integre na área da União Europeia, eu penso que todos os mercados são apetecíveis e temos que apostar, não numa base de circunstâncias ou de factos circunstanciais (o dólar está desvalorizado neste momento, mas amanhã poderá estar mais valorizado), nós temos que nos reger por critérios claros e estudos muito específicos sobre as potencialidades desses mercados.

Portanto, não eu estou habilitado a poder responder com maior rigor a esta pergunta, mas obviamente que todos e quaisquer mercados são sempre apetecíveis e são sempre alvo de uma aposta clara para o desenvolvimento do nosso turismo.

Presidente: Obrigado, Sr. Director Regional.

Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Cunha.

Deputado Nuno Cunha (Graciosa): Antes de mais nada, bom dia.

Considerando as VII Jornadas Autárquicas das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, onde o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita, afirmou que Cabo Verde deve ser um membro de pleno direito da comunidade das autarquias locais das Regiões Ultraperiféricas da UE, julga que esta afirmação dará lugar a pedidos da mesma natureza, por parte de outros países?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Director Regional.

Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa (Rodrigo Oliveira): Muito obrigado pela questão. Vejo que está muito bem actualizado em relação às questões não só das Regiões Ultraperiféricas mas da nossa cooperação com a Macaronésia.

A nossa aproximação à área geográfica, a nossa integração na Macaronésia que inclui o Arquipélago de Cabo Verde, é de facto uma prioridade.

É claro e patente não só a aproximação entre as autarquias, como entre os próprios governos. Ainda há duas semanas tivemos uma visita do Sr. Presidente do Governo Regional a Cabo Verde que visou e aprofundou ainda mais esses laços.

A questão da extensão destas parcerias ou dessas relações a outras regiões em relação às Regiões Ultraperiféricas, não implica que haja mais.

Em relação a outras regiões, pois são delimitadas. Por algum motivo somos só 7 e por algum motivo Cabo Verde não fazendo parte da União Europeia tem um estatuto de parceria especial. É que compartilha com as Regiões Ultraperiféricas aquelas mesmas características, o isolamento, o factor insular, o relevo difícil, o clima, etc. Além do mais temos as nossas relações culturais, históricas e afectivas com Cabo Verde e a comunidade cabo verdiana que justificam uma parceria muito especial e muito estreita entre os arquipélagos da Macaronésia e entre o arquipélago de Cabo Verde e a União Europeia.

Em relação à sua extensão, por exemplo, em relação a outros territórios insulares, não me parece que faça sentido. Por algum motivo nós somos só 7.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Director Regional.

Para colocar a próxima questão tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Silva.

Deputada Patrícia Silva (Graciosa): A minha pergunta é dirigida à Sra. Deputada Mariana Matos.

A situação actual relativa ao custo de transporte de revistas/jornais para os Açores é problemática e injusta. Na sua opinião, existe alguma solução para eliminar este custo adicional?

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Matos.

(*) **Deputada Mariana Matos (PS):** Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados, Sras. e Srs. Professores:

Sendo esta a primeira vez que me interpelam na Assembleia, gostava de dizer que é com muito orgulho que estou hoje a participar convosco neste debate, que me congratulo bastante com a vossa presença como jovens açorianos nesta Assembleia.

Relativamente à pergunta da Sra. Deputada Patrícia Silva, em relação ao custo acrescido no transporte dos jornais e das revistas para os Açores, o Partido Socialista tem evidenciado todos os esforços para que essa situação seja diminuída e controlada, tendo em conta que houve, salvo erro, o ano passado, alguma alteração no preço estipulado do transporte dessas revistas, mas estamos a evidenciar esforços para resolver isso.

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Pimentel.

Deputada Mónica Pimentel (*S. Miguel*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

A minha pergunta é dirigida ao Dr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Considera que a Região Autónoma dos Açores deixará, algum dia, de ser considerada uma Região Ultraperiférica?

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (*Presidente da Comissão de Política Geral*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Professores, Colega Deputada, Sr. Director Regional dos Assuntos Europeus:

Começo por saudar a Assembleia manifestando a honra que tenho em participar mais uma vez no Plenário Jovem.

Quero saudar as escolas, designadamente os professores que mais intensamente se dedicam a esta participação, prepararam os alunos e dedicaram-se com o seu trabalho a poderem participar neste Plenário Jovem.

Quero saudar de forma especial as ilhas e as escolas aqui representadas, lamentando que não veja aqui nenhuma escola de Santa Maria, do Pico, das Flores e do Corvo, porque esta ideia de Região e de ilhas também se manifesta, desde logo, na presença de todas as escolas dos Açores nestas iniciativas. Mas porque prefiro saudar os que estão presentes, quero homenagear-vos a todos, alunos, professores e os Conselhos Executivos das Escolas.

Sr. Presidente, através de si, a minha saudação e homenagem às escolas que tudo fizeram para estar neste plenário jovem, manifestando este exercício de cidadania e de participação cívica neste tipo de iniciativas.

A segunda nota para vos dizer que o Parlamento é a casa da pluralidade de opinião. É aqui que é possível dizer SIM ou dizer NÃO e apresentar razões para concordar ou para discordar com determinadas posições assumidas.

Hoje, deram um bom exemplo com a votação, complexa, porque no Parlamento não é tão fácil, ou melhor não é habitual acontecer o que aqui aconteceu, que foi uma expressiva liberdade de voto de cada escola, sem a chamada disciplina de voto. Portanto, manifestaram aqui um bom espírito de democracia e de respeito pela pluralidade de opinião, livre, sem disciplina de voto. Bem-hajam por este espírito democrático e plural.

Finalmente para, agradecendo a pergunta à Sra. Deputada Mónica Pimentel, dizer que essa pergunta é tão importante quanto complexa, mas por ser complexa não quer dizer que não tenha uma resposta e uma certeza, a certeza de que ela é uma opção política, favorável aos interesses dos Açores, a sua designação de ultraperiferia.

Ela é real, porque geograficamente e na nossa condição humana, de facto, estamos na periferia mais ultra do Continente Europeu. O centro da União

Europeia pode, eventualmente, centrar-se mais ou menos entre a Áustria e nós estamos muito distantes deste centro da União Europeia.

Por isso, geograficamente, não podemos deixar de ser considerados uma ultraperiferia, mas essa ultraperiferia tem também uma razão política, porque os constrangimentos da geografia envolvem custos acrescidos, incontornáveis, isto é, não podem ser resolvidos apenas pelo engenho e pela arte do auto-governo, isto é, do nosso governo próprio, como o transporte marítimo, o transporte aéreo, a distância e a diferença de pequenas ilhas, umas com mais, outras com menos população, o que também não permite ter uma economia onde se possa criar aquilo que tecnicamente costuma designar-se de macroeconomia, isto é, a grande economia, grandes poupanças e grandes lucros. Não é possível!

É preciso garantir que a União Europeia possa ter esta política de coesão. Coesão significa isto: que todos possam ter a mesma oportunidade de desenvolvimento na União Europeia que a continuidade territorial do Continente garante, mas que já não garante aos Açores, à Madeira, às Canárias e às demais Regiões Ultraperiféricas da União Europeia (falo só nestas porque são mais “familiares” para vocês).

Portanto, a ultraperiferia é uma oportunidade política, é uma oportunidade de solidariedade da União Europeia para com os Açores, para com os açorianos e para com o nosso desenvolvimento.

Por isso, congratulo-me com o reconhecimento institucional que a União Europeia tem dado à Região Autónoma dos Açores, enquanto Região Ultraperiférica, e a compensação que à região, em termos financeiros e de incentivo ao seu desenvolvimento, dá.

Também quero dizer, subscrevendo o que o Sr. Director Regional há pouco vos dizia da tribuna, que nós não somos apenas ultraperiféricos para pedir apoio e solidariedade à União Europeia.

A União Europeia é grande em população (tem cerca de 500 milhões de habitantes, no contexto político da União Europeia), é grande em território (tem 27 países e é uma grandeza no Continente Europeu), mas não seria tão grande como é sem os Açores e o mar dos Açores em matéria de importância da política marítima mundial.

Presidente: Peço desculpa, Sr. Deputado. Agradecia que concluísse.

O Orador: Termina Sr. Presidente, pedindo desculpa pela demora, mas considero importante esta referência de que a nossa ultraperiferia acrescenta a Europa e a sua importância no mundo.

À custa dos Açores e do mar dos Açores, a Europa e a União Europeia são mais importantes nas relações internacionais e no mundo.

Portanto, nós somos uma mais valia enquanto Região Ultraperiférica para a União Europeia.

Sr. Presidente, muito obrigado pela sua atenção.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado José Bolieiro.

Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Higinio Fonseca.

(*) **Deputado Higinio Fonseca** (*S. Miguel*): As minhas questões são direccionadas ao Sr. Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa.

Poderia fazer uma panóplia de questões, mas irei focar só três ou quatro pontos, sobre os quais gostaria de saber a sua opinião. Portanto, é uma questão mais de opinião e não a nível político.

Até que ponto, em termos de Autonomia e uma vez que somos uma Região Ultraperiférica, pode ser um benefício para nós, e não ser apenas um modo de amenizar, a nossa insularidade e condicionalismo geográficos e geológicos entre outros?

Como estão os Açores em comparação com as regiões Autónomas da Madeira e Canárias? Ou, como está a sintonia com as demais regiões autónomas na defesa dos interesses comuns?

A outra questão está relacionada com a noção da população em geral – os portugueses acabam por no fundo ficar um bocado por isso – que vê a União Europeia quase como tendo a função principal de desenvolver esforços monetários para a sua evolução. Acha que acabarão realmente esses subsídios, todos esses incentivos da União Europeia para com estas Regiões Ultraperiféricas?

Estaremos a beneficiar em pleno das vantagens que o nosso estatuto nos está a proporcionar? Estarão a ser bem aplicadas?

A nível do campo energético, estamos realmente a ter um bom desempenho?

Tal com disse o Sr. Director, estamos a dois ou a três passos à frente dos nossos congéneres, mas a nível social temos casos críticos. Vou nomear, como exemplo, Rabo de Peixe.

Todos esses pontos estarão a ser divididos qualitativamente e não em desigualdade?

Até agora falámos dos benefícios de sermos cidadãos europeus, da nossa “tripla” cidadania (açorianos, portugueses e europeus). Gostaria de frisar aqui um ponto que é importantíssimo. Será que a Região Autónoma dos Açores participa de forma a corresponder aos interesses da União Europeia?

Não estaremos nós, de certa forma, a afastarmo-nos um bocado da Europa, a aproximarmo-nos do Continente Americano devido à forte corrente de emigração para o Canadá, para a América?

Os açorianos, de forma em geral, sempre tiveram a grande vertente de emigrar. E por que não França, já que é a maior de todas? Por que não aproveitar este elo de ligação que nos une?

Por último, porque já são algumas perguntas e vai ocupar-lhe certamente o tempo todo, os *low cost*.

Até que ponto é que os *low cost* servirão os Açores? Concorde com uma redução do preço das passagens? Ou concorda com a liberalização do espaço aéreo?

Será que não apresentaria um entrave à economia regional e nacional? Concorrência desleal?

Para finalizar, será que beneficiaria a Região?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Director Regional.

Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa (Rodrigo Oliveira): Muito obrigado, Sr. Deputado, pelas suas questões.

Acho que o Sr. Presidente me dará o devido desconto dada a complexidade e a quantidade de perguntas.

Espero ter conseguido apanhar tudo. Vamos por partes.

Em primeiro lugar, gostaria de falar em relação à emigração e a ligação com os Estados Unidos, se nos estamos ou não a afastar da Europa?

Nós somos uma Região Ultraperiférica da Europa, mas nós somos uma região central no Atlântico e nunca nos poderemos esquecer da nossa história, das nossas comunidades e das nossas ligações com o Continente Norte Americano, nomeadamente e inclusive como um potencial mercado para a nossa economia. Esta é uma mais valia da nossa Região e é uma mais valia para a União Europeia. É a nossa posição geo-estratégica. Por isso, em relação a isso, lamento, mas não concordo. A nossa integração com a União Europeia é cada vez mais plena e efectiva, a nível de comunhão de valores, a nível da procura pelo nosso bem-estar e desenvolvimento e a atenção da União Europeia em relação às nossas regiões é proporcional a este interesse.

Portanto, com isto, penso que ficaremos claros.

Relações com Canárias e Madeira:

As relações com as Canárias e com a Madeira são as melhores que podem ser e falo por experiência própria pela quantidade de reuniões periódicas que nós temos em Bruxelas. Ainda há duas semanas sentámo-nos todos (Regiões Ultraperiféricas: Açores, Madeira, Canárias, Martinica, Guadalupe, Guiana e Reunião).

Nós trabalhamos em parceria. Quando nos dirigimos à União Europeia e à Comissão Europeia não fala cada um com a sua voz. São todas as regiões. E muito em particular com a Região Autónoma da Madeira há uma solidariedade total em relação à União Europeia e este é um outro factor fundamental, acho eu, da maturidade da nossa democracia, apesar das divergências internas das políticas que há (e sempre haverá, felizmente) para o exterior. Esta é uma prova de responsabilidade política. Há que ter uma voz, uma voz forte e é nisto que se insiste.

Em relação a saber se poderemos melhorar a nossa eficácia, nós poderemos sempre melhorar a nossa eficácia. Muito tem sido feito, mas muito haverá ainda por fazer.

Repare: a própria União Europeia não é uma instituição que está fechada, devidamente estruturada. Ela está devidamente estruturada, mas não está fechada no seu desenvolvimento.

O Prof. Medeiros Ferreira chamava um “organismos mutante”. E é verdade. Nós temos várias dimensões, várias velocidades, vários tipos de formação.

Hoje nós temos este Tratado de Lisboa. Amanhã teremos outro tratado.

As exigências são sempre mais para os alargamentos.

Nós estamos agora a participar activamente num debate que já se abre em relação à política de coesão, política regional, política a favor das regiões mais desfavorecidas pós 2013.

Nós começamos agora a executar o Programa 2007/2013, mas já participámos e já entregámos o contributo das Regiões Ultraperiféricas para este debate à Comissão Europeia.

Agora estamos a preparar o futuro.

Há um debate em curso sobre a reforma do orçamento da União Europeia. Nós já entregámos o nosso parecer, comum às RUP, a chamar sempre à atenção para a necessidade de termos a atenção devida em relação às nossas regiões.

Portanto, o trabalho com as outras regiões é pleno, é eficaz, é sempre possível melhorar (para isso é que nós trabalhamos no dia a dia).

Em relação às *low cost*, como deve compreender, não é, por excelência, a minha área de actuação. O que me parece é que se a União Europeia permite a existência de ajudas do Estado – e todos nós beneficiamos das passagens inter-ilhas, das passagens entre o Continente e a Região – é precisamente porque reconhece que o nosso mercado é muito específico e certamente que todos os esforços são feitos e os preços das passagens, a preços constantes, têm vindo claramente a decrescer, num esforço de uma maior liberalização, que tem que ser acompanhado obviamente pelo desenvolvimento dos mercados.

Nós não temos uma Região com o desenvolvimento das Canárias, com um movimento de mais de 10 milhões ou 15 milhões de turistas.

Portanto, são tidos os passos certos com a devida ponderação e estou certo que nos próximos tempos teremos bons desenvolvimentos neste âmbito.

Não sei se falta alguma questão. Em linhas gerais espero ter correspondido. Obrigado.

Presidente: Para colocar a próxima questão tem a palavra o Sr. Deputado João Sousa.

(*) **Deputado João Sousa (S. Miguel):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

A minha questão é dirigida ao Sr. Director Regional, Dr. Rodrigo Oliveira e vem no âmbito das energias renováveis.

Eu gostaria de saber de que maneira é que estamos a aproveitar as potencialidades de cada ilha em concreto e em que áreas específicas podemos rentabilizar ao máximo o uso das nossas elevadas capacidades energéticas?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Director Regional.

Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa (Rodrigo Oliveira): Muito obrigado pela questão.

Como disse, por algum motivo nós estamos um passo em frente; por algum motivo nós fomos escolhidos como um caso de estudo para a União Europeia no âmbito da apresentação do relatório sobre a coesão. Nós temos áreas por excelência. Obviamente que a geotermia é, por sinal e por maioria de razão, um factor fundamental, mas não nos podemos esquecer que nós temos 9 mercados de energia. Mais uma vez as nossas contingências.

Eu recordo-me que quando a Sra. Comissária Danuta Hübner visitou a Central Geotérmica do Pico Vermelho, muito interessada, perguntava:

“- E por que não exportam energia para as ilhas?”.

- “Sra. Comissária, tecnicamente não é possível. Nós não somos ilhas próximas. Não há tecnologia que permita.”

Portanto, temos que encontrar soluções para cada ilha. Em S. Miguel temos a geotermia, na Terceira brevemente haverá.

Nós temos um objectivo muito ambicioso, ou seja, em 2010 atingirmos os 40% e em 2012 perto dos 50%. São investimentos muito avultados e nesses pareceres entregues à Comissão Europeia o que se reclama é o reconhecimento de que a nossa Região está à frente das outras regiões em relação a muitas matérias de interesse ambiental, nomeadamente no combate às alterações climáticas, e não pode ser prejudicada, por exemplo, em relação ao sector dos transportes, que é tão importante para nós, e ser-nos aplicada uma taxa, um acréscimo dos custos em relação aos transportes quando nós já damos um exemplo noutras matérias. É isto que a União Europeia tem que reconhecer, que nós temos dificuldades e compensar-nos por essas dificuldades.

Nós não queremos ser tratados melhor do que os outros. É uma questão de justiça, é uma questão de equilíbrio das nossas condições menos favoráveis.

Portanto, as energias renováveis são certamente um ponto de dianteira em relação às nossas regiões. Mas outras haverá: a investigação no mar, a dimensão do nosso património biológico, a diversidade, etc.

Temos é que salientar essa vertente positiva e não somente os condicionalismos.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Director Regional.

Para colocar a próxima questão tem a palavra a Sra. Deputada Renata Rodrigues.

(*) **Deputada Renata Rodrigues (Faial):** Sr. Presidente, Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

A minha pergunta é direccionada para o Dr. Rodrigo Oliveira.

Em primeiro lugar, saudamos a iniciativa da Direcção Regional em promover sessões de debate pelas várias ilhas dos Açores sobre a estratégia para as Regiões Ultraperiféricas.

Na sua opinião, qual é a visão que o cidadão açoriano tem da Europa?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Director Regional.

Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa (Rodrigo Oliveira): Muito obrigado pela sua questão.

De facto, foi um processo muito interessante promover o debate nas 9 ilhas sobre a estratégia futura da União Europeia. Tivemos a participação de muitos jovens e a sensação que fica, principalmente da parte da camada da população mais jovens, é a chamada de atenção para os problemas das acessibilidades. Obviamente que esta é uma preocupação fundamental.

A facilidade de mobilidade, a questão dos custos e a frequência dos transportes, a utilização das tecnologias foram pontos comuns. Nas ilhas mais pequenas o problema da fixação ou das condições que permitam a fixação da população mais jovem nestas ilhas, a ligação com o turismo e as potencialidades em relação à diversificação do mercado económico e da actividade económica que isso permite.

Enfim, foi um trabalho extremamente enriquecedor em relação a isso.

A imagem que a população tem em relação à União Europeia, em regra geral, há uma certa distância. Não é fácil percebermos e por isso tentei transmitir-vos de um modo simples o funcionamento das instituições, mesmo para nós que trabalhamos todos os dias com estas realidades, são muitas vezes pessoas distantes que trabalham com números, com estatísticas e o nosso principal papel é levar a nossa realidade com todas as suas componentes (não só os números, as estatísticas), a Bruxelas, e por sua vez aproximar a União Europeia, os valores, como já disse, da paz, do progresso, da diversidade, etc., para a nossa Região.

Nós temos feito um trabalho de aproximação e de divulgação das questões europeias. Por exemplo, brevemente haverão em todas as escolas secundárias da Região e na escola do Corvo sessões de esclarecimento sobre a União Europeia. É uma iniciativa que já foi anunciada e que será a muito breve trecho implementada. Portanto, haverão 2 ou 3 sessões nas escolas com maior número de estudantes precisamente para debater e aproximar a União Europeia da juventude.

No dia 9 de Maio teremos no Faial, na Escola Secundária Manuel de Arriaga, a final de um concurso que organizamos sobre o Ano do Diálogo Intercultural na Europa, em que todas as escolas foram convidadas a

participar e teremos uma final com um representante de cada ilha, cujo primeiro prémio é uma ida a Bruxelas para visitar e conhecer as instituições europeias.

Foi mais uma iniciativa que visou precisamente aproximar as duas realidades. Isto é muito importante, é uma prioridade para nós, trabalhar no sentido da aproximação das duas realidades. É um caminho que se tem que fazer, como é o exercício da cidadania, a consciência da democracia e dos valores que nos são fundamentais que muitas vezes por serem ponto assente e porque não crescemos (também eu, na minha geração) sem a democracia e sem o bem-estar que nós temos hoje, corremos o risco às vezes de não dar o valor devido a estas realidades.

Nós estamos na véspera da comemoração de uma revolução que instituiu e devolveu democracia a Portugal, temos que nos apegar a estes valores e dizer que, felizmente, graças ao trabalho de outros, nós vivemos hoje em dia em democracia, em liberdade, em progresso, em bem-estar.

Nunca estamos satisfeitos mas há um caminho a percorrer.

Presidente: Obrigado, Sr. Director Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Castanheira.

(*) **Deputada Patrícia Castanheira (Terceira):** A minha pergunta é dirigida ao Dr. Rodrigo Oliveira.

Voltando à história do Tratado de Lisboa, falou dos benefícios mas também referiu, em termos gerais, o principal malefício, que foi a perda da soberania sobre a nossa Zona Económica Exclusiva.

Eu gostava de saber como é que nós, açorianos, que dependemos tanto do mar, devemos encarar este entrave que foi proposto pela Política Marítima Comum?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Director Regional.

Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa (Rodrigo Oliveira): Muito obrigado.

Em primeiro lugar, nós não estamos a falar de uma perda de soberania do nosso mar territorial. Estamos a falar de uma área específica no âmbito da Política Comum de Pescas que já era uma matéria comum da competência da União Europeia e que tem a ver com a gestão dos recursos biológicos do mar.

Nós, há mais de 30 anos que temos uma actividade reconhecida como sustentável, amiga do ambiente. A nossa preocupação fundamental é, de facto, continuarmos o que a União Europeia assim o permite.

O facto inciso de transferência desta competência em exclusivo para a União Europeia pode ser considerado como um facto menos positivo, mas temos que ver como é que ela se vai operacionalizar em concreto.

No âmbito da Política Marítima Europeia e nos vários documentos que têm saído, há claramente sinais positivos que são dados pela Comissão Europeia em relação a uma maior atenção à gestão dos stocks piscícolas,

em relação aos estudos científicos que são necessários, em relação ao princípio de precaução.

Portanto, nós, coerentemente com a visão que sempre tivemos, achamos que é um ponto menos positivo mas não invalida todos aqueles mecanismos de comunicação que nós temos, todas as formas de pressão e de reconhecimento daquilo que nós achamos prioritário e fundamental.

Nós temos agido sempre, inclusivamente com acções no Tribunal Europeu de Justiça, contra aquelas actuações que nós consideramos que lesam os nossos interesses, mas este é um mecanismo normal de funcionamento democrático de uma instituição. Nós pertencemos a algo que tem um objectivo maior em relação ao qual nós podemos concordar com grande parte delas e não concordar com uma outra, mas há mecanismos para compensar.

Nós não podemos dizer que só pela transferência desta competência teremos uma política desastrosa, que teremos navios comunitários a entrar pelas nossas águas territoriais. Não! Existem regulamentos que estão em vigor que delimitam muito bem todas essas questões ambientais que nos preocupam.

Portanto, se este é um factor menos positivo, é, em bom rigor, mas não invalida a nossa perspectiva e a nossa visão optimista em relação ao futuro e em relação a uma adequação das políticas da União Europeia em relação aos factores ambientais que são exigidos pelas populações. São as próprias populações, os povos da Europa, que exigem à União Europeia que tenha em atenção a sua biodiversidade, a gestão dos recursos do mar.

Presidente: Para colocar a próxima questão tem a palavra a Sra. Deputada Ana Matias.

(*) **Deputada Ana Matias (Terceira):** Exmo. Director Regional, Dr. Rodrigo Oliveira:

De que forma a situação ultraperiférica condiciona o crescimento e o desenvolvimento económico dos Açores? E, concretamente, como fazer face a estes condicionalismos?

Obrigada.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Director Regional.

Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa (Rodrigo Oliveira): Muito obrigado.

Como referi há pouco, nós estamos no âmbito de uma consulta pública que visa precisamente debater os meios para tentar esbater e compensar essas problemáticas. Nós temos toda uma série de apoios específicos no âmbito de uma política regional, no âmbito de uma política do Fundo Social Europeu, no âmbito de programas de apoio à agricultura e às pescas que visam precisamente compensar as dificuldades nos transportes para a exportação, para a importação de matérias primas, para os chamados

sobrecustos que nós sofremos em relação às actividades económicas desenvolvidas no continente europeu.

Esse é um esforço que nós temos tido, o de transmitir à União Europeia que as nossas contingências, os nossos condicionalismos são, como sabe, permanentes. Portanto, são independentes de qualquer critério contabilístico de desenvolvimento.

No âmbito da política regional, os apoios dados a determinadas regiões são feitos em proporção com o seu Produto Interno Bruto em relação à média da União Europeia, mas nós sabemos muito bem que as regiões mais ou menos desenvolvidas do Leste Europeu, têm potencialidades de desenvolvimento muito maior do que nós, porque se têm falta de infra-estruturas (uma auto-estrada, um caminho de ferro, ligação de alta velocidade) e mecanismos de tecnologia de comunicação e formação, compensam com muita mais facilidade estas dificuldades, têm um potencial de desenvolvimento muito maior do que nós que sofremos obviamente da distância que o mar nos impõe.

Por isso nós dizemos que as nossas condicionantes são permanentes e são independentes do nível de desenvolvimento.

Nós podemos atingir, e assim o desejamos, um desenvolvimento muito próximo da média europeia, mas esses condicionalismos vão manter-se. Os apoios para compensar a distância e o isolamento devem ser permanentes. É isso que nós dizemos e que visamos garantir.

Neste aspecto é fundamental, e tem sido fundamental o apoio da União Europeia, a solidariedade. É uma obrigação, um facto de justiça.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Director Regional.

Para colocar a próxima questão tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Fernandes.

Deputado Tiago Fernandes (S. Miguel): Obrigado, Sr. Presidente.

A minha questão é dirigida ao Dr. José Manuel Bolieiro.

De todas as Regiões Ultraperiféricas, qual considera a mais ultraperiférica? E porquê?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (Presidente da Comissão de Política Geral): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Professores, Sra. Deputada Mariana Matos, Sr. Director Regional:

Muito obrigado ao Deputado Tiago Fernandes pela questão.

A questão para mim é simples, não só pela relação factual que ela implica, como até pelo gosto pessoal e político de aderir a esta classificação de qual das ultraperiferias é mais periférica.

Os Açores são a Região Ultraperiférica mais ultraperiférica. Não tenho dúvidas quanto a essa defesa, que é importante politicamente para os Açores e porque penso que corresponde à verdade dos factos.

A Região Autónoma dos Açores, de forma diferente das outras, é a que está geograficamente mais distante de qualquer continente. Os departamentos franceses estão muito distantes da Europa, mas estão próximos do Continente Americano, enquanto que os Açores estão no meio do Atlântico Norte.

São 9 ilhas, todas elas com população e de forma muito diferenciada.

A ilha de São Miguel, da qual o Sr. Deputado Tiago Fernandes faz parte, é a maior e a que tem mais população, mas mesmo assim, para uma perspectiva europeia e continental é pequena e com pouca população. Então o que dizer das nossas pequenas ilhas no extremo, por exemplo, a Ilha do Corvo?

Nós temos uma dimensão arquipelágica, de diferença populacional e de distância do Continente Europeu que nos dá de forma inequívoca, na minha opinião, esta condição da mais ultraperiférica das ultraperiferias europeias. É por isso que importa garantir especial sensibilidade política à União Europeia, ao país, a Portugal, para que, cumprindo este princípio democrático da igualdade, possa tratar igual o que é igual, mas diferente o que é diferente.

Nós somos diferentes!

Diferentes nas contingências que nos dificultam, por razões geográficas e humanas, o desenvolvimento e a macroeconomia, mas também porque acrescentamos, curiosamente, mais do que qualquer outra Região Ultraperiférica da União Europeia, dimensão atlântica à União Europeia.

A dimensão atlântica que a União Europeia tem deve-se em grande parte aos Açores, tanto no plano marítimo (temos muito mar que acrescentamos à União Europeia) como no plano aéreo (a nossa dimensão geográfica espalhada no atlântico norte é bastante ampla e também dá importância aérea à União Europeia).

Portanto, na minha opinião, somos, de forma objectiva, a região mais ultraperiférica das ultraperiferias europeias e aquela que também acrescenta mais à União Europeia, quer importância geográfica, quer também importância política e económica.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado José Bolieiro.

Para colocar a próxima questão tem a palavra a Sra. Deputada Cátia Amaral.

Deputada Cátia Amaral (Terceira): Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados:

A minha questão é dirigida ao Dr. Rodrigo Oliveira.

Uma vez que os transportes aéreos constituem, a par dos marítimos, o único meio de ligação, não só com o exterior, mas também dentro da própria região, gostaríamos que esclarecesse os motivos por que a liberalização do espaço aéreo na Região Autónoma dos Açores beneficiaria

apenas as ilhas de São Miguel e Terceira, mas seria prejudicial para as restantes ilhas, como afirmou recentemente o Secretário Regional da Economia, e que condições é que se considera ser adequadas para que essa liberalização aconteça?

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Director Regional.

Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa (Rodrigo Oliveira): Muito obrigado Sra. Deputada.

Essa questão deverá ser colocada directamente ao Sr. Secretário Regional da Economia, porquanto não me compete a mim comentar ou falar por ele.

Em relação à questão do espaço aéreo, penso que aquilo que disse há pouco aplica-se aqui.

Nós temos condições que não permitiram até agora esta liberalização. Ao fim e ao cabo, o que se pretende com isso e o fim fundamental era obter preços mais baixos e maior frequência de voos, mas nós temos – e penso que isto é um facto que deve ser sublinhado – que olhar o mercado Açores como um todo.

Há, de facto, grande disparidade entre os movimentos de voos em relação às várias ilhas.

É um espaço muito difícil de gerir e nós temos que partir e compreender sempre este factor.

Mais uma vez, por algum motivo, existem obrigações de serviço público ou o Estado compensa, porque estas rotas são difíceis.

Portanto, em relação a isto o futuro dirá como o nosso desenvolvimento económico vai permitir uma maior liberalização deste espaço aéreo.

Agora, uma questão é certa:

Nós temos dificuldades acrescidas e temos que saber qual é a melhor maneira de compensar ou de obviar estas questões.

Não lhe posso adiantar muito mais em relação a isso.

A legislação europeia é muito clara. Permite-nos uma excepção e permite-nos um apoio acrescido, porque nos reconhece essas contingências e por algum motivo ela nos reconhece.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Director Regional.

Para colocar a próxima questão tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Botelho.

Deputada Mariana Botelho (S. Miguel): Exmos. Srs. Deputados

A minha questão é dirigida ao Dr. José Bolieiro.

Gostaríamos de saber quais são, na sua opinião, as áreas fundamentais para que os Açores, como Região Ultraperiférica, possam contribuir para o desenvolvimento da própria União Europeia?

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (*Presidente da Comissão de Política Geral*): Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Professores, Sra. Deputada da Assembleia Legislativa, Sr. Director Regional:

Eu vou dar-vos uma explicação por que é que faço sempre este cumprimento. Vocês podem pensar que estou sempre a repetir a mesma conversa, mas é tradição parlamentar qualquer deputado, quando usa da palavra, dirigir-se a toda a Assembleia que o ouve.

Portanto, é fundamental, na primeira palavra, dirigirmo-nos a quem nos dá a palavra (o Sr. Presidente da Assembleia) e a toda a assembleia que nos ouve. Parece uma repetição, mas é uma cortesia.

Se queremos ser ouvidos, temos que chamar a atenção de quem nos vai ouvir e, desde logo, ser corteses suficientemente para podermos merecer a atenção de quem nos vai ouvir. Esta é a razão política e institucional da minha repetição quando me dirijo a toda a Assembleia.

Gostava de vos dar esta nota para não pensarem que eu sou um chato e que digo sempre a mesma coisa sem perceberem porquê.

Quanto à questão que a Sra. Deputada Mariana Botelho me coloca, ela é importantíssima mas pode até ser subjectiva.

Eu vou procurar, no entanto, não ser subjectivo, isto é, dar a minha opinião pessoal, mas dar também aquilo que me parece ser uma quase evidência do que pode ser importante para os Açores enquanto contributo para a União Europeia. Aliás, já tive oportunidade nas intervenções anteriores de sinalizar aquilo que eu considero como uma mais valia de que os Açores dão à União Europeia – o mar.

Nós não temos dimensão territorial em terra suficiente para acrescentar algo de importante ao Continente Europeu e à União Europeia.

Nós não temos número suficiente em população (não somos a China!), para acrescentar, com importância, a dimensão humana à União Europeia, mas temos, seguramente, mais do que a maioria das regiões e países da União Europeia, o mar.

O mar é um sinal de futuro mais do que de presente.

É também passado, porque é do mar que retiramos uma parte significativa do sector económico, primário, como são as pescas, mas o mar do presente e do futuro é muito mais do que um espólio de recursos pesqueiros. É também um espólio fundamental para o futuro, como fonte de energia renovável, inesgotável e não poluente.

O mar é fundamental também para efeitos de controlo da poluição do planeta.

Em matéria de investigação científica e descoberta de outras potencialidades e recursos que o mar pode dar à humanidade e ao planeta é um grande mundo a descobrir. Mais facilmente o mundo e os países desenvolvidos se viraram para as buscas interplanetárias (mais facilmente

chegaram à lua e a outros planetas) do que conhecem o fundo do mar e as suas riquezas científicas e energéticas.

Por isso é que eu, sem dúvida, e penso que com alguma evidência e objectividade, respondendo à Sra. Deputada Mariana Botelho diria que o que os Açores podem acrescentar como grande mais valia à União Europeia, é o nosso mar e o nosso saber gerir e cuidar cautelosamente os recursos marinhos que temos ao dispor da humanidade.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado José Bolieiro.

Não havendo mais inscrições na mesa para colocar questões, vamos interromper os nossos trabalhos para almoço.

Muito obrigado ao Sr. Director Regional pela sua colaboração.

Sras. e Srs. Deputados, de acordo com o Regimento da Assembleia vamos suspender os trabalhos e retomaremos os trabalhos às 14 horas e 30 minutos. Peço que sejam pontuais.

Desejo um bom almoço para todos.

Eram 12 horas e 25 minutos.

Após o intervalo o Presidente da Mesa foi substituído pelo Vice-Presidente, Deputado Higinio Fonseca.

Presidente: Muito boa tarde Sras. e Srs. Deputados, ilustres convidados, vamos então iniciar a segunda parte dos nossos trabalhos, com o tratamento dos assuntos de interesse público relevante.

Eram 14 horas e 40 minutos.

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Carolina Ormonde, representante da Escola Secundária das Laranjeiras.

Deputada Carolina Ormonde (S. Miguel): Caro Presidente da Mesa, Exmo. Sr. Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Política Geral, Exms. Sras. e Srs. Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exmo. Sr. Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa, Exms. Sras. e Srs. Deputados do IX Plenário Jovem, minhas Sras. e meus Srs.:

No dia 1 de Janeiro de 1986, Portugal integrou-se no processo de construção política e económica de uma Europa unida e solidária.

Desde a década de 80, se reconheceu, em programas como POSEI e nos Tratados Europeus, que, territórios pertencentes a alguns dos seus Estados Membros, excêntricos do ponto de vista geográfico, mas com problemas muito próprios, exigiam, por isso mesmo, um tratamento específico das políticas comunitárias.

Falamos portanto, das Regiões Ultraperiféricas, onde se insere a Região Autónoma dos Açores.

O que é que diferencia as Regiões Ultraperiféricas das outras regiões europeias, mesmo daquelas que também se caracterizam pela diferença?

São regiões distantes do Continente Europeu, mais ou menos isoladas geograficamente, e de pequena dimensão territorial e demográfica, mas de que dele fazem parte integrante de pleno direito. A pequena dimensão territorial e demográfica implica que os seus recursos naturais sejam escassos, que os seus recursos humanos não sejam grandes, uma vez que se depara com baixos índices populacionais, que o seu mercado seja pequeno e que não tenham vizinhos económicos importantes.

Caros deputados,

No que diz respeito ao Arquipélago dos Açores, a especialização da agricultura e exportação está ligada à sua história económica, e, apesar dos seus produtos serem escoados para o mercado português, quer regional quer mesmo nacional, a dispersão geográfica do arquipélago bem como a sua distância relativamente ao Continente Português, contribuíram para a dependência externa da economia Açoriana.

Mas, nem tudo são factores negativos: é de salientar o decréscimo do IVA para 14%, bem como o facto dos Açores possuírem, actualmente, de acordo com o INE rendimentos superiores à média nacional.

As ilhas que compõem o nosso arquipélago caracterizam-se por uma diversidade paisagística e pela riqueza do seu património natural que não está a ser devidamente aproveitada para a prática turística. Isto deve-se, em parte, à realidade que se vive em relação aos transportes aéreos nas nossas ilhas. As travessias aéreas são da inteira responsabilidade da SATA, o que cria uma situação de monopólio. Esta situação afecta não só o turismo, como já foi referido, mas também, e sobretudo, os residentes das e nas ilhas. A falta de concorrência traduz-se nos elevados custos das tarifas, que não podem ser suportados por muitas famílias residentes. Isto acentua a distância que sentimos entre os Açores enquanto espaço Europeu de facto e a União Europeia.

Um dos grandes desafios com que a Região Autónoma dos Açores se deparou e depara desde a integração na União Europeia foi e é ainda, a defesa das suas potencialidades.

Porém, muitos são os factores que condicionam um desenvolvimento sustentável na Região. A verdade é que o custo de vida nas ilhas é muito elevado em relação a outras regiões.

Assim, é difícil competir no mercado europeu e acompanhar as estatísticas da União Europeia. Desde sempre os Açores centraram as suas exportações no mercado português, seja ele de cariz local, regional ou nacional, e massificaram as suas produções em apenas uma cultura, o que dificultou a diversidade no que concerne à produção de produtos hortícolas e frutícolas.

Esta situação traduz-se numa progressiva perda de auto-suficiência perante os produtos que diariamente necessitamos. Apesar da Região exportar produtos primários importa sobretudo muitos produtos, sejam eles para fazer face às necessidades primárias das populações sejam eles produtos ditos de carácter secundário, mas sem os quais seria difícil realizar tarefas diárias básicas, o que se traduz em elevados custos para os rendimentos das famílias e empresas açorianas, em virtude de toda a logística inerente a essa importação.

Há, contudo, que dar relevo à pesca e à agropecuária que contribuem para a valorização dos produtos regionais. Outro factor que condiciona a competitividade dos Açores é a falta de coesão interna, ou seja, não há uma concentração das ilhas em valorizar as várias potencialidades que todos têm para oferecer.

Como Açorianos de alma e coração, mas acima de tudo como Portugueses detemos um papel importante na História de Portugal, refiramo-nos à época dos Descobrimentos Portugueses ou das Guerras Liberais, ou mesmo mais recentemente na luta pela Democracia, *Bem Supremo* que nos foi legado após anos nos ter sido negado.

Por tudo isto, pela defesa de algo que nos é tão próximo e tão próprio entendemos que se deve promover mais o nosso Arquipélago interna e externamente, de modo a termos uma posição não unicamente de presença como tantas outras Regiões da União, que tantos objectivos alcançou desde o seu começo é certo, mas uma posição de relevo e destaque efectivo no seio e âmago da União Europeia.

Os Açores desejam-no, os Açorianos merecem-no...e a Consciência obriga-nos. Não nos afastemos pois deste ideário, mas sobretudo da vontade em dizer PRESENTE!

Obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Pimentel, representante da Escola Básica e Secundária do Nordeste.

Deputada Mónica Pimentel (S. Miguel): Ex^{mo.} Sr. Vice-Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Ex^{mos.} Convidados, Ex^{mos.} Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Caros Colegas Deputados, Ex^{mo.} Público:

São sete as Regiões Ultraperiféricas: Guadalupe, Guiana, Martinica e Reunião (França), Açores, Madeira (Portugal) e Canárias (Espanha). Em comum, todas elas apresentam graves atrasos estruturais e quase todas são territórios insulares. Estas regiões pertencem, de pleno direito, à União Europeia e representam uma mais-valia para esta Comunidade. Assim,

gozam de um estatuto diferente do restante território continental. Porém, sofrem com as contingências da não continuidade territorial.

A nossa região autónoma é um destino privilegiado em termos turísticos. Dispomos de uma riqueza paisagística invejável que é, ou poderá ser, a nossa pedra angular. No entanto, esta nossa localização geográfica acarreta uma enorme desvantagem no que toca à distância para o território continental. A nossa região apresenta características que permitem a sua inclusão no estatuto das RUP: grande afastamento ao território continental, insularidade, dificuldades de transporte intra-arquipélago e entre o continente, pequena superfície, relevo e clima agrestes, dependência económica em relação a muitos produtos, custo mais elevado a nível energético, entre outros. De destacar o facto que a nossa região apresenta um território muito mais disperso do que a Região Autónoma da Madeira, que tem apenas duas ilhas, e nós nove. Logo, o nosso é um território de maior dificuldade no que toca à sua gestão.

Todos estes fenómenos contribuem para um significativo atraso económico e social na nossa região. Acresce o facto de que, no seio do nosso arquipélago, há ilhas e até concelhos que sofrem uma maior insularidade e que se encontram ainda mais distantes e dependentes do exterior. É o caso do Nordeste. Quantos de nós já escutámos a expressão “a décima ilha” quando é mencionado o nosso concelho? Esta situação deve-se ao grande afastamento da vila do Nordeste (e de todo o seu concelho) em relação à cidade de Ponta Delgada, uma vez que a estrada que liga estas duas localidades não serve devidamente os interesses da população pois apresenta um elevado número de curvas, encontra-se permanentemente em obras de beneficiação e está sujeita a derrocadas quando se verificam condições climáticas adversas. É uma viagem longa e cansativa, que não permite a chegada do verdadeiro desenvolvimento ao nosso concelho. Perante este cenário, as empresas desistem do investimento no Nordeste, face à nossa ultra periferia dentro desta nossa região ultraperiférica. Tal como nós, haverá casos semelhantes por esse arquipélago fora. Infelizmente, não seremos caso isolado.

No entanto, nem tudo são aspectos negativos. A nossa região autónoma apresenta vantagens ao nível demográfico, uma vez que a população absoluta não é muito numerosa, logo, deveria ser de gestão acessível. Ao nível da distribuição dos poderes políticos e públicos, há o cuidado de repartir os mesmos por três pólos orientadores: Horta, onde nos encontramos, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada. Também a Universidade apresenta esta tripolaridade, na tentativa de diluir as assimetrias inter-ilhas. O nosso arquipélago apresenta territórios únicos no mundo e com uma biodiversidade que deve ser monitorizada, preservada e analisada constantemente. Os açorianos dispõem de uma qualidade de vida

invejável aos olhos de quem os visita. Quase poderíamos dizer que nada nos falta.

No entanto, no nosso quotidiano, falta-nos muito. Os jornais e revistas chegam-nos tarde e apresentam, na generalidade, um custo final mais elevado do que no continente. Os suplementos que integram os mesmos jornais chegam desfasados ou nem sequer aterram no nosso território. Além disto, muitos produtos alimentares apresentam aqui um prazo mais curto do que no restante território português, derivado do longo percurso marítimo que têm de percorrer.

Face a esta nossa dependência, torna-se urgente desenvolver projectos inovadores no que toca às pescas e à agricultura, a fim de se rentabilizar a produção, encetando esforços na modernização e diversificação para um desenvolvimento sustentável, com o intuito de evitar a desestabilização das pequenas produções existentes. Deve-se apostar em políticas de defesa do meio ambiente, nomeadamente para a preservação, requalificação e recuperação do litoral, tratamento de águas residuais, política de resíduos e incentivo às energias renováveis.

Ao contrário do resto do território continental, os nossos jovens continuam a emigrar. Preferem juntar-se a familiares que estão estabelecidos nos Estados Unidos da América ou no Canadá. Aí, encontram-se verdadeiras comunidades de açorianos que, em terras estranhas ao seu berço, trabalham de sol a sol, desenvolvem iniciativas inovadoras e vencem no mercado de trabalho. Alguns regressam, após uma jornada longa e cansativa, mas satisfeitos por a sua conta bancária ter um saldo mais confortável. E perguntamos nós, agora, senhoras e senhores deputados, e se esses açorianos tivessem permanecido na sua terra natal e tivessem encetado esforços iguais aos que levaram para fora de portas? Será que não seríamos agora um pouco menos ultraperiféricos? O povo açoriano já deu provas de que quando tem objectivos, consegue alcançá-los, ou não fossemos nós descendentes dos grandes navegadores que cruzaram estes mares em tempos ancestrais... João de Melo, escritor nascido na freguesia da Achadinha, concelho do Nordeste, disse um dia “Este o povo que nasceu no mar. Veio-lhe o sangue do sal. Suas veias boiaram outrora entre cabeleiras de algas e fungos de basalto.” A par deste escritor, nasceram, nestas ilhas de bruma, personalidades de reconhecido mérito, como Manuel de Arriaga, Natália Correia, João Bosco Mota Amaral, Vitorino Nemésio e muitos outros que não caberiam nesta nossa intervenção.

O mar rodeia-nos, separa-nos de tudo e de todos, mas une-nos como arquipélago e, além disso, alimenta-nos e dele não nos podemos divorciar. É nosso dever preservá-lo para as gerações vindouras. É necessário gerir os seus recursos de uma forma sustentável, para que as nossas necessidades de hoje não se tornem a causa da impossibilidade do amanhã. A nossa Zona Económica Exclusiva é um ecossistema frágil, de características únicas,

que deve ser protegida. Os recursos piscatórios do mar dos Açores não são infundáveis. As espécies pelágicas que habitam o nosso oceano são uma mais-valia para a nossa economia, mas algumas encontram-se já em risco de extinção. É o caso do atum. Esta espécie é mais ameaçada pelas embarcações estrangeiras do que pelas açorianas. E isto sucede por uma razão muito simples. A nossa frota pesqueira é reduzida, apresenta pouca capacidade de carga, os trabalhadores têm um baixo grau de formação profissional e verificam-se, ainda, poucos investimentos nos processos de conservação e comercialização dos produtos transformados. Ou seja, o tecido empresarial está pouco desenvolvido num sector que devia ser porta-estandarte de uma região que apresenta um elevado potencial nesta área.

A Política Comum de Pescas tem vinte e cinco anos de existência e peca pela falta de recolha de informação concertada entre estados-membros da União Europeia. Deveria haver uma uniformização de critérios para um espaço europeu cada vez maior e díspar. A nossa região é a grande responsável por Portugal dispor de uma das maiores ZEE's do mundo. No entanto, a gestão das nossas águas passou a ser uma corrente marítima sem o nosso controlo. Quem comanda o leme da nossa política do mar está bem longe de nós. Devemos erguer-nos das nossas cadeiras de basalto e lutar pela conservação dos recursos biológicos do mar, que passará a ser competência exclusiva da União Europeia no dia 1 de Janeiro de 2009, data em que o Tratado de Lisboa entrará em vigor.

As Regiões Ultraperiféricas, dadas as suas características, deveriam gozar de um estatuto diferente nesta matéria, uma vez que constituem territórios com maiores fragilidades e apresentam um elevado grau de dependência face ao exterior. Os Açores sofreram uma redução de 200 para 100 milhas na área de aplicabilidade das suas políticas restritivas da utilização de artes depredadoras e das limitações impostas aos operadores regionais do sector. Esta decisão prejudica a nossa economia de uma forma muito directa. Porque não criar uma comissão permanente de monitorização da ZEE das RUP? Uma entidade responsável pelo estudo contínuo do nosso oceano, com vista a um conhecimento profundo deste ecossistema único e que apresenta características que devem ser preservadas. Porque não a criação de uma comissão que demonstre a importância do restabelecimento das 200 milhas de ZEE açoriana?

Somos ultraperiféricos, sim. Vivemos longe de tudo e de todos. Estamos muito afastados dos grandes centros de decisão, poder e de capital. No entanto, encontramos-nos em pleno século XXI. Dispomos, hoje, de meios de comunicação de que a Humanidade de ontem nem sonhava. Cabe a nós, jovens açorianos, não nos deixarmos encravados no meio destas fendas de basalto que são o nosso solo. Não podemos, de forma alguma, acomodarmo-nos ao calor que por baixo de nós reside e encostar-nos aos benefícios monetários que a União Europeia nos cede. Temos de pôr mãos à obra e

fazer deste nosso arquipélago um exemplo de ultra periferia de sucesso. Com dinamismo, com empreendedorismo e com a imaginação que nos é inerente. Este plenário é, por isso, uma iniciativa de louvar, e aqui queremos começar um novo horizonte de sucesso para as ilhas de bruma. Obrigado.

(Aplausos da Câmara).

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Paula Sousa, representante da Escola Secundária Manuel de Arriaga.

Deputada Paula Sousa (Faial): Sr. Vice-Presidente da Mesa e Secretários, Sr. Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Convidados, Srs. Deputados, meus Srs. e minhas Sras.

Os Açores fazem parte das setes regiões ultraperiféricas (RUP) que ainda continuam a ser “discriminadas” pela posição geográfica que ocupam. Juntamente com os Açores temos a Madeira, em Portugal; Guadalupe, Guiana, Martinica, e Reunião, fazendo estes parte do departamento ultramarino francês e as Canárias da Espanha. Estas RUP caracterizam-se por uma fraca densidade populacional e, como já foi referido, pela grande distância do continente europeu. Apesar de tudo, são utilizadas como rampas de lançamento de contacto com os países fronteiriços, e fazem com que a União Europeia (UE) disponha do primeiro território marítimo mundial com 25 milhões de Km² de zona económica.

No caso açoriano temos de ter em conta as particularidades da região face ao continente europeu. Antes de mais, salientamos a fraca densidade populacional que condiciona o desenvolvimento económico sustentável, a dificuldade de acesso às estruturas públicas das populações das ilhas menos desenvolvidas, o défice de acesso à cultura e lazer dessas mesmas ilhas, os transportes e as comunicações do nosso quotidiano que não estão à altura das nossas necessidades. Verifica-se também uma certa marginalização face à agricultura açoriana, pois há uma certa dificuldade de escoamento do produto açoriano no continente português. Em relação à questão das pescas, o mar açoriano é muitas vezes usado por frotas que desrespeitam a Zona Económica Exclusiva, destruindo habitats naturais inexistentes em outras partes do planeta.

Estes problemas foram reconhecidos pela UE, uma vez que tem tido como prioridades a redução do défice de acessibilidade, a melhoria da sua competitividade e o reforço da sua integração regional. Contudo, apesar de reconhecermos a importância das medidas aplicadas, e, perante o tema que nos foi dado debater, pensamos ser necessário alertar para alguns aspectos que consideramos pertinentes de forma a haver um desenvolvimento global de todos os sectores da vida económica e social desta região.

Deste modo, com base em documentos relativos a este tema, podemos verificar que as RUP já não pertencem ao grupo das regiões mais pobres da UE alargada, no entanto, a permanência e a acumulação dos factores que prejudicam o seu potencial de desenvolvimento subsistem. É por isso que convirá prosseguir o esforço de adaptação das políticas comunitárias e de apoio específicas sempre que necessário, mas enquadradas por instrumentos adequados, nomeadamente de reforço da avaliação das políticas comunitárias.

Vejam os casos concretos dos Açores. Um dos temas mais debatidos e mais polémicos é o da pesca. Sem dúvida que a actividade piscatória tem um papel importante na nossa RUP. Isso é visível pelo pescado descarregado nos portos, com volumes da ordem de 10 mil toneladas anuais, às quais correspondem valores brutos de produção na ordem de 26 milhões de euros. O número de pescadores matriculados situa-se na ordem de 4 milhares e as embarcações na de 1600 unidades. No entanto, por ano, registam-se variações específicas nas condições em que se desenvolvem as actividades no sector, observando-se flutuações significativas de preços. Para agravar esta situação, desde a aprovação da liberalização do regime de acesso às águas da ZEE que se vive um clima de constrangimento, pois, continuamente, vemos os barcos espanhóis a pescar nas águas açorianas, não só prejudicando os nossos pescadores que ainda usam uma frota com recursos algo limitados como também destruindo o equilíbrio ambiental dos nossos mares. Será que a nossa região poderá desenvolver-se sustentadamente se esta lei continuar em vigor? Por mais que se ouça falar no assunto, a situação mantém-se com graves perdas para a região. É fundamental que o Governo dos Açores actue de forma enérgica, pois só assim será possível continuar a pensar numa estratégia de desenvolvimento adequada.

Os transportes, outra vertente de essencial importância quando se fala de regiões ultraperiféricas, continua a não apresentar os resultados mais desejados. Na aplicação das medidas que tentem salvaguardar as RUP, a UE deverá ter em conta a competitividade das comunidades locais em relação ao preço dos combustíveis e a energia devido, como é óbvio, à sua posição geográfica. Desta forma, será possível atenuar o isolamento das ilhas que é, muitas vezes, provocado pelo défice de transportes. Salientamos, mais uma vez, que é partindo da aposta nos transportes que podemos esperar um desenvolvimento económico e social. Consideramos que os custos das passagens aéreas, por exemplo, deviam constituir uma prioridade, uma vez que só assim poderemos estar em igualdade de circunstâncias com o resto da população europeia. Se não se alterar a política dos transportes em vigor, se não se fizer corresponder os custos à real capacidade do cidadão, nenhum projecto de mobilidade é viável. A

livre – circulação - uma das maiores vantagens que a integração na UE proporciona fica, assim, condicionada.

É por tudo isto que é necessário que haja uma maior flexibilidade no cumprimento das políticas europeias, a serem aplicadas nas RUP, pois deve-se ter em conta os custos adicionais que possam vir a surgir na aplicação e na dificuldade da implementação das mesmas. Para evitar esses custos adicionais deve-se criar medidas incisivas e eficazes. As perspectivas provenientes da aprovação do Tratado de Lisboa para as regiões permitem-nos acreditar que, cada vez mais, a UE reconhece a necessidade do tratamento diferenciado a dar às RUP. Assim, defendemos que o Comité das Regiões deve ter um papel preponderante no debate e na defesa das posições de cada região no seio da União Europeia. Saliente-se que cada região tem a sua especificidade e, por isso, a implementação de políticas deve resultar de uma análise profunda da região em causa para se poder desenvolver de forma coesa e sustentável. Citamos aqui o Senhor Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa, Rodrigo Oliveira, numa declaração à comunicação social a propósito da realização de sessões de esclarecimento em todas as ilhas do arquipélago sobre este tema: “Todas as ilhas dos Açores constituem realidades diferentes com problemas diferentes, pelo que a auscultação das suas populações permitirá ao Governo Regional demonstrar, em Bruxelas, essas mesmas diferenças”. Concordamos plenamente com a afirmação e só esperamos que esta auscultação feita permita a quem de direito uma defesa ainda mais intransigente dos interesses da Região Autónoma dos Açores. Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara).

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Cátia Amaral, representante da Escola Secundária da Lagoa.

Deputada Cátia Amaral (S. Miguel): Exmo. Sr. Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da região Autónoma dos Açores; Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos; Exmos. Convidados; Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Parte integrante da União Europeia, que se baseia em princípios como a igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos, a livre circulação de pessoas, a estabilidade económica e o desenvolvimento harmonioso pela redução das desigualdades entre as diversas regiões e do atraso das menos favorecidas, as regiões ultra-periféricas, pelas suas características inerentes, ou seja, o afastamento, a insularidade, a pequena superfície, o relevo e o clima difíceis, a dependência económica face a um número limitado de produtos, fazem com que estas regiões se encontrem, em muitos aspectos,

afastadas destes propósitos gerais da UE, não só em termos geográficos, mas, acima de tudo, em termos de acesso a oportunidades.

No entanto, e devido a todos estes condicionalismos, a verdade é que os défices de desenvolvimento destas regiões têm obrigado a uma atenção permanente nas formas de concretização nestes territórios da intervenção da União, e o Tratado de Lisboa reafirma o estatuto especial que estas regiões têm no contexto europeu e mantém esta realidade presente na actuação da União Europeia.

Aliás, o Tratado exige da União e das suas instituições um especial esforço de adaptação das políticas e acções comunitárias com impacto sobre as Regiões Ultraperiféricas (RUP), em função das suas características e especificidades, que o mesmo define e reconhece no n.º 2 do art. 299.º, autorizando, assim, que o Conselho adopte medidas específicas para fixar as condições de aplicação do Tratado e das políticas comuns às regiões ultraperiféricas, quando exista uma necessidade objectiva de assegurar o seu desenvolvimento económico e social. O objectivo é, assim, garantir a igualdade de oportunidades, como referimos acima, para que as vantagens que a integração na União Europeia proporciona sejam devidamente aproveitadas.

De facto, é a coesão económica e social que exprime a solidariedade entre os Estados-Membros e as regiões da União Europeia; que favorece o desenvolvimento equilibrado do território comunitário, a redução das diferenças estruturais entre as regiões da União, bem como a promoção de uma verdadeira igualdade de oportunidades entre as pessoas. E isso, obviamente, concretiza-se através de diversas intervenções a nível financeiro.

Consequentemente, e com vista a avaliar toda a aplicação deste processo, a Comissão Europeia apresenta, de três em três anos, um relatório sobre os progressos realizados no âmbito da coesão económica e social e sobre o modo como as políticas comunitárias para eles contribuíram. A nosso ver, é positivo que assim seja, pois o contrário poria, sem qualquer dúvida, em causa os princípios fundamentais defendidos pela União Europeia, princípios nos quais todos nós, membros desta comunidade, profundamente acreditamos. Só uma consciente reflexão sobre os avanços económicos e sociais conseguidos em todos os Estados-membros, e, em particular, em todas as regiões ultra-periféricas, de que os Açores são exemplo, poderão, verdadeiramente, contribuir para uma acção mais eficaz e justa.

Para compreendermos a real importância desta questão, basta remontarmos ao Tratado de Roma (1957), em cujo preâmbulo se faz, precisamente, alusão à redução das desigualdades de desenvolvimento entre as regiões. Depois disso, temos vindo a assistir, ao longo da história da União Europeia, a acções comunitárias que pretendiam, precisamente, coordenar e completar financeiramente os instrumentos nacionais. Apesar disso, estas

medidas revelaram-se, posteriormente, insuficientes, num contexto comunitário em que a criação do mercado interno não tinha feito desaparecer, contrariamente às previsões, as disparidades entre as regiões. Assim, em 1986, o Acto Único Europeu introduziu, além da realização do mercado único, o objectivo da coesão económica e social; e o Tratado de Maastricht, em 1992, formalizou, finalmente, esta política no Tratado CE (artigos 158.º a 162.º).

Mas consideremos a realidade actual, pois a preocupação da União Europeia com as regiões mais desfavorecidas continua a ser um ponto fulcral. A da política regional da União Europeia, que constitui a segunda maior rubrica orçamental da União Europeia, com uma atribuição de 348 mil milhões de euros (preços de 2006) para o período de 2007-2013, concentrará a política de coesão económica e social ainda mais nos problemas cruciais de desenvolvimento em matéria de crescimento económico e de emprego, sem deixar de continuar a apoiar igualmente as regiões que não tiverem ainda concluído o seu processo de convergência real pelo que se pode concluir que a simplificação e a descentralização da gestão dos instrumentos financeiros da política regional (Fundos Estruturais e Fundo de Coesão) serão as peças fundamentais da reforma da política regional para o período de 2007-2013.

Por tudo o que foi já referido, é possível verificar que a União Europeia tem manifestado, através de acções concretas de intervenção, uma preocupação crescente em apoiar essas regiões, apostando em medidas concretas que contribuam para o seu desenvolvimento. Mas também é verdade que as especificidades destes territórios devem, acima de tudo, ser vistas segundo uma perspectiva de valorização das potencialidades para a integração no espaço comunitário. Para além disso, as suas características próprias têm de ser entendidas como mais-valias da União Europeia, como é o caso concreto da Região Autónoma dos Açores, e, como tal, reconhecidas e assumidas por todos os Estados-membros. Quer isto dizer que a riqueza e diversidade destas regiões estarão em foco e o seu contributo para o próprio desenvolvimento da União Europeia será uma realidade.

Assim sendo, em termos concretos, existem questões que têm sido consideradas pela União Europeia como áreas de intervenção, embora outras continuem, ainda, aquém daquilo que uma acção mais consertada por parte da UE devia conseguir das nossas ilhas. Falamos, em particular, das questões relacionadas com o nosso património natural, nomeadamente, com as condições ambientais de que dispomos e com recursos considerados únicos na União Europeia, que é preciso proteger, estudar e valorizar. Estes poderão ser, assim, uma aposta importante para conseguir o desenvolvimento da nossa região.

Neste sentido, e de acordo com a consulta pública lançada pela Comissão Europeia com a Comunicação de Setembro de 2007, achamos que os temas seleccionados pela Comissão – as alterações climáticas, a evolução demográfica e os fluxos migratórios, a agricultura e a política marítima – deverão ser encarados como formas privilegiadas para a intervenção comunitária nestes territórios, “fazendo deles terreno para o desenvolvimento de iniciativas de ponta, com alto teor em inovação”, e citamos o documento de contributo do Governo Português para a consulta pública referida acima, que diz, também, e de forma, quanto a nós, bastante consciente das reais necessidades da nossa região, que “Existem diversas outras áreas que são cruciais para o processo de desenvolvimento destes territórios e que ainda não encontraram resposta na intervenção comunitária.”. Das áreas a que se refere o Governo Português, quanto a nós, as que parecem ser realmente fulcrais são as que se referem à política de transportes e às questões energéticas e ambientais não circunscritas à problemática das alterações climáticas. Ora, é precisamente aqui que reside a nossa dúvida, que partilhamos com o que é defendido pelo Governo Português, ou seja, não estarão os eixos lançados pela Comunicação de 2004 sobre as RUP postos em causa, se factores como os que referimos continuam a ter um tratamento insuficiente, ignorando-se o potencial que poderão ter no desenvolvimento socio-económico da nossa região? Será que a União Europeia está assim tão seriamente comprometida na defesa de tudo aquilo a que temos direito como cidadãos da União Europeia? Senão, o que estará, ainda, a impedir por parte da União Europeia uma acção realmente eficaz?

Tal como Portugal espera que as propostas da Comissão que serão apresentadas ainda este ano vão ao encontro destas preocupações, também nós, açorianos, esperamos que elas correspondam ao que nos foi pedido, ou seja, o apresentar de propostas concretas de intervenção.

Como já referimos, reconhecemos o esforço da União Europeia na adopção de medidas a favor do desenvolvimento das Regiões Ultra-Periféricas, e temos consciência que, porque fazemos parte desta comunidade, a nossa região tem visto concretizados muitos objectivos, e o desenvolvimento económico-social tem atingido valores consideráveis, mas, também sabemos que, cada vez mais, a nossa região precisa de medidas mais concretas, de apoios específicos, tendo em conta as nossas particularidades, e de ver reconhecidas as suas potencialidades como região única no contexto da União Europeia. Não seria ideal que, aquilo que se considera o direito à igualdade passasse pelo respeito pelas especificidades de cada uma das regiões que compõem a UE e as acções comunitárias fossem dirigidas em função delas?

Queremos concluir com uma última reflexão. Numa altura em que se faz o balanço do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades, parece-nos

pertinente lembrar que os princípios defendidos pelos Tratados não podem ser esquecidos, nomeadamente na forma como contribuem para a diminuição de todas as formas de discriminação. Acreditamos que a Região Autónoma dos Açores, tal como as demais Regiões Ultra-Periféricas, precisa ver diminuídas as formas como, ainda, não consegue vingar numa Comunidade que foi criada com o propósito de assegurar o desenvolvimento de todos os seus membros, e como, muitas vezes, os seus cidadãos se sentem cidadãos europeus incompletos. Muito obrigada.

(Aplausos da Câmara).

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Espínola, representante da Escola Básica e Secundária da Graciosa.

Deputado Carlos Espínola (Graciosa): Exmos. Srs. Deputados representantes dos partidos políticos, Exmos. Convidados, Exmos. Colegas Deputados, Exmo. Público:

As Regiões Ultraperiféricas são conhecidas por terem um reduzido número de habitantes e por estarem distantes do continente europeu.

Devido ao facto destas estarem distantes da Europa, servem como ponto de ligação para com outros países, de forma a aumentar as suas relações, quer a nível económico, social, político, cultural e comercial.

Apesar das Regiões Ultraperiféricas terem desvantagens, também apresentam vantagens para a União Europeia, uma vez que estão afastadas, possibilitando o aumento do território europeu. Uma vez que estas regiões apresentam algumas dificuldades houve a possibilidade de usufruírem de leis específicas, designadas no nº 2 do artigo 299º do Tratado de Amesterdão. Estas medidas têm como objectivo final ajudar estas regiões a desenvolverem-se a nível social e económico.

Mais tarde o nº 2 do artigo 299º do Tratado de Amesterdão sofreu uma modificação, dando poder ao Conselho para poder intervir na vida política destas regiões e a capacidade de criar leis que visem melhorar o nível de vida das populações, as condições de trabalho das pessoas e “lutar” para que a integridade destas não seja abalada e para manter a ordem jurídica.

Apesar dos Açores não se encontrar tão afastado do continente europeu como as Regiões Ultraperiféricas Francesas, temos características particulares em termos de dispersão geográfica e isolamento.

É necessário que aqueles que representam os Açores junto das instituições comunitárias, tenham sempre presentes as nossas dificuldades, necessidades e apelos. A nossa região não pode perder o comboio de uma Europa unida, que converge para o desenvolvimento económico, social e ambiental. Os açorianos e os governantes dos Açores têm de aproveitar

todas as oportunidades dadas pela UE, em prol do conhecimento, desenvolvimento, etc.

Não devemos esquecer as nossas tradições, costumes e raízes, mas temos que olhar o futuro com uma visão positiva quanto ao facto de fazermos parte de uma grande família constituída por 27 países.

Muito obrigada.

(Aplausos da Câmara).

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Eu gostaria de pedir aos Srs. Deputados que mantivessem os telemóveis afastados dos microfones, para que não existissem interferências.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Sousa, representante da Escola Secundária Antero de Quental.

Deputado João Sousa (S. Miguel): Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados

Açores: Região Ultra-Periférica no contexto da União Europeia.

Foi este o tema proposto e, perante ele, pudemos assentar a nossa reflexão sobre alguns tópicos: Região Ultra-Periférica e União Europeia - de que modo se coadunam? Quais os aspectos positivos e negativos da nossa integração?

Gostaríamos, num primeiro momento, de destacar a importância e o papel protagonizado, desde tempos longínquos, por estas nove ilhas basálticas que compõem o Arquipélago dos Açores.

É de salientar que, em tempos, não mais difíceis do que os de agora, as nossas ilhas começaram por ser o elo de ligação entre continentes; ponto de passagem de mercadoria proveniente dos quatro cantos do mundo e abrigo estratégico que, em tempos de guerra, foi fulcral.

É, em tal contexto, que se inserem as ilhas que habitamos e que hoje, e aqui, são tema de debate como região ultraperiférica da União Europeia.

Os Açores, como parte integrante de Portugal, entraram para a União Europeia em 1986. Aliás, o termo de *Região Ultra-Periférica* foi usado pela primeira vez nos anos 80, por sugestão do governo português. Desde então, sofreram transformações até aos dias de hoje, beneficiando umas vezes, outras, não, das políticas externas vigentes.

Várias políticas têm sido tomadas ao longo dos anos e podem ser inseridas em cinco grupos:

- Fundos e Empréstimos estruturados pelo Banco de Investimento Europeu
- Políticas para explorar a Agricultura, a Pesca e o Turismo
- Políticas Fiscais e Alfandegárias
- Políticas de Transporte e Comunicações
- Políticas relacionados com o Ambiente, Pesquisa, Informação e Cooperação

Não nos queremos alongar sobre aquilo que foram, em concreto, as alterações para os açorianos provocadas pelas políticas referidas, todavia, não podemos deixar de referir que tiveram como objectivo central e inequívoco melhorar as condições de vida dos habitantes destas ilhas, daqueles que as escolhem para a prática do turismo e das nossas empresas e grupos empresariais, na procura de novos mercados regionais, nacionais e internacionais.

É tendo em conta este aspecto de tornar os Açores mais competitivos, no que toca ao comércio e indústria, que se revela de pertinente importância a abordagem da questão dos preços dos bens de primeira necessidade da região.

No arquipélago os preços dos bens essenciais à vida são, por enquanto, mais baixos do que em território continental, o que constitui, sem dúvida, um aspecto muito positivo. Esta circunstância deve-se não só ao facto de a região ter um IVA mais baixo do que Portugal continental, mas também ao facto de o executivo regional, com fundos provenientes da União Europeia, proceder ao pagamento dos custos adicionais adjacentes à insularidade.

Mas, contrapondo-se à realidade de na região serem praticados preços mais baixos em muitas vertentes do comércio, o sector dos transportes, pelo contrário, cujo funcionamento correcto e acessibilidade a todos é fundamental, tendo em conta a nossa situação de isolamento, tem vindo a ser alvo de contínuas alterações que prejudicam, em muitos aspectos, a nossa vida.

No caso concreto das ligações aéreas, os sucessivos aumentos que se têm vindo a verificar nos preços das passagens prejudicam claramente os açorianos, que estão em desvantagem por terem de pagar cada vez mais para se poderem deslocar por via aérea a qualquer parte do Continente Europeu. É claramente um ponto a ser revisto, este do preço das passagens. O acesso ao exterior não pode continuar a ser visto como um luxo de poucos. O contacto com outras culturas, com outras pessoas é uma inquestionável fonte de enriquecimento e crescimento interior.

Ao nível da educação, é imprescindível viabilizar viagens a um custo significativamente mais baixo, de forma a podermos concretizar, também, a nossa integração mais activa no tão falado Processo de Bolonha. Facilitar o nosso estudo pontual ou a termo mais longo num país desta União Europeia a que pertencemos parece óbvio. Facilitar a nossa deslocação, e a dos familiares que nos apoiam, ao continente português, por motivo de estudo, parece-nos indispensável e urgente.

Os transportes inter-regionais aéreos e marítimos também não satisfazem as necessidades daqueles que dependem deles. Para além de existirem em reduzido número, as ligações são pouco regulares e muito dispendiosas. É inaceitável que, constituindo nós um arquipélago de nove ilhas, nos conheçamos tão pouco entre nós. Devendo ser uma Região, somos, afinal, e

talvez apenas, um grupo de ilhas que vivem num espaço próximo no meio do Atlântico. Não podemos aceitar que, para nos deslocarmos “dentro de casa”, tenhamos de pagar, por exemplo, uma tarifa de, aproximadamente, 160 ou 180€ para irmos à Horta ou para irmos ao Corvo.

No que toca ao turismo, sabemos o que valem os nossos recursos naturais, contudo, e apesar dos incentivos, verificamos que há ainda muito a fazer para que os turistas encontrem as condições necessárias à realização de férias com qualidade. É necessário desenvolver políticas que permitam, de forma sustentável, correlacionar a beleza do arquipélago com infra-estruturas aceitáveis. É necessário incentivar a população açoriana para o desenvolvimento das suas potencialidades, para um maior dinamismo turístico. Quantas vezes as pessoas que por cá passam procuram, a horas mais tardias, um restaurante onde tomar uma refeição e encontram tudo fechado? Os restaurantes e cafés têm, na sua maioria, um horário de funcionamento pouco flexível e alargado, o que inviabiliza muitas vezes as pretensões de um turismo de qualidade. Políticas governamentais erradas atraem o tipo de turistas que consome pouco nos Açores e que tem pouco poder de compra. A falta de agressividade na divulgação externa dos Açores e a falta de aposta em turismo de qualidade é ainda mais preocupante.

Por outro lado, a defesa do meio ambiente tem de ser imperativa numa região que baseia o seu poder económico no turismo. A construção de infra-estruturas sem qualquer estudo prévio de impactos ambientais pode afectar a paisagem e consequentemente a fauna e flora. A devastação de árvores e de zonas verdes na região deve ser ponderada, pois também pode mudar a paisagem e afectar vários aspectos naturais.

Algo que também preocupa uma larga percentagem da população açoriana é, sem dúvida, a questão das quotas leiteiras, recentemente aumentadas pelo Parlamento Europeu. O aumento das quotas é benéfico, pois os lavradores dos Açores asseguram que têm capacidade para aumentar a sua produção anual de leite até às 700 mil toneladas sem impacto ambiental, mas alertam que as indústrias de lacticínios devem pagar melhor por esta matéria-prima.

A pesca, por sua vez, torna-se, a cada dia que passa, um problema crónico. A defesa da zona de pesca exclusiva dos Açores é um ponto essencial que tem de ser defendido na nossa economia a qualquer custo. Os problemas são inúmeros, desde a prática de pesca ilegal em águas açorianas, à redução do número de milhas da Z.E.A, à destruição das zonas costeiras ou mesmo aos fracos incentivos à actividade piscatória e às empresas locais do mesmo segmento.

A nossa posição geo-estratégica é também um ponto a ser revisto, pois tantas questões tem levantado em termos de segurança e rendimento para a região.

Por último, e numa área que profundamente nos diz respeito, gostaríamos que o mar que nos separa nem sempre acentuasse a morosidade em termos de eficiência e materialização de propostas. Falamos da problemática concretização do e-escolas. Com o fim do ano lectivo já à vista, não podemos deixar de lamentar que ainda não tenham sido tomadas as medidas necessárias para acelerar o processo de registo e entrega dos computadores do programa e-escolas que agora se alargou para o 11º e 12º anos. Enquanto no continente este processo está a decorrer com uma normalidade aceitável, na Região Autónoma dos Açores as coisas não podiam estar pior. No início do primeiro período, um mês após o lançamento nacional da campanha, secretarias de escolas açorianas ainda nem tinham informações disponíveis relativamente aos procedimentos a adoptar.

Presidente: Sr. Deputado agradecia que terminasse.

O Orador: Não sabiam sequer informar se esta campanha se iria alargar aos Açores. E agora, que o ano lectivo está a terminar, perguntamo-nos, então, se toda a paixão pela educação será apenas platónica.

Em suma, ser uma região ultra-periférica pertencente à União Europeia acarreta, como em qualquer outra situação, prós e contras. Sabemos das nossas capacidades e potencialidades. Com ou sem ajudas do exterior, sabemos que cabe aos nossos governantes e a cada um de nós o empenho diário e continuado para que nos tornemos numa região mais desenvolvida e próspera.

Como jovens, não podemos nem queremos manter-nos na periferia das questões fundamentais, não podemos nem queremos que a ultra-periferia física limite a nossa capacidade intrínseca de voar. E o mar, que aparentemente nos afasta e nos aprisiona, só nos deverá inspirar, só nos deverá ajudar a criar asas mais fortes e mais capazes de irmos mais longe e de sermos melhores.

Obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Sofia Cascais, representante da Escola Secundária Vitorino Nemésio.

Deputada Sofia Cascais (Terceira): Exmo. Sr. Presidente, Exmo. Sr. Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa, Exmo. Sr. presidente da Comissão de Política Geral, Exmos. Srs. Deputados representantes dos Partidos Políticos e caros Deputados:

Não descurando a importância do mesmo para a política regional da União Europeia, o conceito de Região Ultraperiférica é relativamente recente, data, mais precisamente de 1992, por Declaração anexa a Tratado da União

Europeia (Maastricht). As Regiões Ultraperiféricas caracterizam-se pelo seu afastamento em relação ao continente europeu, normalmente associado à insularidade, mas também ao isolamento inerente a factores físicos responsáveis pela limitação do desenvolvimento endógeno do sector primário e secundário. As ecónomas locais/regionais dependem de um reduzido número de sectores ou produtos e o mercado interno é deveras limitado, sendo que, no caso dos arquipélagos, essa limitação intensifica-se, na medida que as relações são estabelecidas entre ilhas, sendo as deslocações comprometidas pelo reduzido número de opções em matéria de transporte.

Compreendidas no espaço europeu, contam-se sete Regiões Ultraperiféricas, seis regiões insulares e uma continental: A Guiana francesa (região embutida no seio da floresta amazónica); O arquipélago das Canárias (comunidade autónoma espanhola); Açores e Madeira (Regiões Autónomas Portuguesas); A Guadalupe e a Martinica (ilhas caribenhas); e a ilha da Reunião (ilha no Oceano Índico).

Em 1997, as Regiões Ultraperiféricas, pelo Tratado de Amesterdão, receberam, ainda, uma base jurídica sólida para a elaboração e execução de políticas específicas.

Enquanto Região Ultraperiférica, os Açores apresentam características particulares à sua condição insular. A insularidade representa um perverso entrave ao desenvolvimento económico da região, na medida que dificulta uma evolução positiva e progressiva das actividades económicas de maior importância na economia açoriana: sector primário.

No panorama da agricultura, a adesão à Comunidade verifica-se deveras importante para os Açores, nomeadamente, pela aplicação de programas comunitários, como o POSEIMA. Este poderoso instrumento de apoio ao desenvolvimento tem demonstrado relevante eficiência na promoção da agricultura e no abastecimento de produtos agrícolas.

“A ultraperificidade, aliada à falta de economias de escala, debilita fortemente as agro-indústrias”, urgindo, deste modo, a adopção de novas medidas não patentes no âmbito da acção actual dos POSEI.

Após a decisão da Comissão para a reforma destes programas, em 2006, os Açores viram as suas principais agro-indústrias alternativas à do leite e da carne altamente prejudicadas. Assim, a falta de especificidade atentando nas características da Região, não apenas no seio da União Europeia., mas também no espectro das Regiões Ultraperiféricas, pôs em causa a diversificação da base produtiva açoriana, inviabilizando a sustentabilidade da agro-indústria. Requer frisar que, no panorama açoriano, estas indústrias poderiam ser responsáveis pela valorização das produções regionais, potencialidade da criação de emprego e promoção de novas culturas e práticas inovadoras, no caso de um avultado investimento da Comunidade no desenvolvimento e incremento das mesmas.

Neste contexto, é de relevar também a importância dos transportes e a viabilização económica dos mesmos na expedição dos produtos regionais, quer a nível interno quer a nível externo, para Portugal Continental e para a União Europeia. Consequentemente, torna-se necessário e indispensável a aposta comunitária no crescimento desta actividade mediadora e tão relevante para o comércio açoriano, altamente condicionado pela insularidade, afastamento em relação ao mercado interno europeu e até pela carência de infra-estruturas especializadas na actividade.

O desenvolvimento efectivo da nossa Região deve passar pelo crescimento da dimensão dos mercados, apenas possível num panorama de incremento dos transportes e viabilização de investimentos externos neste sector, marcado pela ausência de leis de concorrência efectivas. Para os Açores, este crescimento dos transportes inter-ilhas e destas para o continente europeu é crucial para a concretização do turismo na Região e fundamental para a supressão da insularidade e inerente isolamento.

No campo do conhecimento e educação, a eficácia das medidas e programas comunitários é questionável, maioritariamente pela falta de informação. A gestão dos programas merece destaque mas a adesão da população aos mesmos é pouco significativa. Aponte-se a reduzida eficiência das campanhas informativas e até a inexistência de algumas, em particular, no plano dos programas de mobilidade cuja existência é desconhecida de muitos jovens açorianos, principalmente, os que habitam as ilhas menos desenvolvidas económica e socialmente.

Contudo há que louvar a importância e urgência dada pelos governos em algumas áreas do conhecimento, como os estudos referentes à exploração de recursos naturais para a produção de energia. Neste sector, evidencia-se a importância do papel do mar, o recurso mais abundante e explorado pela comunidade açoriana – é o mar que nos separa mas é ele quem mais nos une. O papel das Regiões Ultraperiféricas na Política Marítima da União Europeia sofreu graves alterações. A exploração sustentável dos recursos marítimos e a gestão da Zona Económica Exclusiva são exemplo disto.

Em Junho de 2006, foi publicado pela Comissão um livro verde sobre os diferentes aspectos da Política Marítima Comunitária, efectivada pelo Tratado de Lisboa, em 2007. A publicação destaca a identidade e a supremacia marítima da Europa, no seu conjunto, violando, assim, o disposto no nº 2 do artigo 299º do Tratado sobre o funcionamento da União Europeia, que classifica regiões como os Açores, pelas suas características particulares, como regiões que carecem de tratamento especial no âmbito das políticas da União. Assim, torna-se reprovável a transferência da gestão da Zona Económica Exclusiva para a União, pondo em causa o desenvolvimento sustentável da Região Açores tal dependente das pescas e actividades associadas ao mar. É então possível avançar com uma crítica à

criação de um serviço de guarda costeira europeia quando não forem respeitadas as necessidades e vínculos da Região aos recursos marítimos. Quando e se respeitadas as referenciadas características da Região, é, contudo, seguro afirmar que uma política integrada dos mares pode significar a desenvolvimento de políticas de investigação e inovação, das empresas do transporte marítimo e da energia, reforçando as medidas tomadas até aqui. Atentando no conceito de “Cidadania Europeia”, é oportuno referir as lacunas existentes na percepção europeia dos açorianos. O facto de se tratar de uma Região Ultraperiférica, confere aos Açores uma certa dificuldade na integração efectiva da população num contexto europeu, principalmente numa Europa alargada. Urge promover a integração, através da adopção de medidas concretas que reforcem os açorianos enquanto cidadãos europeus e possibilitem a sua inserção em mercados de trabalho abrangentes e internacionalizados que promovam o papel das Regiões Ultraperiféricas como “parceiras fundamentais no processo de construção europeia”, bem como pôr em prática o conceito de da Cidadania Europeia enquanto ferramenta indispensável para uma participação activa no seio da Comunidade.

Em suma, “o princípio de que a transversalidade das políticas europeias deverá contemplar, no caso das Regiões Ultraperiféricas, discriminações positivas e permanentes”, com vista a desenvolver, de forma sustentável, este espaço tão importante no âmbito da União, salvaguardando, contudo, as particularidades de cada uma das sete regiões. Para os Açores, é fundamental que se tenham sempre em conta as suas particularidades, contribuindo para uma amenização das mesmas através de programas comunitários que favoreçam as suas potencialidades e contribuam para uma redução efectiva das suas assimetrias económicas e sociais.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Senra, representante da Escola Secundária da Ribeira Grande.

Deputado Luís Senra (S. Miguel): Exmo. Sr. Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Convidados, Srs. Deputados, Sras. Deputados, caro público:

O arquipélago dos Açores é conhecido mundialmente pela sua riqueza natural, com paisagens exuberantes, tendo ficado num honroso segundo lugar, num ranking de 111 arquipélagos e ilhas, como um dos melhores destinos turísticos no mundo, no estudo da *National Geographic Traveler*. No nosso arquipélago, os campos e zonas rurais representam quase a totalidade do território da região (99,6%) e é lá que se fixa a maior parte da população (93%).

O turismo, nas zonas rurais, apresenta-se como uma grande potencialidade para a nossa região autónoma, visto que as zonas verdes, as paisagens exuberantes das lagoas, ilhéus, e o aspecto saudável do nosso ambiente, fenómenos naturais, entre outros, fazem dos Açores uma região única em todo o mundo. No entanto, o turismo da região encontra-se especialmente concentrado nos centros urbanos, em conformidade com uma das grandes apostas do governo açoriano que é crescimento do sector turístico. Mas, para crescer de forma sustentável, o nosso turismo tem que aproveitar as potencialidades que a região oferece, o seu “verde característico e natural”. Por isso, propomos que o Governo da Região Autónoma dos Açores não só invista numa hotelaria de grande qualidade, mas também promova o turismo nas zonas rurais, através de: vídeos informativos que consigam dar maior ênfase às diversas potencialidades da região, que vão desde o mar, praias, desportos náuticos, caminhadas, exploração das paisagens (a nível fotográfico e de lazer), a sua gastronomia típica, entre outros. Assim, urge incentivar a criação de sítios na Internet destinados ao anúncio das belezas naturais e das potencialidades oferecidas pela região, por forma a que o arquipélago alcance destaque a nível nacional e internacional. Também é necessário remodelar infra-estruturas, para que se tornem apelativas, como monumentos históricos, fazendo com que estes se transformem em pontos de interesse turístico; profissionalizar os serviços, através da criação de cursos ligados ao turismo e à formação em áreas específicas que contribuam para o desenvolvimento turístico da região incentivar o investimento exterior de projectos de carácter turístico como forma de se “abrir horizontes” para região e, por fim, alcançar o denominado “boom” turístico que traga vantagens para os Açores.

Este turismo pode ser promovido pelas nossas pequenas empresas. No entanto, estas deparam-se com algumas dificuldades. A criação de empresas competitivas constitui um importante desafio para o desenvolvimento sustentável do turismo e economia das RUP. No entanto, o isolamento a que estas estão sujeitas e as dificuldades que estas sentem na expressão das suas preocupações junto das autoridades governamentais, nomeadamente do Governo Regional, são duas das principais dificuldades das empresas açorianas. Paralelamente, as pequenas empresas da região enfrentam outras dificuldades, como os custos dos transportes de mercadoria. A incapacidade de concorrer em mercado aberto devido aos custos da ultraperiferia, e por último, o normal funcionamento das empresas numa economia que a cada dia que passa é mais aberta e competitiva a nível mundial.

Deste modo, propomos a redução da burocracia, melhorar a legislação através de um sistema de consulta regular das pequenas empresas que tenham relevância para a adopção da legislação que lhes digam respeito; seguir/adotar um modelo semelhante à Finlândia que consiste em criar

organizações empresariais que participem em comités responsáveis pela elaboração de legislação; criação de sistemas de consulta regular das médias e pequenas empresas que tenham relevância para a adopção da legislação que lhes disser respeito; fomentar o espírito empresarial desde tenra idade através de iniciativas ao nível do ensino básico e secundário (programas destinados a auxiliar os estudantes a criar uma mini-empresa, consolidar e expandir estratégias de formação para gestores de pequenas empresas, desenvolver laços entre as universidades e as empresas); adoptar medidas destinadas a atenuar o ónus fiscal das pequenas empresas; criar empresas mais competitivas; e, por fim, criar instituições financeiras com vista a melhorar o acesso das pequenas empresas ao financiamento – por exemplo micro créditos flexíveis para mulheres e jovens empresários.

O sector dos transportes tem um papel importante no desenvolvimento das pequenas empresas e do turismo nos Açores. No entanto, as pequenas empresas enfrentam sobrecustos que resultam da distância em relação aos principais núcleos de produção e de consumo, do tamanho reduzido dos mercados locais; do transportes das mercadorias, das viagens de negócios inter-ilhas e para o Continente. Quanto à relação com o turismo, é mais barato viajar em pacotes turísticos para os Açores o que se torna incompreensível, tendo em conta os apoios comunitários recebidos pelas transportadoras destinados à compensação pela nossa insularidade, em termos de transportes de pessoas e bens.

Para isso, propomos que a U.E. suporte parcialmente o custo da inflação crescente nas transportadoras aéreas e marítimas das RUP e aperte a fiscalização à política organizada de preços no sector, colaborando para a redução das tarifas aéreas.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado Luís Senra e de uma forma geral a todos os que aqui fizeram a sua intervenção.

Apresentados os trabalhos, decorre agora o período de inscrições para o debate.

(Pausa)

Não havendo inscrições, vamos dar início ao período da Agenda da Reunião.

(Neste momento o Presidente da Mesa foi substituído pela Deputada Renata Rodrigues).

Presidente: Boa tarde.

Vamos entrar no Período da Agenda da Reunião.

Deu entrada uma Proposta, apresentada pela Escola Secundária Antero de Quental, em que propõe uma **política de juventude que reforce a participação jovem não só com o exterior, resto da Europa, mas também com as 9 Ilhas do Arquipélago dos Açores.**

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Arruda.

Deputado Henrique Arruda (S. Miguel): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em Regiões como os Açores, em que a localização geográfica traz dificuldades a nível económico e social, torna-se necessário dinamizar todos os sectores de forma a promover um elevado nível de competitividade como forma de assegurar o crescimento e melhoramento económico; um desenvolvimento da agricultura sustentável; um equilíbrio entre a conservação ambiental e o grau de utilização dos recursos.

Há, igualmente, a necessidade da União Europeia e os respectivos governos das regiões tomarem posições essenciais, com o intuito de adoptar políticas de gestão de recursos humanos adequadas às necessidades de cada região.

O futuro está nas mãos dos jovens e, como já vem acontecendo, têm dado múltiplos exemplos de empenho e capacidade na prossecução de metas: na animação sócio-cultural e sócioeducativa das comunidades locais; na recuperação das tradições populares; na protecção do património cultural e ambiental; na promoção de inúmeras actividades de carácter desportivo e recreativo.

É nesta linha, e num contexto de um arquipélago, que propomos:

1 - Ao nível do enquadramento legal da actividade juvenil associativa:

- A eliminação dos entraves legais à participação associativa, com a criação de um quadro legislativo facilitador da aquisição de personalidade jurídica por parte das associações juvenis, simplificando os processos burocráticos e suprimindo os encargos financeiros, à semelhança das AE's (associações escolares) e dos clubes de prática desportiva;
- A criação de um regime de contabilidade simplificado, adequado à realidade associativa que dê, por um lado, transparência à vida financeira das associações, mas que não represente, por outro, um entrave à sua actividade;
- A consagração de um regime fiscal específico, com benefícios fiscais, designadamente no que diz respeito ao IVA.

2. A continuação da promoção do acesso dos jovens à informação, que deve ser encarada como uma área prioritária, devendo-se assumir com clareza o desenvolvimento de uma verdadeira rede nacional de informação juvenil, descentralizada e com participação activa das associações na gestão e animação da informação, de modo a assegurar uma maior igualdade de oportunidade a todos os jovens.

3. No concerne ao intercâmbio e turismo juvenil, propomos:

- Uma mais cuidada divulgação dos programas de intercâmbio e a correcção de alguns dos critérios de escolha dos projectos que criam situações de desigualdade inaceitáveis;
 - O acesso das associações à rede de Pousadas de Juventude, que deverá ser facilitado, com a simplificação dos processos burocráticos e o estabelecimento de vantagens económicas;
 - A diminuição dos encargos financeiros, nomeadamente junto das companhias aéreas regionais e transportadoras marítimas.
- Parece-nos claro que a Política de Juventude necessita de um novo impulso que reforce a participação jovem, promovendo não só o diálogo e intercâmbio cultural com o exterior (resto da Europa), mas igualmente com todas as 9 ilhas do nosso arquipélago.
- O associativismo juvenil representa hoje um eixo fundamental da participação dos jovens na sociedade, nos seus múltiplos campos. Catalisador da energia empreendedora da juventude, o associativismo desempenha um papel formativo e pedagógico, fomentando o espírito de participação cívica e a aprendizagem democrática.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Está aberto o debate sobre esta Proposta.

Estão abertas as inscrições.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Ivo Xavier.

(*) **Deputado Ivo Xavier (Faial):** Muito tarde, Sra. Vice-Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados.

Na vossa proposta, em relação ao regime fiscal pedem benefícios fiscais, mais propriamente, sobre o IVA, como sabem este tipo de imposto incide sobre os preços de mercadoria e serviços.

Pretendem benefícios fiscais, a que nível? Qual será o benefício?

Não seria melhor que estes benefícios fiscais fossem ao nível do IRC?

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Deputado Henrique Arruda.

(*) **Deputado Henrique Arruda (S. Miguel):** Muito obrigado Sra. Presidente.

Relativamente à sua questão concordamos que o IRC viria ajudar as associações juvenis, mas somos comunidades jovens que temos que trabalhar para a integração dos europeus, como tal acreditamos que a diminuição de cargas fiscais, nomeadamente do IVA, poderá ajudar na aquisição de bens, que facilita a integração e estadia dos nossos convidados europeus.

Presidente: Dou a palavra à Sra. Deputada Carolina Cabeceiras.

(*) **Deputada Carolina Cabeceiras (S. Jorge):** Sra. Presidente, Caros Colegas:

Na vossa proposta propõem a consagração de um regime fiscal específico, com benefícios fiscais, designadamente no que diz respeito ao IVA.

A nossa pergunta é: qual o regime e de que forma iriam executar as suas funções?

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Deputado Henrique Arruda.

(*) **Deputado Henrique Arruda** (*S. Miguel*): A nossa proposta, relativamente a isso, é reduzir os benefícios fiscais, agora cabe aos Governos, dentro dos possíveis, com os apoios da União Europeia, criar propostas e tentar junto das associações chegar a consenso.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam façam favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretário: A Proposta foi rejeitada com 24 votos contra, 10 votos a favor e 15 abstenções.

Presidente: A Escola Básica e Secundária da Graciosa propõe **que seja leccionado aos alunos no ensino básico matéria relativa à União Europeia.**

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Deputado Luís Correia.

Deputado Luís Correia (*Graciosa*): Sra. Vice-Presidente, Exmos. Srs. Deputados representantes dos partidos políticos, Exmos. Convidados, Exmos. Colegas Deputados, Exmo. Público:

Reconhecendo a importância de conhecer a evolução da Europa desde do surgimento do Tratado de Roma e a necessidade de acompanhar a União Europeia na actualidade, propomos que seja leccionado aos alunos no ensino básico matéria relativa à origem, objectivos e instituições da União Europeia. Consideramos que desta forma, podemos educar e preparar as crianças para a verdadeira cidadania europeia e para uma melhor compreensão do sonho de uma Europa unida.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Está aberto o debate sobre esta Proposta.

Estão abertas as inscrições.

Dou a palavra à Sra. Deputada Carolina Ormonde.

(*) **Carolina Ormonde** (*S. Miguel*): Queríamos apenas dizer que já existe uma disciplina com esse propósito que é Formação Cívica, nos 2ºs e 3ºs ciclos. Isto viria apenas aumentar a carga horária dos alunos.

Uma disciplina com este conteúdo deveria ser apenas implementada a partir do 10º. ano e com carácter facultativo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Correia

(*) **Deputado Luís Correia** (*Graciosa*): Nós estamos a propor que seja instituída na Disciplina Estudo do Meio, matéria desta ordem para que as crianças possam, ser desde o início, educadas para uma nova Europa e mais unida.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Machado.

(*) **Deputada Beatriz Machado** (*S. Miguel*): Embora tivéssemos achado a vossa Proposta pertinente e até original, pois achamos bastante importante educar para a cidadania europeia, desde muito cedo, queremos que nos expliquem de que forma o ensino desta matéria irá fornecer o desenvolvimento das RUP, tema aqui em debate hoje.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Correia

(*) **Deputado Luís Correia** (*Graciosa*): As crianças no ensino básico são educadas de forma a rejeitar o alcoolismo, as drogas, essas coisas que fazem mal à saúde. Nós, se de uma forma ordeira e simplicada educarmos as crianças como é constituída a Europa, acho que elas quando crescerem, vão saber do que é que estão a falar e o que são.

Nós fizemos uma sondagem, e a maioria das pessoas não sabia do que estávamos a falar. Perguntávamos o que era o Tratado de Roma, elas não sabiam. Perguntávamos o que era a União Europeia, a maioria não sabia.

Por isso achamos que se forem educadas desde a infância, vão saber dizer o que é a União Europeia.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Oliveira.

(*) **Deputada Beatriz Oliveira** (*S. Miguel*): Concordamos com a vossa proposta, mas gostaríamos de saber de que forma iriam implementar esta medida e uma vez que abrange o primeiro ciclo se seria de uma forma lúdica e dinâmica.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Correia

(*) **Deputado Luís Correia** (*Graciosa*): Como já disse ela seria implementada na disciplina de Estudo do Meio e nessa altura prepararíamos actividades de forma a que elas pudessem aprender e no fundo respeitar o ambiente, nomeadamente no início da semana iriam verificar o contador da água e no final fariam novamente a verificação e assim concluiriam se reduziram ou aumentaram esse consumo. Desta forma verificamos se estão a progredir os seus conhecimentos.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Castanheira.

Patrícia Castanheira (*Terceira*): Vocês referiram que iria ser leccionado na disciplina de Estudo do Meio, só que a própria disciplina já tem um programa e isso implicaria que esse programa aumentasse e acarretaria um maior número de períodos de aulas.

Em termos de orçamentos e formação dos próprios professores como passariam à prática esta ideia?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Correia

(*) **Deputado Luís Correia** (*Graciosa*): O que nós pretendemos é adaptar esta matéria à disciplina que já existe, não acrescentar.

O que queremos é que as crianças no futuro saibam o que andam cá a fazer e quais os problemas que a União Europeia tem, para não acontecer o que aconteceu na Graciosa, em que a maioria das pessoas nem sabe o que é a Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Dr. Rodrigo Oliveira.

Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa (*Dr. Rodrigo Oliveira*): Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Comissão de Política Geral, Sra. Deputada, Sras. e Srs. Deputados:

Não quero de modo nenhum fazer uma interpelação aos proponentes, mas gostaria de lançar duas ou três ideias.

Em primeiro lugar, muito rapidamente, permitam-me que dê os parabéns pela qualidade dos trabalhos que apresentaram, vem um pouco fora de tempo mas a oportunidade é merecedora. As expectativas eram grandes, já me tinham transmitido que eram trabalhos muito interessantes mas de facto excederam. Parabéns pela qualidade da análise, pela profundidade dos conhecimentos e pelas perspectivas futuras que apontaram em áreas que são fundamentais. Penso que a nossa Região estará bem entregue na vossa geração, com propostas tão concretas e tão ambiciosas para a mesma.

Em relação às duas propostas que foram feitas e particularmente em relação ao associativismo permitam-me lançar um desafio para reavivarem os vossos clubes europeus das escolas. Há muitas escolas que já têm os seus clubes europeus, muito activos, mas existem ainda algumas que ou não os têm ou têm-nos desactivados há muito tempo.

Nós teremos todo o gosto em dar o apoio que nos for possível, temos tido uma actividade interessante com alguns clubes europeus e portanto é um desafio no âmbito do associativismo ligarem as vossas actividades aos assuntos da União Europeia.

Em terceiro lugar, em relação a essa questão da disciplina, em concreto, também quero dizer e reafirmar aqui que sessões de esclarecimento são interessantes e por isso mesmo sobre essa questão de origem, objectivos e Instituições da União Europeia, vamos fazer sessões de esclarecimento, muito em breve, em todas as escolas. Esperamos, por isso, poder receber-vos lá com o mesmo entusiasmo que aqui estão.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam façam favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretário: A Proposta foi aprovada por maioria com 35 votos a favor, 8 votos contra e 6 abstenções.

Presidente: Passamos à próxima proposta que vem da Escola Secundária da Lagoa e propõe **a criação de centros de energia das ondas.**

Para apresentar a proposta tem a palavra a Sra. Deputada Carolina Furtado.

Deputada Carolina Furtado (S. Miguel): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores; Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos; Exmos. Convidados; Caros Colegas Deputados; Exmo. Público:

A recente comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu sobre a estratégia de desenvolvimento das Regiões Ultraperiféricas defendia como uma das áreas primordiais de acção a questão das alterações climáticas. Numa resposta a este documento, o Governo Português, num contributo para a consulta pública promovida por aquela Comissão sobre o desenvolvimento das RUP, refere que esta problemática assume, na nossa região, especial relevância dada a existência de factores que condicionam fortemente a preservação da qualidade do ambiente e, conseqüentemente, a promoção do desenvolvimento sustentável. Nesta medida, as RUP estão em clara desvantagem, uma vez que têm um acréscimo de custos relacionados com a resolução de questões de índole ambiental, consequência da condição ultraperiférica. Não obstante esta realidade, é um facto que estas regiões, à sua escala, contribuem desde há muito tempo para o combate às alterações climáticas, designadamente através de uma forte aposta nos recursos renováveis endógenos e em acções de economia de energia, uma vez que uma crescente exploração de recursos endógenos limita as emissões de CO₂. A Região Autónoma dos Açores tem, neste campo, constituído um exemplo amplamente reconhecido pela União Europeia na utilização de fontes renováveis. Mais concretamente, o Centro de Energia das Ondas do Pico tem tido um importante papel no desenvolvimento da utilização desse tipo de energia, o que faz com que os Açores contribuam para a concretização dos objectivos delineados pela Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, ou seja, a redução do impacte ambiental através da utilização de energias renováveis.

Por tudo isso, e porque a melhoria do balanço energético permitirá a redução da dependência da nossa região em relação ao exterior; porque as zonas costeiras portuguesas, em especial a costa ocidental do continente e as ilhas dos Açores, têm condições naturais entre as mais favoráveis do mundo para o aproveitamento da energia das ondas, queremos propor que a União Europeia atribua verbas específicas destinadas à instalação de centrais de obtenção de energia das ondas nas ilhas dos Açores, num financiamento continuado ao desenvolvimento desta tecnologia e à obtenção de equipamentos e suporte técnico.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Está aberto o debate sobre esta Proposta.

Estão abertas as inscrições.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Higinio Fonseca.

(*) **Deputado Higinio Fonseca** (*S. Miguel*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Região Autónoma dos Açores; Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos; Exmos. Convidados; Caros Colegas Deputados:

Gostaria de referir que esta energia das ondas, essa aposta nas energias renováveis, é uma aposta que cada vez mais se deve investir nela, porque realmente é o futuro que está em causa, sabendo que as não renováveis estão em crise, o petróleo sobe e o gás natural já foi mais viável do que é actualmente.

Eu gostei muito da sua intervenção, porque abordou o problema das energias renováveis, assunto importantíssimo para os Açores, porque tem imensas potencialidades, relativamente a esse campo.

Contudo, a energia das ondas, tem custos elevados relativamente a outro tipo de energias. Relativamente à energia eólica a produção é menos contínua.

Antes de se implementar qualquer tipo de energia renovável é preciso fazer um estudo muito aprofundado das potencialidades de cada Ilha e só aí averiguar qual é que poderá ser a mais rentável e qual poderá ser a pedra basilar da economia, porque no fundo estamos a falar de um tipo de energia que irá impulsionar a economia e a própria sustentabilidade da Ilha.

Presidente: Dou a palavra à Sra. Deputada Joana Cordeiro.

(*) **Deputada Joana Cordeiro** (*S. Miguel*): Caros Colegas, Excelentíssimo Público:

Tal como o Deputado Higinio Fonseca e o Dr. Rodrigo Oliveira referiram, a energia do mar é realmente uma das grandes apostas e é nos Açores que podemos encontrar este grande recurso renovável.

Também como o Dr. Rodrigo referiu em todas as ilhas não é possível que haja o mesmo tipo de exploração, por exemplo energia geotérmica não é possível em todas as ilhas. Portanto em cada ilha temos que encontrar uma solução consoante a natureza nos oferece.

Todos sabemos que não é uma Proposta fácil, implica vários custos para realizá-la, mas a energia é algo que cada vez mais está tão em voga nestes tempos.

É uma Proposta de vários alunos, praticamente todos da mesma idade, não somos Deputados, nem somos nós que vamos investir, mas sim é uma ideia que temos, claro que ser aprovada e ser posta em prática ou não, o nosso

dever hoje aqui é dar ideias, apresentar propostas e em relação ao dinheiro não somos nós, será o Governo, serão todas as pessoas que irão pôr isso em prática.

Realmente são custos elevados, mas como todos sabemos a energia do mar tem de ser explorada e todos precisamos dessas energias.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Higinio Fonseca.

(*) **Deputado Higinio Fonseca** (*S. Miguel*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Região Autónoma dos Açores; Exmos. Srs. Deputados:

Respondendo à Sra. Deputada, realmente um bem-haja a essas iniciativas, e eu acho extremamente empolgante que exista isto no meio da juventude, porque se a juventude já está com os olhos postos no futuro, provavelmente o nosso futuro será mais risonho do que se pode vir a calcular.

Eu concordo consigo, quando diz que os custos não têm que ser um entrave aqui, mas a grande problemática que existe, é que apesar de ser uma potencialidade, acho que tem de ser uma energia alternativa, a nossa economia não pode ser baseada apenas nesse tipo de energia.

Falava-me que a energia geotérmica não existe em todas as ilhas, mas a eólica garantidamente todas têm.

Muito obrigado pela sua Proposta, eu fiquei deliciado em saber que existem pessoas que já pensam assim, mas apenas quero fazer este reparo: este tipo de energia só pode ser utilizada como alternativa e não como principal fonte energética.

Obrigado.

Presidente: Dou a palavra à Sra. Deputada Joana Cordeiro.

(*) **Deputada Joana Cordeiro** (*S. Miguel*): Caros Colegas, Excelentíssimo Público:

Muito obrigado pelo seu elogio, mas não me devo ter feito entender, pois estávamos aqui a propor apenas mais investimento nesta área, mas não abandonar as outras, porque sabemos que aqui no Faial, bem como em outras ilhas é possível que existam outras.

Estamos aqui a propor mais este tipo de energia, porque como já foi dito, a energia do mar é uma fonte que pode chegar a todas as ilhas e queríamos reforçar a ideia que pode ser mais desenvolvida

Pensamos que o que possa advir desta fonte renovável, não seja único, mas sim mais um que poderemos obter.

Obrigada.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam façam favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretário: A Proposta foi aprovada por maioria com 36 votos a favor e 16 abstenções.

Presidente: Srs. Deputados vamos suspender os nossos trabalhos, regressamos às 17 horas.

(Eram 16 horas e 15 minutos).

Presidente: Boa tarde.

Srs. Deputados vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 05 minutos).

Passamos à próxima proposta que vem da Escola Secundária Manuel de Arriaga e propõe **a defesa dos interesses dos açorianos em relação à Zona Económica Exclusiva.**

Para apresentar a proposta tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Oliveira.

Deputada Pedro Oliveira (Faial): Sra. Presidente da Mesa e Secretários, Sr. Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Convidados, Srs. Deputados, meus Srs. e minhas Senhoras:

1 — Elegendo o problema da Zona Económica Exclusiva como um dos mais importantes para a nossa economia, incentivamos o Governo a actuar de forma incisiva na defesa dos interesses açorianos.

Obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Está aberto o debate sobre esta Proposta.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa).

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam façam favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretário: A Proposta foi aprovada por maioria com 45 votos a favor e 6 abstenções.

Presidente: A Escola Básica e Secundária de Velas, propõe a **criação de um programa de inter-câmbio juvenil para os alunos do ensino secundário e universitário.**

Para apresentar a proposta, tem a palavra o Sr. Deputado João Azevedo.

Deputado João Azevedo (*S. Jorge*): Sra. Presidente da Mesa e Secretários, Sr. Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Convidados, Srs. Deputados, meus Srs. e minhas Senhoras:

“Virá um dia em que todas as Regiões do Continente sem perderem a sua qualidade distinta e a sua gloriosa individualidade se fundirão estritamente numa unidade superior e constituirão a fraternidade europeia.

Virá um dia em que não haverão outros campos de batalha para além dos mercados, abrindo só as ideias.

Virá um dia em que as balas e as bombas serão substituídas pelos votos”.

Victor Hugo proferiu estas proféticas palavras em 1849, mas foi preciso mais de um século para que as suas premonições começassem a tornar-se realidade.

Durante este tempo duas guerras mundiais e inúmeros outros conflitos prostraram em solo Europeu e houve momentos em que toda a esperança parecia perdida.

Hoje, a primeira década do séc. XXI traz à Europa novas dificuldades e novos desafios.

Mas esta União Europeia é uma família de países democráticos europeus, empenhados num projecto de paz e prosperidade. Não se trata um estado que pretende substituir estados existentes, nem se limita a ser uma organização de cooperação internacional. Na realidade, a União Europeia é algo de único. Os estados membros criaram instituições a quem delegam parte da sua soberania para que as decisões sobre questões específicas de interesse comum possam ser tomadas democraticamente a nível europeu.

Actualmente a União Europeia é composta por 27 estados membros e 490 milhões de pessoas e trata muitas questões de importância directa para a nossa vida quotidiana. A Europa é, ainda, um continente com muitas tradições e línguas diferentes mas também com valores comuns como a democracia, a liberdade e a justiça social. A União Europeia defende essa diversidade de valores, promovendo a cooperação entre os povos da Europa, defendendo a unidade mas preservando a diversidade e garantido que as decisões são tomadas o mais perto dos cidadãos. Acreditamos que muitos dos objectivos da União Europeia já foram alcançados, mas ainda há um longo caminho a percorrer para que de facto nos consideremos uma «união» no verdadeiro sentido da palavra e se este é um facto para a maior parte dos países que a compõem, não o é para as regiões ultra-periféricas. Estas Regiões foram objecto de uma declaração anexa ao Tratado da União Europeia. O Tratado reconhece a situação social e económica estrutural das regiões ultra-periféricas, condições agravadas pelo grande afastamento ao continente, pela insularidade, pela pequena superfície, pelo relevo e clima difíceis e pela sua dependência económica, factores que prejudicam gravemente o seu desenvolvimento. Se é verdade que os países da União

Europeia diferem em muitos aspectos, é certo que as RUP diferem muito mais.

E para que estas Regiões se sintam menos sozinhas no meio do oceano propomos a criação de um programa de inter-cambio juvenil na linha do Sócrates e Erasmus para os alunos do ensino secundário e universitário das RUP.

Assim os jovens destas regiões insulares poderiam experimentar novas culturas e tradições e seriam um incentivo à procura de uma carreira profissional fora do seu País ajudando a desenvolver estas Regiões Europeias. Só assim poderíamos quebrar barreiras e ajudar o desenvolvimento destas Regiões.

Tenho dito.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Está aberto o debate sobre esta Proposta.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Ormonde.

(*) **Deputada Mariana Ormonde** (*S. Miguel*): Cara Presidente da Mesa, caros Deputados:

Queremos dizer que concordamos com a vossa Proposta mas temos algumas dúvidas.

Gostaríamos que nos esclarecessem como seriam realizados esses intercâmbios, como seriam financiados e como poderiam os estudantes participar neles.

Muito obrigado

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carolina Cabeceiras.

(*) **Deputada Carolina Cabeceiras** (*S. Jorge*): Cara Presidente da Mesa, caros Deputados:

Esse intercâmbio seria financiado por um Fundo Europeu e iria ser feito entre as RUP, é o que estamos aqui a debater.

Portanto é apenas isto, feito entre as RUP, financiado por um fundo europeu.

Presidente: Tem a palavra a Dra. Mariana Matos.

(*) **Deputada Mariana Matos** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Director Regional:

Eu queria aproveitar esta oportunidade para vos saudar a todos pelas excelentes propostas que têm trazido a este Plenário e relativamente à Proposta da Escola Básica e Secundária de Velas eu tenho uma dúvida. Gostava de saber se aquilo que pretendem é que estes estágios a realizar, seriam nas Regiões Ultra-Periféricas ou da Região Ultra-Periférica para a Europa, para os outros países pertencentes?

Penso que esta ideia é interessante mas gostaria de vos informar, no caso de não o saberem, que o Governo Regional já disponibiliza alguns estágios profissionais, nomeadamente, o Eurodisseia, Leonardo Da Vinci, o Bento de Góis para as escolas, as bolsas de estudo e de criação na área cultural, que também, são feitas no estrangeiro.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Azevedo.

(*) **Deputado João Azevedo** (*S. Jorge*): Cara Presidente da Mesa, caros Deputados:

Sra. Deputada muito obrigado pela sua pergunta e pelo seu esclarecimento. Respondendo à sua pergunta este programa seria entre as RUP, mas também poderíamos abrir para o continente, com o compromisso dos estudantes que fossem estudar e estagiar para o continente europeu voltassem para as RUP para ajudarem a desenvolver os meios urbanos ou rurais das mesmas.

Não sei se respondi à sua pergunta.

Deputada Mariana Matos (*PS*): Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique.

(*) **Deputado Henrique Arruda** (*S. Miguel*): Srs. Deputados, Sra. Presidente:

Gostaria de aproveitar a minha intervenção para sublinhar um aspecto um tanto ou quanto contraditório, que reside no facto do vosso grupo parlamentar ter apresentado uma Proposta nas mesmas linhas gerais do que a nossa e sobre a qual votaram contra.

Srs. Deputados, as Velas são a favor ou contra os intercâmbios juvenis?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Azevedo.

(*) **Deputado João Azevedo** (*S. Jorge*): Cara Presidente da Mesa, Caros Deputados:

Sr. Deputado, as Velas são a favor do intercâmbio juvenil.

Votámos contra a vossa Proposta porque, de certa forma, a vossa medida vai de encontro à nossa, mas não totalmente.

O que nós queremos é desenvolver as Regiões Ultraperiféricas, que é o que estamos a debater aqui.

Nós queremos criar estágios dentro das regiões ou no continente europeu, mas com o compromisso desses jovens voltarem para ajudar a desenvolver as ilhas ou os arquipélagos das Regiões Ultraperiféricas.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Ormonde.

(*) **Deputada Mariana Ormonde** (*S. Miguel*): Cara Presidente da Mesa, Caros Deputados:

Só gostaria que nos esclarecessem uma dúvida.

Como é que os estudantes poderiam participar nesse intercâmbio, se por concurso, se pelas suas médias, ou algo assim?

Muito obrigado

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Sara Silveira.

(*) **Deputada Sara Silveira** (*S. Jorge*): Cara Presidente da Mesa, Caros Deputados:

Respondendo à sua pergunta as inscrições poderiam ser feitas através da Junta de Freguesia, como se fossem bolsas de estudo.

Poderiam ainda ser feitas através da Escola, ou até mesmo tendo em conta a média dos alunos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Sousa.

(*) **Deputado João Sousa** (*S. Miguel*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. Deputadas, Srs. Deputados:

No seguimento destas intervenções, nomeadamente na vossa intervenção de resposta ao Deputado Henrique Arruda eu acho que convinha relembrar que nós começamos esta Sessão Plenária por nos congratularmos por este momento em que podemos debater questões que dizem respeito à Região, numa perspectiva edificante.

No meu entender acho que deveremos manter uma linha objectiva, positiva e construtiva.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Azevedo.

(*) **Deputado João Azevedo** (*S. Jorge*): Cara Presidente da Mesa, Caros Deputados:

Sr. Deputado, eu apenas gostaria que me esclarecesse se isso era uma pergunta ou uma afirmação?

Sinceramente, pareceu-me mais uma afirmação e se era afirmação fê-la a seu favor, defendendo a sua medida.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Sousa.

Deputado João Sousa (*S. Miguel*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. Deputadas, Srs. Deputados:

Muito obrigado por esta interpelação.

O que eu fiz foi basicamente uma interpelação, porque quando o voto a favor não se adequa, mas quando a rejeição também não se encontra adequada eu acho que há sempre a hipótese da abstenção.

Eu interpretei aquilo que eu disse como uma interpelação às vossas palavras.

Apenas isso.

Muito obrigado.

Presidente: Dou a palavra à Sra. Deputada Carolina Cabeceiras.

(*) **Deputada Carolina Cabeceiras** (*S. Jorge*): Sra. Presidente, Caros colegas:

Caro Deputado, o meu colega João já falou sobre isso e a vossa medida não estava realmente de encontro à nossa. Tinha um aspecto em comum sim, o intercâmbio entre as RUP, mas o resto da medida não estava de acordo.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam façam favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretário: A Proposta foi aprovada por maioria com 44 votos a favor e 6 abstenções.

Presidente: Passamos para a proposta apresentada pela Escola Secundária das Laranjeiras em que pretende um **crescimento económico e a aproximação da nossa Região com a União Europeia.**

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Sofia Sousa.

Ana Sofia Sousa (S. Miguel): Cara Presidente da Mesa, Exmo. Senhor Vice-presidente da ALRAA, Exmo. Srs. Presidente da Comissão Geral, Exmos. Srs. Deputas da ALRAA, Exmo. Srs. Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa, caros Deputados do IX Plenário Jovem, caros convidados e convidadas:

Um dos aspectos a melhorar nos Açores como Região Ultraperiférica é o crescimento económico e a aproximação da nossa Região com a União Europeia. O crescimento económico é necessário para uma vida mais estável da população tal como acontece em outras regiões europeias. E para que nos sintamos mais como cidadãos activos e pertencentes à Europa temos que contactar mais com esta. O Turismo pode ser uma das respostas as este dois desafios, e para isso há que melhorar e modificar certos aspectos.

Como podemos fazê-lo?

Através da qualificação e requalificação da mão-de-obra apostando na educação, nomeadamente em cursos técnicos e profissionais, de modo a melhorar a qualidade do serviço e atendimento; pela consciencialização e sensibilização da população para um bom acolhimento dos visitantes; pela melhoria do sector da restauração com a promoção da gastronomia regional; pela melhoria e liberalização das ligações aéreas permitindo que novas companhias voem a partir dos nossos aeroportos; e ainda pela manutenção do equilíbrio entre o crescimento do Turismo e o Ambiente não deixando que o desenvolvimento afecte a riqueza paisagística e cultural das ilhas.

Obrigado

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Está aberto o debate sobre esta Proposta.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Deputada Carolina Cabeceiras.

(***Deputada Carolina Cabeceiras** (*S. Jorge*): Sra. Presidente, caros colegas:

Não sei se foi impressão minha, ou se foi realmente o que eu percebi.

Querem levar os alunos das escolas básicas para as escolas profissionais?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Sousa.

(***Deputada Ana Sousa** (*S. Miguel*): Sra. Presidente, Caros Colegas:

Nesta Proposta o que nós pretendemos não é retirar os alunos das escolas básicas para as escolas profissionais, mas sim, porque há cursos que existem em várias escolas das várias ilhas dos Açores, em que há muitos alunos que vão para estas escolas, não por vocação mas sim por obrigação.

Começa-se a inserir, por exemplo, nos PROFIJ e depois quando acabam esses cursos a formação que têm não é a devida, não é uma formação competente para exercerem determinada função.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Castanheira.

(***Deputada Patrícia Castanheira** (*Terceira*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas:

Tenho apenas uma dúvida, na questão de sensibilizar e consciencializar a população. Quais são as medidas que propõe? O que fariam para tornar isso uma realidade?

Presidente: Dou a palavra à Sra. Deputada Carolina Ormonde.

(***Deputada Carolina Ormonde** (*S. Miguel*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas:

Para a sensibilização e consciencialização da população, com vista a um melhor acolhimento, teriam de ser feitas campanhas de sensibilização pelas escolas, Juntas de Freguesia, por exemplo.

Obrigada.

Presidente: Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam façam favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretário: A Proposta foi aprovada por maioria com 18 votos a favor, 7 contra e 26 abstenções.

Presidente: A Escola Básica e Secundária do Nordeste propõe **medidas, para as Regiões Ultraperiféricas, relativas ao mar e às ligações aéreas.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Fernandes para apresentar a proposta.

Deputado Tiago Fernandes (*S. Miguel*): Ex^{mo} Sr. Vice-Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Ex^{mos} Convidados, Ex^{mos} Srs.

Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Caros Colegas Deputados, Ex^{mo} Público:

Um dos principais objectivos da União Europeia é resolver os problemas existentes nas regiões ultraperiféricas. Consideramos que a união dentro da União faz a força. Por conseguinte, somos da opinião de que as RUP devem organizar-se em estruturas mais coesas e eficazes, uma vez que revelam problemas comuns. Assim, unidas, conseguirão encontrar soluções comuns.

Tendo em conta que o mar é um sector onde podemos apostar para um desenvolvimento das nossas regiões (desenvolvimento esse sustentável), propomos:

1. A criação de cursos profissionais orientados para a actividade piscatória,

As RUP deveriam abarcar uma maior dinâmica turística, promovendo circuitos entre os seus territórios, divulgando, assim, a sua tradição, a sua cultura, a paisagem e todas as mais valias que possuem e, que, em rede, podem ser mais destacadas. Desta forma, propomos:

2. A criação de mais ligações aéreas entre as RUP, com preços acessíveis aos residentes das mesmas, promovendo, assim, uma maior mobilidade populacional, cultural e económica.

Obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Está aberto o debate sobre esta Proposta.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Castanheira.

(*)Deputada Patrícia Castanheira (Terceira): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas:

A minha questão prende-se tão somente com custos.

Criar cursos profissionais orientados para a actividade piscatória requer dinheiro, porque como vocês sabem é necessário um vasto leque de material.

Relativamente aos preços acessíveis aos residentes nas viagens, com o crescente aumento do preço do petróleo como é que pretendem alcançar esses preços?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago .

Deputado Tiago Fernandes (S. Miguel): Ex^{mo} Sr. Vice-Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Ex^{mos} Convidados, Ex^{mos} Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Caros Colegas Deputados, Ex^{mo} Público:

Quanto à questão do preço das viagens estas deveriam ser apoiadas pela Direcção Regional, como acontece por exemplo para grupos folclóricos,

bandas de música, para estes fazerem intercâmbios entre as Regiões Ultraperiféricas.

Tal como disse a Sra. Deputada, o preço do petróleo está a aumentar, por isso se a Direcção Regional da Juventude participar em metade da viagem os custos já ficam mais reduzidos.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam façam favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretário: A Proposta foi aprovada por maioria com 45 votos a favor e 7 abstenções.

Presidente: Passamos para a próxima proposta: **Promoção sustentável do turismo nas zonas rurais.**

Esta proposta é apresentada pela Escola Secundária da Ribeira Grande e tem a palavra a Sra. Deputada Sara Borges para fazer a sua apresentação.

Deputada Sara Borges (S. Miguel): Exma. Presidente, Ex^{mos} Convidados, Ex^{mos} Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Caros Colegas Deputados, Ex^{mo} Público:

A Escola Secundária da Ribeira Grande propõe um desenvolvimento sustentável do turismo nas zonas rurais, no Arquipélago dos Açores, através de uma actuação efectiva do Governo Regional e da U.E. junto das pequenas empresas locais e das transportadoras aéreas e marítimas.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Está aberto o debate sobre esta Proposta.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Espínola.

(*) **Deputado Carlos Espínola (Graciosa):** Exmos. Srs. Deputados representantes dos partidos políticos, Exmos. Convidados, Exmos. Colegas Deputados, Exmo. Público:

Vocês na vossa proposta solicitaram um apoio, por parte do Governo e da U.E., ao desenvolvimento das áreas rurais.

Este apoio já é prestado pelo Governo Regional e tem um conjunto de incentivos para desenvolver os Açores, mais particularmente, as zonas rurais onde a percentagem do montante a fundo perdido aumenta, se o promotor for jovem ou se o projecto for apelativo.

Quero dizer com isto que já existem apoios prestados pela U.E.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Senra.

(*) **Deputado Luís Senra (S. Miguel):** Exmo. Sr. Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Convidados, Srs. Deputados, Sras. Deputados, caro público:

Por acaso é verdade, esses fundos já existem, mas mesmo existindo esses fundos porque é que o turismo continua a concentrar-se nas áreas urbanas? Se esses fundos existem para alastrar o turismo para as zonas rurais, porque é que este continua a preferir as zonas urbanas?

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam façam favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretário: A Proposta foi aprovada por maioria com 28 votos a favor, 6 votos contra e 18 abstenções.

Presidente: Passamos à próxima proposta, apresentada pela Escola Secundária das Laranjeiras, em que pretende **qualificar os recursos endógenos, de modo a valorizar a cultura e costumes açorianos.**

Para apresentar o diploma tem a palavra a Sra. Deputada Sofia Lopes.

Deputada Sofia Lopes (S. Miguel): Exmo. Sr. Presidente, Exmo. Sr. Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa, Exmo. Sr. presidente da Comissão de Política Geral, Exmos. Srs. Deputados representantes dos Partidos Políticos e caros Deputados:

Todos nós sabemos que o nosso Arquipélago é uma fonte de riqueza no que diz respeito aos recursos endógenos, ou seja, recursos que são próprios de uma determinada região. Estes recursos são variados, já que o leite dos Açores, o ananás, a banana, a carne, a energia geotérmica e eólica, o chá, a meloa, o queijo ou o vinho, por exemplo fazem parte da nossa realidade. Todos estes recursos possuem qualidades distintas em termos de propriedades físicas, químicas, entre outras, que lhes conferem visibilidade para o exterior.

Assim, queremos qualificar estes recursos endógenos, de modo a valorizar a cultura e costumes açorianos fornecendo apoio nomeadamente formação e educação para apostar na qualidade dos produtos e conseqüentemente termos notoriedade a nível europeu, como no caso da Irlanda que apostou na educação e adquiriu bons resultados.

Iremos então propor a diversificação e inovação de produtos para não nos concentrarmos no que apenas conhecemos e vemos países exteriores ultrapassarem-nos, detendo nós, as mesmas capacidades.

Após a obtenção de lucros com esta medida outro aspecto relevante a tratar será a redução externa relativamente à questão das energias.

Considerando as potencialidades dos Açores a nível de energia geotérmica e eólica, seria uma boa proposta implementar em todas as ilhas uma central ou um parque que fornecesse energia a cada uma delas.

Obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Está aberto o debate sobre esta Proposta.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ivo Xavier.

(*) **Deputado Ivo Xavier** (*Faial*): Sra. Presidente, Caros Deputados:

Eu só queria salientar um aspecto que é o seguinte: o vosso Grupo parlamentar aposta na diversificação, mas não se esqueçam que não deveremos apenas apostar nos produtos de S. Miguel, como o chá, a meloa, mas também nos das outras ilhas.

Penso que o vosso Grupo salientou mais os produtos típicos da Ilha de S. Miguel.

Mais, a Irlanda apostou na educação tal como as antigas repúblicas soviéticas

Apenas isto.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Sofia Lopes.

(*) **Deputada Sofia Lopes** (*S. Miguel*): Caros Deputados:

Eu acho que não referi apenas os produtos da nossa Ilha, porque por exemplo no sector da pecuária, o leite e a carne, todas as ilhas desenvolveram este sector.

Quando nós falamos em diversificar ou em inovar o que pretendemos é, não apostar na quantidade mas sim na qualidade, para assim podermos competir na União Europeia.

Obrigada.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam façam favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretário: A Proposta foi aprovada por maioria com 29 votos a favor e 10 votos contra.

Presidente: Segue-se mais uma proposta, desta feita, apresentada pela Escola Secundária de Lagoa: **Implementação de voos Low Cost na Região Autónoma dos Açores.**

Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Cordeiro para apresentar o diploma.

Deputada Joana Cordeiro (*S. Miguel*): Exma. Sra. Vice-Presidente, Exmos. Srs. Deputados representantes dos Partidos Políticos, ilustres convidados, caros colegas Deputados, ilustre público:

Numa reflexão sobre a futura estratégia europeia para as RUP, achamos que uma das áreas que não tem ainda encontrado resposta na intervenção comunitária, mas que é crucial para o processo de desenvolvimento da nossa região, é a que diz respeito à política dos transportes.

Actualmente, segundo o especialista britânico em aviação, Jonhatan Gavin Eccles, que esteve em Ponta Delgada no passado mês para participar nas Jornadas Técnicas de Turismo, promovidas pela Câmara do Comércio e Indústria local, 30% do mercado europeu é servido por companhias *low cost* (voos de baixo custo), sendo este um mercado em expansão e com grandes resultados económicos e financeiros. A verdade é que o aparecimento destas companhias veio modificar por completo a indústria da aviação civil. Numa altura em que as companhias aéreas têm vários desafios pela frente e se deparam com os aumentos constantes dos combustíveis e dos seguros, a aliança entre companhias aéreas poderá ser encarada como uma forma de sobrevivência. Para além disso, aquele especialista chega mesmo a afirmar que os voos de baixo custo são um mercado atractivo, que resulta em ilhas como a Sardenha, por exemplo, e que poderia ter bons resultados nos Açores. E sugere que uma solução para que as companhias *low cost* passem a voar nos Açores poderia passar pelo estabelecimento de parcerias com a SATA. Achamos que esta medida poderia ser concretizada, por exemplo, pelo estabelecimento de um determinado número de voos semanais em regime *low cost*.

Sendo assim, tendo em conta que a Região Autónoma dos Açores é a única das Regiões Ultraperiféricas que ainda não beneficia destes serviços; que uma redução dos preços dos transportes iria ao encontro de um dos princípios fundamentais defendidos por um dos três eixos da estratégia de 2004 da Comissão Europeia, a acessibilidade nas RUP; que todos os açorianos, sem excepção, usufruiriam da possibilidade de mobilidade em relação à restante União Europeia e dentro da própria região; e, ainda, que a adopção desta medida contribuiria para o desenvolvimento do sector do turismo, área fundamental para a nossa economia; queremos propor a implementação de voos *low cost* na nossa região.

Obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Como temos uma Proposta do mesmo teor apresentada pela Escola Secundária Manuel de Arriaga dou a palavra à Sra. Deputada Cátia Escobar, para apresentação da mesma.

Deputada Cátia Escobar (Faial): Sra . Presidente da Mesa e Secretários, Srs. Deputados e Srs. convidados.

Perante o obstáculo natural proveniente da nossa situação geográfica, propomos que sejam criadas medidas que possibilitem a diminuição dos custos dos transportes, nomeadamente do custo das passagens aéreas, minimizando, assim, as consequências da nossa ultraperiferia.

Tenho dito.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Está aberto o debate sobre esta Proposta.

Estão abertas as inscrições.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Higinio Fonseca.

(*) **Deputado Higinio Fonseca** (*S. Miguel*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos; Exmos. Convidados; Caros Colegas Deputados:

Como previamente falei, relativamente aos low cost, aliás fiz essa pergunta ao Sr. Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa, a questão aqui é muito simples, quando se fala em fusão de empresas, não é porque elas se dão bem, naturalmente, é porque elas com esses low cost, já estarão a sofrer esses efeitos.

Esta posição também foi defendida pela Sra. Deputada Cátia Escobar, mas não acham que isso a nível regional iria ter um impacto no turismo que seria negativo?

Sim, iríamos trazer mais pessoas para os Açores, mas será que não iriam ser aquelas pessoas que não têm dinheiro para gastar na Região? Muito provavelmente, porque se não têm dinheiro para pagar uns míseros 200€, embora para nós seja muito porque somos pessoas que residimos nos Açores e temos que ter algum tipo de benefício, para eles não é nada, porque pagam 200€ para ir para França, pagam 200€ para ir para qualquer outro sítio.

Realmente essas excepções dos low cost, estão inseridas em mercados que são muito maiores dos que o nosso, onde as companhias não satisfazem a necessidade do mercado e aí sim senhor eu concordo, mas nos Açores dado o seu caso específico e dado o mercado que nós temos é impossível, é impraticável para as empresas de transporte nacional e regional, a nível aéreo, que se pratique os low cost.

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Deputado Alexandre Mendonça.

(*) **Deputado Alexandre Mendonça** (*S. Jorge*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos; Exmos. Convidados; Caros Colegas Deputados:

Eu quero fazer uma pergunta relativamente à proposta dos voos low cost.

Não digo que discordo, mas nos Açores, e entre as ilhas mais pequenas vão sempre os mesmos aviões, como seria possível um voo ser um voo standard e outro voo ser um voo low cost?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Cordeiro.

(*) **Deputado Joana Cordeiro** (*S. Miguel*): Exma. Sra. Vice-Presidente, Exmos. Srs. Deputados representantes dos Partidos Políticos, ilustres convidados, caros colegas Deputados, ilustre público:

Vou tentar esclarecer a dúvida, poderá servir para os dois.

Com o devido respeito, não percebi bem onde é que o Sr. Deputado Higinio queria chegar, pois o que queríamos propor eram apenas algumas parcerias e não companhias de voo em separado.

Nalguns voos semanais - e temos o caso do continente que tem excelentes resultados - o que queria dizer não era um voo, mas sim dentro da SATA, no caso aqui dos Açores, poderiam existir alguns que fossem reservas. Mas isto parcerias, e não os dois diferentes.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ivo Xavier.

(*) **Deputado Ivo Xavier** (*Faial*): Sra. Presidente, caros Deputados:

Queria apenas destacar que a nossa proposta não promove os low cost, mas sim a diminuição do custo das passagens para os açorianos saírem dos Açores.

Queríamos que os açorianos tivessem oportunidade de saírem mais vezes dos Açores com passagens aéreas mais baratas.

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Deputado Higinio Fonseca.

(*) **Deputado Higinio Fonseca** (*S. Miguel*): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos; Exmos. Convidados; Caros Colegas Deputados:

Não quero estar a citar palavras de ninguém mas onde eu queria chegar era exactamente onde aquele Senhor chegou que é uma dinamização por parte da SATA, ou de qualquer outra companhia aérea. Será o caminho a tomar.

O ideal será reduzir o máximo dentro dos possíveis, pois como todos sabemos, dentro do panorama económico mundial o petróleo está a subir, cada vez existe uma inflação maior nesse preço, mas as low cost de forma alguma, iriam contribuir para o desenvolvimento dos Açores, porque certamente já viram imensos turistas irem ao hiper comprar imensos produtos, portanto são pessoas que têm pouco dinheiro.

Eu continuo a dizer que para as pessoas que residem nos Açores 200€ é muito, porque nós somos um caso específico. Agora as low cost iriam trazer pessoas para os Açores que não iriam fazer evoluir o turismo.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação da Proposta da Escola da Lagoa.

Os Srs. Deputados que concordam façam favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretário: A Proposta foi aprovada por maioria com 13 votos a favor , 3 votos contra e 37 abstenções.

Presidente: Vamos passar à votação da Proposta da Escola Secundária Manuel de Arriaga.

Os Srs. Deputados que concordam façam favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretário: A Proposta foi aprovada por maioria com 38 votos a favor, 3 votos contra e 8 abstenções.

Presidente: Por fim temos uma Proposta relativa à **preservação do ambiente nas nossas ilhas.**

Para apresentar o diploma tem a palavra a Sra. Deputada Rita Matias.

Deputada Rita Matias (S. Miguel): Exma. Sra. Presidente da Mesa, Caros Deputados:

Os Açores são, por excelência, como alguém disse, *a natureza viva*. Por isso, as preocupações ambientais devem estar presentes no nosso dia-a-dia como cidadãos preocupados com a preservação das nossas belas ilhas.

Algo que hoje em dia, se torna cada vez mais difícil.

Um dos desafios dos Açores é precisamente, conseguir ter um papel activo nestas questões. Por isso mesmo consideramos que está na altura de unirmos esforços para proteger o que é nosso.

Mas então, caros Deputados, como é que o fazemos?

1 - propomos a progressiva substituição de caixotes de lixo (indiferenciados) por ecopontos, em todas as ilhas, de forma a incentivar a população à prática da reciclagem. Esta substituição deveria ser feita, sobretudo nas escolas, de modo a instruir e alertar os jovens para esta problemática e desta forma, contribuir para a formação de cidadãos conscientes.

2 - Propomos, uma maior informação e esclarecimento por parte das entidades responsáveis, sobre a importância da separação do lixo.

E por fim, o pagamento, no valor de 2 cêntimos, por cada saco de plástico utilizado nas superfícies comerciais. Assim, pensamos que seria um estímulo para que os consumidores reutilizassem os sacos de plástico que têm em casa, contribuindo desta forma para reduzir os impactos ambientais que os sacos acarretam, nomeadamente, por serem feitos a partir de combustíveis fósseis e contribuírem para a emissão de gases poluentes.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Está aberto o debate sobre esta Proposta.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Oliveira.

(*) **Deputada Beatriz Oliveira** (*S. Miguel*): Exma. Sra. Presidente da Mesa, Caros Deputados:

Achamos que é uma boa Proposta mas parece-nos que já houve uma tentativa de implementar.

No entanto, se nos é permitido gostaríamos de sugerir, talvez, não a compra dos sacos plásticos, mas a sua substituição por sacos de papel reciclado que são mais amigos e menos prejudiciais para o ambiente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Matias.

(*) **Deputada Ana Matias** (*S. Miguel*): Exma. Sra. Presidente da Mesa, Caros Deputados

Nós também concordamos, foi uma das hipóteses por nós colocada, mas decidimos utilizar esta medida do valor de dois cêntimos, porque realmente já foi utilizada noutros Países, e nalgumas superfícies comerciais no continente e como deu resultado lá, pensámos que seria mais seguro apostar nisto do que propriamente no uso de sacos de papel.

Contudo, essa questão dos sacos de papel existe na Alemanha e é completamente plausível.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Baptista.

(*) **Deputada Andreia Baptista** (*Faial*): Sra. Presidente da Mesa e Secretários, Srs. Convidados e Srs. Deputados:

Queremos apenas aproveitar a questão para alertar os responsáveis para a necessidade de criar um sistema que possa permitir realmente a reciclagem. Devemos reciclar mas com a certeza que o lixo reciclado foi devidamente tratado e não colocado indiscriminadamente, o que acontece a maioria das vezes.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Matias.

(*) **Deputada Ana Matias** (*S. Miguel*): Exma. Sra. Presidente da Mesa, Caros Deputados:

Realmente isso que acabou de dizer, conjuntamente com maior informação, maior esclarecimento, é necessário, porque o futuro exige e portanto só assim poderemos formar cidadãos conscientes e cidadãos que ajudem a melhorar o passado, onde foram feitas algumas práticas incorrectas.

Obrigada.

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Deputado Higinio Fonseca.

(*) **Deputado Higinio Fonseca** (*S. Miguel*): Exma. Sra. Presidente da Mesa, Caros Deputados:

Como foi dito pela minha colega, essa taxa de dois cêntimos não pode ser aplicada, é completamente descabida, para onde vão esses 2 cêntimos? Não

será mais um encargo para as famílias? Há pessoas que vivem com um ordenado mínimo de 415€ por mês. Isso não seria mais um encargo?

Se esse dinheiro for para instituições ambientais tudo bem. Agora, como sei que provavelmente essas receitas serão para o Governo e não serão aplicadas nesses campos, rejeito essa ideia.

Relativamente ao resto estou completamente de acordo com a Sra. Deputada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Matias.

(*) **Deputada Ana Matias** (*S. Miguel*): Exma. Sra. Presidente da Mesa, Caros Deputados:

Esta medida vem de encontro à seguinte situação. Nós sempre que vamos às compras trazemo-las nos nossos saquinhos. Passados uns tempos ficamos com uma grande quantidade de sacos em casa.

Com esta medida o que é que sucederia? O consumidor para não ter de pagar, reutilizaria os sacos que tem em casa, por forma a não ter de pagar os 2 cêntimos.

Isto seria positivo, não só a nível ambiental, mas também politicamente, porque reduziria a importação dos sacos de plástico.

Segundo as estatísticas na Irlanda eles adoptaram esta medida, só que foi 15 cêntimos, angariaram 23 milhões de euros que foram investidos em projectos ambientais e houve uma redução nos plásticos de 90%.

Caros Deputados, é por aí que temos que ir.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Sara Silveira.

(*) **Deputada Sara Silveira** (*S. Jorge*): Boa tarde.

Gostaria de intervir para a primeira questão. Eu concordo que a separação do lixo seja feito nos ecopontos, mas por exemplo em S. Jorge não há o tratamento de lixo e mesmo que nós façamos essa separação, em contentores feitos por nós em clubes de reciclagem, ele vai parar todo no aterro sanitário.

Têm alguma solução para isto?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Matias.

(*) **Deputada Ana Matias** (*S. Miguel*): Exma. Sra. Presidente da Mesa, Caros Deputados:

Quando não sabemos algo específico, temos de assumir a nossa ignorância. Eu realmente não sei.

Contudo a Sra. Deputado pediu uma ideia, eu vou dar-lha.

Os cidadãos de S. Jorge fariam, como é dever de qualquer cidadão, fazer a reciclagem, e posteriormente o lixo reciclado deveria ir num barco para um sítio, talvez continente, onde possa ser reciclado.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Espínola.

(*) **Deputada Carlos Espínola** (*Graciosa*): Exma. Presidente, Exmos. Deputados representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, caros colegas:

À semelhança da nossa colega de S. Jorge, nós julgamos também que os ecopontos são fundamentais.

Mas como vamos escoar o lixo seleccionado nas várias ilhas?

A medida apresentada por vocês é boa, mas como podemos educar e consciencializar as populações se elas sabem que depois das recolhas o lixo ou vai ser deixado numa lixeira ou em céu aberto?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Matias.

(*) **Deputada Ana Matias** (*S. Miguel*): Se esta medida fosse aceite obviamente o poder político teria que ter uma acção reguladora, ou seja era ele que teria o principal papel de esclarecer, informar cada cidadão e dar aos cidadãos a certeza que esse lixo chegaria a um sítio e seria reciclado.

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Deputado Higinio Fonseca.

(*) **Deputado Higinio Fonseca** (*S. Miguel*): Agora sim, porque não esses dois cêntimos, tendo em conta esse exemplo da Europa do Norte que a Sra. Deputada deu?

Realmente houve uma grande campanha publicitária para sensibilizar as pessoas que era necessário poupar e reciclar.

É preciso investir aí e porque não usar esses 2 cêntimos para uma efectiva campanha de sensibilização das pessoas, pois no fundo isso melhoraria de uma forma geral o panorama e assim estaria de acordo completamente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Matias.

(*) **Deputada Ana Matias** (*S. Miguel*): Obrigada Sra. Presidente.

Caro Deputado concordo plenamente e realmente é isto que é um debate, é formar uma ideia com novas medidas e fazer esta medida mais complexa, e mais segura.

Presidente: Dou a palavra à Sra. Deputada Carolina Cabeceiras.

(*) **Deputada Carolina Cabeceiras** (*S. Jorge*): Boa tarde.

Quando respondeu à questão da minha colega, relativamente ao facto do lixo ser transportado para o continente num barco, eu gostaria de saber onde irá angariar dinheiro para o transporte desse lixo. Os 2 cêntimos serão para esse transporte?

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Matias.

(*) **Deputada Ana Matias** (*S. Miguel*): Obrigada Sra. Presidente.

Cara Deputada, realmente esses dois cêntimos serviriam para financiar esse transporte.

Como eu disse, se esta medida fosse aceite teria de haver um grande apoio por parte do poder político. É fundamental. Logo, teria de haver um grande investimento nesta questão da reciclagem.

Reparem, isto não é um capricho nosso, a reciclagem é necessária. É uma pena quando passeamos pela rua e vemos poucos ecopontos.

Na União Europeia, e nós estamos dentro dela, há países muito mais avançados neste aspecto. Porque não a Região Autónoma dos Açores?

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Deputado Ivo Xavier.

(*) **Deputado Ivo Xavier (Faial):** Sra. Vice-Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados:

Eu apenas tenho uma dúvida. Esses famosos 2 cêntimos vão servir para o barco ou para as campanhas de sensibilização?

(Risos da Câmara).

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Matias.

(*) **Deputada Ana Matias (S. Miguel):** Obrigada Sra. Presidente.

Caro deputado, obviamente teria de haver um investimento por parte do poder político.

Os 2 cêntimos e o investimento político, acho que dariam.

Presidente: Dou a palavra à Sra. Deputada Carolina Cabeceiras.

(*) **Deputada Carolina Cabeceiras (S. Jorge):** Eu prometo que é a última.

Concordo plenamente, quando diz que é triste ver lixo nas ruas, mas por exemplo em S. Jorge, que é um meio pequeno, eu não vou pedir por favor que me dêem ecopontos, nem que façam o tratamento do lixo, portanto gostaria de saber onde vou arranjar ecopontos para fazer isso?

Se são assim tão ecologistas, como vou conseguir ter ecopontos para fazer tratamento do lixo posteriormente?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Matias.

(*) **Deputada Ana Matias (S. Miguel):** Obrigada Sra. Presidente.

Cara Deputada, eu não percebi a questão.

O lixo seria separado, seria levado num barco. Portanto não estou percebendo a pergunta?

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Deputado Higinio Fonseca.

(*) **Deputado Higinio Fonseca (S. Miguel):** Peço desculpa de voltar a interpelar, já são várias vezes seguidas, mas realmente mais famoso que os 2 cêntimos, é esta do barco. Isto já foi discutido no âmbito nacional e foi rejeitado, embora com alguma pena, se fosse esse realmente o intuito dos 2 cêntimos.

A questão é a seguinte: os Senhores. sabem qual é a diferença entre produzir um saco de lixo e reciclá-lo? Sabem qual é a diferença a nível energético? Qual os recursos que precisam a nível de petróleo, a nível de todos os seus constituintes? Quem vai buscar o lixo a casa? Serão os 2 cêntimos que irão pagar isso?

Eu acho que não. Na minha opinião cabe aos Governos criarem incentivos para isso. As instituições é que terão o discernimento para escolher o que farão com esses ditos 2 cêntimos.

O que eu quero dizer é que não estamos apenas dependentes desses 2 cêntimos, se tivéssemos dependentes deles a economia não avançaria.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Matias.

(*) **Deputada Ana Matias (S. Miguel):** Obrigada Sra. Presidente.

Os 2 cêntimos não seriam para o Governo, nem para o Estado receberem lucro, obviamente.

Os 2 cêntimos é apenas uma forma de incentivo para a redução da criação de plásticos. Isto é muito claro Sr. Deputado.

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Deputado Ivo Xavier.

(*) **Deputado Ivo Xavier (Faial):** Após este debate penso que a melhor solução será em vez de dois cêntimos alargarmos para quatro cêntimos, dez cêntimos, por cada saco. Os 2 cêntimos não vão servir para as campanhas de sensibilização nem para os barcos.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Matias.

(*) **Deputada Ana Matias (S. Miguel):** Obrigada Sra. Presidente.

Os Srs. Deputados estão a ver o assunto doutra maneira.

Os 2 cêntimos é um valor simbólico, seria um incentivo para a redução.

As pessoas ao verem que têm os sacos em casa e ao saberem que têm que pagar, o que é que vão fazer? Vão levar os sacos que têm em casa e estão a reutilizá-los.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Azevedo.

(*) **Deputado João Azevedo (S. Jorge):** Sra. deputada ainda bem que falou nisso, porque a minha intervenção é sobre isso.

Se as pessoas levam os sacos de casa, não vão pagar os dois cêntimos, então como pensa pagar o barco que vai das ilhas que não têm ecoponto para o continente?

(Risos dos deputados de S. Jorge).

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Matias.

(*) **Deputada Ana Matias (S. Miguel):** Obrigada Sra. Presidente.

Caro Deputado, o dinheiro poupado com a importação dos sacos de plástico iria servir para o barco, para os ecopontos.

Não se esqueçam dos esforços políticos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Sousa.

(*) **Deputado João Sousa (S. Miguel):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. Deputadas, Srs. Deputados:

Eu propunha aqui que esquecêssemos os 2 cêntimos, porque os dois cêntimos é aquilo que se deve evitar, portanto são a coima. Serão aplicados

se nós não cumprirmos aquilo que é devido, que é levar os sacos que temos em casa.

Portanto acho que ir fazendo a reciclagem, para ir educando as gerações vindouras, é mais importante. Não haver solução para o tratamento do lixo não é uma fatalidade, neste momento.

No futuro, quando a solução chegar as pessoas já estarão educadas para a recolha selectiva e portanto já terão a solução ideal.

Portanto, acho que neste momento o mais importante é consciencializar. Os dois cêntimos poderiam ser utilizados mas nas primeiras vezes, posteriormente as pessoas utilizariam consecutivamente os sacos que vinham utilizando anteriormente.

Portanto, os dois cêntimos aqui são um bocado a evitar.

O que se pretende com esta medida é a educação das pessoas para a reciclagem, que é muito importante.

Embora não tenhamos uma solução fácil neste momento para o lixo, no futuro poderemos vir a ter com a educação que estamos a promover agora.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Matias.

(*) **Deputada Ana Matias (S. Miguel):** Obrigada Sra. Presidente.

Concordo em parte com aquilo que disse. Apenas quero dizer o seguinte: a mentalidade das pessoas é a coisa mais difícil de mudar e essa mudança é feita a longo prazo.

Contudo, as questões do ambiente não se pode esperar a longo prazo, tem de ser agora.

No fundo o que se pretende é sensibilizar as futuras gerações, os jovens, os idosos, mas isto não basta.

Países como a Irlanda ou a Alemanha não se limitaram a consciencializar os seus cidadãos. Tomaram medidas concretas.

É isso que estamos a propor.

Presidente: Visto que estamos à volta desta assunto há muito tempo, vamos aceitar as últimas inscrições. Quem quiser fazê-lo, faça-o agora.

(Pausa).

Dou a palavra à Sra. Deputada Sofia Cascais.

Deputada Sofia Cascais (Terceira): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. Deputadas, Srs. Deputados:

Eu acho que a ideia deles na fixação da quantia era mais simbólica do que propriamente o custo em si.

O que eles queriam mesmo era criar uma medida para ajudar o ambiente. Nesse sentido eu concordo plenamente.

Por outro lado o que os nossos colegas Deputados de S. Jorge estavam a dizer também tem de ser tido em conta que é o facto deles não terem ecopontos na sua Ilha.

Se calhar temos que aprender a andar primeiro e só depois correr.

Essa é uma boa medida e acho que deve ser aceite, no entanto há medidas com maior prioridade neste momento na Região.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Matias.

(*) Deputada Ana Matias (S. Miguel): Obrigada Sra. Presidente.

Realmente é preocupante a questão das pequenas ilhas, quanto a estes assuntos.

Eu realmente desconhecia, por exemplo, que em S. Jorge, não acontecesse isso.

Penso que se esta medida fosse aceite alguém mais especializado, mais dentro do assunto, obviamente teria de arranjar uma solução, muito mais correcta para a situação das pequenas ilhas.

Já agora, obviamente que há melhores medidas do que esta, mas esta foi a que nós pensámos e realmente achamos que é necessário ser agora.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Óscar Teixeira.

Deputado Óscar Teixeira (S. Miguel): Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputada.

Gostaríamos de destacar que o concelho do Nordeste foi pioneiro nesta iniciativa de recolha selectiva de resíduos.

A Câmara Municipal do Nordeste distribuiu por todos os municípios ecopontos procedendo à sua recolha porta a porta.

Tem sido uma iniciativa de sucesso, verificando-se que os nordestenses estão plenamente familiarizados com os processos de selecção de resíduos, encontrando-se assim sensibilizados com a importância da reciclagem.

Desta forma, consideramos positiva toda a iniciativa neste âmbito.

Obrigado.

Presidente: Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam façam favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretário: A Proposta foi aprovada por maioria com 32 votos a favor, 1 voto contra e 20 abstenções.

Presidente: Passamos à apresentação do **Projecto de Decreto Legislativo Regional que aprova um conjunto de medidas de integração dos Jovens Açorianos na Europa.**

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Castanheira.

Patrícia Castanheira (Terceira): Ex^a. Sra. Vice-presidente, Exmo. Sr. Director Regional, Sr. presidente da Comissão de Política Geral, Exmos.

Srs. Deputados e Sra. Deputada dos Partidos Políticos, caros Deputados e público:

No espaço europeu entre os países estabelecem-se relações de troca caracterizadas pela interdependência, predominam as empresas transnacionais, a informação generaliza-se e circula de imediato pelo mundo atingindo todas as dimensões do social – do económico ao cultural. Um dos aspectos marcantes da Europa de hoje prende-se com os movimentos da população, surgindo fluxos migratórios, geralmente associados a motivações económicas, e fluxos de turismo que potenciam um maior contacto entre as populações à escala mundial.

Na aldeia global em que vivemos, sabemos de tudo o que se passa no mundo, contactamos com povos e culturas diferentes e as pessoas movimentam-se mais facilmente. Desse encontro entre povos e culturas resultam processos de intercâmbio comercial, científico, técnico e artístico, caracterizados pela adopção de elementos materiais e espirituais de diferentes culturas. Há que promover uma coabitação cultural como centro de uma cidadania europeia. Na Europa unida, os países, as regiões e os cidadãos não podem viver à margem uns dos outros.

A ideia de integração europeia, inicialmente, visou a preservação da paz mas evoluiu no sentido de promover a cooperação económica e política, bem como a cidadania europeia, isto apesar das diferenças, culturais, políticas, económicas e sociais existentes. A diversidade cultural está no centro do projecto europeu. Muito separa os povos europeus, a história, a língua e as diferentes visões do mundo. O processo de integração comprova a possibilidade de coabitação sedimentada na adopção de valores democráticos e no respeito mútuo das diversas identidades culturais. A Europa deve promover as pequenas identidades culturais, só esta diversidade levará a uma verdadeira união. A paz, objectivo central do projecto europeu, só será garantida pela coabitação de povos e culturas.

Neste contexto, aos Estados membros e às pessoa colectivas que os integram, cabe, também, a adopção de mediadas e de políticas que ajudem à promoção da integração dos seus cidadãos no espaço europeu, à coabitação cultural, à divulgação do conhecimento, da informação e da cultura, em suma, que promovam o desenvolvimento e uma integração efectiva na Europa vista como comunidade de ideias, valores e conhecimentos. A Região deverá adoptar estas mediadas conjuntamente com outras que possam combater os custos e as limitações impostas pela localização geográfica do Arquipélago dos Açores aproximando os açorianos dos restantes cidadãos da Europa.

Conscientes da importância que a juventude tem no desenvolvimento do projecto europeu, da necessidade de promover a integração dos jovens açorianos na Europa, da sua inegável capacidade de realização e disponibilidade para aderir a projectos e iniciativas, é proposto um conjunto

de medidas que visam promover a integração dos jovens açorianos na Europa e o reforço da cidadania, medidas a suportar pelo orçamento regional e a implementar pela Direcção da Juventude da Secretaria Regional do Educação e Ciência do Governo Regional dos Açores e que facilitam a mobilidade dos jovens no espaço da Europa e o acesso à informação e ao conhecimento.

Nestes termos o grupo parlamentar da Ilha Terceira apresenta proposta e Decreto Legislativo Regional com o seguinte conteúdo:

Capítulo I **Disposições Gerais**

Artigo 1º Objecto

O presente diploma cria um conjunto de medidas destinadas a promover a integração dos jovens açorianos na Europa, a coabitação cultural, a divulgação do conhecimento, da informação e da cultura, bem como da cidadania europeia.

Artigo 2º Medidas

1- A região suporta os encargos totais correspondentes a todas as medidas destinadas a promover a integração dos jovens açorianos na Europa.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, são consideradas medidas destinadas a promover a integração dos jovens açorianos na Europa:

a) Pagamento de passagens aéreas, entre as ilhas do arquipélago e destinos localizados no espaço dos países que integram a União Europeia;

b) Pagamento de despesas de contrato de prestação do serviço de acesso à rede de Internet;

c) Pagamento dos portes correspondentes à expedição de publicações não periódicas e periódicas de informação especializada de relevante interesse para os jovens.

d) Pagamento de bolsas de estudo a jovens açorianos em Universidades ou Institutos localizados em Estados Membros.

3 – A região suporta os encargos totais das medidas enumeradas no artigo anterior através do orçamento da Direcção Regional da Juventude da Secretaria Regional da Educação e Ciência.

Artigo 3º Competência

1 - Cabe à Direcção Regional da Juventude da Secretaria Regional do Educação e Ciência a implementação, concessão e gestão das medidas destinadas à promoção da Integração dos jovens açorianos na Europa.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior a Direcção Regional da Juventude da Secretaria Regional da Educação e Ciência criará uma divisão de promoção da Integração dos jovens açorianos na Europa que fará parte integrante da Direcção de Serviços de Juventude.

Capítulo II

Medidas de Promoção da Integração dos Jovens Açorianos na Europa

Artigo 4º

Passagens Aéreas

1 - Pagamento de passagens aéreas, destinadas a viagens realizadas por jovens entre as ilhas do arquipélago e destinos localizados no espaço dos países que integram a União Europeia será suportado pela Região em metade do seu valor.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior são beneficiários todos os jovens com idade igual ou inferior a 18 anos, naturais da Região Autónoma dos Açores, ou que nela residam há mais de dois anos.

3 – É excluído o pagamento das taxas de aeroporto.

Artigo 5º

Acesso à Internet

1 - Pagamento de despesas de contrato de prestação do serviço de acesso à rede de Internet por parte dos jovens açorianos será suportado, na totalidade, pela Região.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior são beneficiários todos os jovens que se inscrevam no programa e.Escolas da Secretaria Regional da Educação e Ciência do Governo Regional dos Açores.

Artigo 6º

Porte Pago

1 - Pagamento dos portes correspondentes à expedição de publicações não periódicas e periódicas de informação especializada de relevante interesse para os jovens será suportado pela Região desde que as publicações versem as seguintes temáticas e os seguintes conteúdos:

- a) Ciência;
- b) Tecnologia;
- c) Cultura e conhecimento;

- d) Ambiente e protecção da natureza;
- e) Direito e Ciência Política;
- f) Consumo;
- g) Família e Planeamento familiar;
- h) Informática e multimédia.

2 – Exceptuam-se do regime do presente decreto legislativo as seguintes publicações:

- a) Cuja propriedade ou edição seja da administração central, regional ou local, bem como de quaisquer serviços ou departamentos daqueles dependentes ou de serviços municipalizados;
- b) Gratuitas;
- c) Cujo conteúdo consubstancie uma violação da lei penal;
- d) Que não sejam editadas ou distribuídas por entidades que exerçam a actividade de editor ou de distribuidor ou que não estejam registadas de acordo com o disposto na lei da imprensa;
- e) Pertencentes a partidos políticos, associações políticas ou associações sindicais, patronais ou profissionais.

3 – A região suportará as despesas com a expedição por via marítima das publicações não periódicas e por via aérea das publicações periódicas.

Artigo 7º Bolsas de Estudo

1- Pagamento de bolsas de estudo será suportado pela Região desde que os cursos a que os jovens açorianos se candidatem tenham o grau de licenciatura, mestrado e pós-graduação e versem as seguintes temáticas:

- a) Estudos Europeus;
- b) Direito Comunitário;
- c).....

2 – As condições de candidatura às bolsas de estudo serão regulamentadas pelo Governo Regional mas devem ter em conta a situação económica do aluno e o seu percurso académico.

Capítulo III Disposições Finais

Artigo 8º Encargos

Os encargos decorrentes da aplicação do presente decreto legislativo são inscritos, anualmente, nos orçamentos da Direcção Regional da Juventude da Secretaria Regional da Educação e Ciência

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Está aberto o debate sobre esta Proposta.
Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Dou a palavra à Sra. Deputada Paula Sousa

(*) **Deputada Paula Sousa (Faial):** Obrigada Sra. Presidente. Caros Deputados:

Gostaríamos só que nos esclarecessem o artº. 2, nº. 2, alínea a).

Todas as passagens aéreas são pagas, irá haver um regulamento e tendo em conta a conjuntura económica da nossa Região, como irá ser suportado este Projecto?

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Castanheira.

(*) **Patrícia Castanheira (Terceira):** Se vocês ouviram até ao fim, estas são apenas as medidas.

O artigo 4º. esclarece tudo isso.

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Deputado Ivo Xavier.

(*) **Deputado Ivo Xavier (Faial):** Sra. Vice-Presidente, Caros Deputados:

O vosso artigo 4º. é o que me confunde mais, pois este diz que “O pagamento de passagens aéreas, destinadas a viagens realizadas por jovens entre as ilhas do arquipélago e destinos localizados no espaço dos países que integram a União Europeia será suportado pela Região em metade do seu valor”, ou seja se eu quiser ir passar férias a Itália, por exemplo, o Governo Regional paga-me metade da passagem?

Gostaria de saber quais os critérios para diferenciar.

Já agora o artº. 5º. diz que “... a Internet por parte dos jovens açorianos será suportado, na totalidade, pela Região”.

Eu concordo, mas deveriam ter em conta a situação económica do aluno e o seu percurso académico, tal como no vosso artº. 7º. “Bolsas de Estudo”.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Castanheira.

(*) **Patrícia Castanheira (Terceira):** Como deves saber já existe esta medida mas para jovens até aos 12 anos.

O que nós pretendemos é alargar, para não serem apenas as crianças, digamos assim, a poderem sair dos Açores a metade do preço. Nós também somos jovens e provavelmente, e aqui falo por mim que sou menor, gostaria de ter a possibilidade de sair dos Açores, com mais facilidade. Se já existe até aos 12, por que não alargar mais um pouco?

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Deputado Ivo Xavier.

(*) **Deputado Ivo Xavier (Faial):** Concordo com isso. Também, sou menor e também gostaria de sair dos Açores, mas acho que metade seria um pouco extremo.

Para a população adulto, que paga impostos, não seria um pouco injusto os jovens viajarem a metade do preço?

Acho um pouco injusto para a restante população.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Castanheira.

(*) **Patrícia Castanheira (Terceira):** Eu gostaria de relembrar que nós estamos aqui a falar de integração dos jovens açorianos na União Europeia e não de adultos.

Como nós somos o futuro desta Região, nós é que temos de ver a Europa, nós é que temos que estar junto dos centros de decisão europeus e não os adultos, porque esses, como disse o Sr. Director Regional e o Sr. Presidente da Comissão, estão informados sobre isso, nós não. Nós não estamos junto dos centros de decisão.

Presidente: Não havendo mais inscrições vamos passar à votação, na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam façam favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretário: O projecto foi aprovado por maioria com 35 votos a favor e 16 abstenções.

Presidente: Passamos à votação na especialidade.

Artigo 1º.

Está aberto o debate.

(Pausa).

Não havendo inscrições vamos passar à votação,

Os Srs. Deputados que concordam façam favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretário: O artº. 1º. foi aprovada por maioria com 42 votos a favor e 7 abstenções.

Presidente: Passamos ao artigo 2º.

Está aberto o debate.

(Pausa).

Não havendo inscrições vamos passar à votação,

Os Srs. Deputados que concordam façam favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretário: O artº. 2º. foi aprovada por maioria com 42 votos a favor e 7 abstenções.

Presidente: Passamos ao artigo 3º.

Está aberto o debate.

(Pausa).

Não havendo inscrições vamos passar à votação,

Os Srs. Deputados que concordam façam favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretário: O artº. 3º. foi aprovada por maioria com 45 votos a favor e 4 abstenções.

Presidente: Passamos ao artigo 4º.

Está aberto o debate.

(Pausa).

Não havendo inscrições vamos passar à votação,

Os Srs. Deputados que concordam façam favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretário: O artº. 4º. foi aprovada por maioria com 32 votos a favor e 17 abstenções.

Presidente: Passamos ao artigo 5º.

Está aberto o debate.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Ivo Xavier.

(*) **Deputado Ivo Xavier (Faial):** Sra. Vice-Presidente:

Só tenho uma pergunta a fazer.

Este pagamento da Internet aos jovens será indiscriminadamente feito a todos os jovens açorianos até aos 18 anos, ou haverá algum critério?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Castanheira.

(*) **Patrícia Castanheira (Terceira):** O nº. 2 refere quais os jovens que podem beneficiar.

Presidente: Não havendo mais inscrições vamos passar à votação,

Os Srs. Deputados que concordam façam favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretário: O artº. 5º. foi aprovada por maioria com 32 votos a favor e 17 abstenções.

Presidente: Passamos ao artigo 6º.

Está aberto o debate.

(Pausa).

Não havendo inscrições vamos passar à votação,

Os Srs. Deputados que concordam façam favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretário: O artº. 6º. foi aprovada por maioria com 45 votos a favor e 4 abstenções.

Presidente: Passamos ao artigo 7º.

Está aberto o debate.

(Pausa).

Não havendo inscrições vamos passar à votação,

Os Srs. Deputados que concordam façam favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretário: O artº. 7º. foi aprovada por maioria com 45 votos a favor e 4 abstenções.

Presidente: Passamos ao artigo 8º.

Está aberto o debate.

(Pausa).

Não havendo inscrições vamos passar à votação,

Os Srs. Deputados que concordam façam favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretário: O artº. 8º. foi aprovada por maioria com 47 votos a favor e 2 abstenções.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam façam favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global o projecto foi aprovado por maioria com 44 votos a favor e 5 abstenções.

Presidente: Antes de terminarmos os nossos trabalhos vou dar a palavra à Sra. Deputada Mariana Matos.

(*) Deputada Mariana Matos (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados, Sras. e Srs. Professores.

Eu queria apenas, em jeito de conclusão, por aquilo que me foi pedido, dizer-vos que foi com muito prazer que estive durante este dia a partilhar este momento convosco, ouvindo todas as vossas intervenções e as vossas brilhantes propostas.

Saio daqui com a certeza de que a política açoriana terá com certeza futuro. O Grupo Parlamentar do PS, que me orgulho de ter representado neste dia aqui, é composto por 31 Deputados, de entre esses 31 temos 3 jovens, sendo um deles, eu própria.

Desde sempre o PS tem tido essa preocupação, incluir nas suas representações parlamentares jovens, independentes ou oriundos da juventude socialista, por isso entendo que vocês serão com certeza o futuro neste Parlamento, no Governo desta Região.

Um bem-haja a todos e muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados, Sras. e Srs. Professores, Sr. Director Regional, colaboradores que permitiram a realização deste Plenário Jovem: Quero dirigir-vos breves palavras de estímulo e confiança.

De estímulo pelo importante que há para fazer e do quanto todos nós contamos convosco no presente e no futuro.

De confiança pela prova dada das vossas capacidades hoje, na realização deste Plenário Jovem.

São jovens mulheres e homens com competência, com capacidade e com muita generosidade e voluntarismo para darem o seu melhor à causa pública, à cidadania, à participação política, àquela que poderá vir a ser a vossa participação no futuro, seja no mundo empresarial, seja no mundo político, seja no mundo da cultura, seja enfim no mundo da iniciativa e do empreendedorismo.

Vocês são o testemunho da capacidade que preparamos nesta nova geração açoriana.

Aqui demonstraram, e aqui merecem o meu público reconhecimento de tão bons que são vocês, como qualquer europeu da U.E, das vossas idades. Portanto estão a adquirir competências que vos hão-de habilitar a ser tão bons como os melhores da Europa.

Bem-hajam!

Esta nota não poderia deixar de a registar aqui no Diário das Sessões, que findos estes trabalhos, provavelmente, cada um de vós há-de receber. É um público testemunho que eu queria deixar, honrando todos e cada um dos que intervieram e dos que participaram nos trabalhos que resultaram nas Propostas que aqui apresentaram.

Sinalizei aqui três expressões que revelam aquilo que vocês merecem de reconhecimento.

A páginas tantas, numa das intervenções, dizia a Deputada Mónica Pimentel: “Fazer dos Açores uma Região Ultraperiférica de sucesso”.

Pois muito bem, se é de sucesso que nós queremos tratar vocês são uma garantia de sucesso. Um sucesso geracional e um sucesso político, social, económico e cultural para a Região Autónoma dos Açores.

Dizia o Deputado Carlos Espínola: “Olhar o futuro com visão positiva”. É outra afirmação que eu quero sinalizar porque é este o espírito que vocês aqui demonstraram na dialéctica e no debate entre uns e outros, em cada proposta, mesmo discordando, ou sugerindo e aperfeiçoando, todos vocês viram nas propostas esta visão positiva da actuação cívica que vocês querem representar no presente e no futuro.

Finalmente uma outra expressão que eu também sinalizei que é reveladora da qualidade que vocês estiveram aqui a apresentar. Dizia o Deputado João Sousa: “O nosso desafio interno é conhecermos os Açores”.

Pois bem, este Plenário Jovem, o tipo de intervenções que vocês fizeram, são passos decisivos para todos nos conhecermos uns aos outros, todos nos valorizarmos e termos uma palavra de confiança de estímulo e de elogio aos que fazem bem e cumprem bem o seu dever.

É fundamental termos uma palavra positiva para com alguém que faz bem o que tem de fazer.

Vocês fizeram bem o que tinham de fazer.

O nosso desafio interno é conhecermo-nos a nós próprios, conhecermos os Açores, conhecermo-nos uns aos outros, conhecer os açorianos.

Por aí podemos partir para um futuro mais fundamentado quanto ao nosso horizonte pretendido.

Permitam-me, agora, dizer o que pensei dizer-vos, por iniciativa própria, sobre a temática deste Plenário:

Nos Açores, não queremos estar na ultraperiferia do pensamento, da cultura e da ambição. Já o somos geograficamente! Já o somos economicamente! Porque não há ultraperiferia, nem impedimento para sermos o centro do pensamento, da cultura e da ambição, queremos a Excelência.

É esta nota que eu pessoalmente queria dirigir a cada um de vocês. Tenham a ambição e a ousadia de serem o centro do mundo no pensamento e na cultura. Será assim que daremos um passo em frente, ultrapassando as limitações que temos, humanas, geográficas e outras.

É com estas convicção e confiança que eu não podia deixar de justificar, com alguma emoção, o orgulho que tive de participar e acompanhar os vossos trabalhos no dia de hoje.

Queria finalmente dar-vos uma outra nota, eventualmente, mais pedagógica.

Essa nota pedagógica tem a ver sobretudo com o período das intervenções de tribuna, do debate e votação das propostas.

Hoje, neste Plenário Jovem, o debate aproximou-se do estilo de debate que se faz no Parlamento Europeu.

Não há em cada bancada ou cada grupo parlamentar, como alguns de vós designaram, uma facção ideológica separada da outra. Há uma comunhão de princípios e objectivos que vocês expressaram nas vossas propostas.

Portanto, vocês não debateram diferenças ideológicas, vocês não apresentaram visões de facção ou de parte contra outra parte. Vocês apresentaram objectivos para um horizonte político, social, legislativo – até apresentaram um Projecto de Decreto Legislativo – que não tem como objectivo a marcação da diferença, mas sim a comunhão de um ideal.

Por isso é que eu queria dar essa sugestão, é que neste processo não se trata tanto de estar contra a Proposta do outro, trata-se, sim, de perceber o objectivo político, social, cultural, económico de cada uma das Propostas. As intervenções deram espaço à reflexão mais aprofundada e, tal como dizia, creio que a Deputada Ana Matias, permitiram o seu aperfeiçoamento, com a aceitação das sugestões.

Com esse tipo de Propostas que vocês fizeram, conseguiram partilhar opiniões e sugestões.

Vocês, na verdade, o que aqui apresentaram foram princípios programáticos. Um Deputado até dizia: “Eu não sei como é que essa parte se vai resolver, porque isso compete ao Governo”.

Pois muito bem, vocês apresentaram aqui esse princípio que eu quero que vocês fixem, propostas programáticas, princípios de actuação, de comportamento, de objectivos e de horizontes a atingir.

Portanto as intervenções são mais de negociação do que estar contra. Eu aí confesso, tão voluntariosamente fiz o elogio, que é aliás justo, como também vos quero dar esse alerta. Não compreendi alguns votos contra, designadamente quanto aos votos de congratulação.

Quando a congratulação era uma e só, embora feita e dita de maneiras diferentes, por cada um dos proponentes, não se justifica que se vote a favor numas e contra noutras.

Não se tratava aqui de uma disputa, de quem é que ganha mais votos na proposta que apresenta, mas sim reflexão.

É também assim no Parlamento Europeu.

O debate europeu muitas vezes é mais um processo negocial do que uma disputa de opiniões, do que uma disputa de doutrina ideológica de cada parte.

Hoje vocês deram exemplo disso.

Houve aqui várias intervenções que o demonstraram. Quando afirmavam concordo mas falta aqui isto! Então estes 2 cêntimos significam o quê? Vão para onde? Foram reflexões, sugerindo aperfeiçoamentos às propostas

Aliás o debate da última proposta revelou sobretudo esta disponibilidade intelectual que vocês demonstraram de reflectir a complexidade da proposta e a sua realização e concretização que depois seria realizada pelas autarquias, pelo Governo Regional, pelos políticos, como dizia a Ana Matias.

Portanto vocês debateram sobretudo princípios programáticos e não soluções de concretização destes princípios programáticos que seriam uma segunda fase.

Era esta nota pedagógica que eu vos queria dar, porque na vida, às vezes, é mais fácil e até – desculpem que vos diga isso – mais preguiçoso, estar contra a opinião que não é a nossa, e é mais difícil, mais exigente intelectualmente poder descortinar a validade da proposta do outro e contribuir para o seu aperfeiçoamento.

Espero que, na saída deste Plenário, vocês tenham essa atitude cívica de cidadania de contribuir para melhorar o que já está proposto e fazer do futuro um caminho que se faz caminhando.

Foi um prazer estar convosco no dia de hoje, desejo-vos um futuro de sucesso, na escola, na família, entre os amigos e na futura profissão de cada um.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Director Regional, Dr. Rodrigo Oliveira.

Director Regional dos Assuntos europeus e Cooperação Externa (Dr. Rodrigo Oliveira): Muito obrigado.

Srs. Membros da Mesa, Sr. Presidente da Comissão de Política Geral, Sra. Deputada, Sras. e Srs. Deputados deste Plenário Jovem, caras e caros amigos:

Vou ser muito breve, já vos aborreci o suficiente hoje. Faço minhas, integralmente, as palavras da Sra. Deputada Mariana Matos e do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, na análise que fizeram.

Gostaria de agradecer a oportunidade que aqui tive de vos transmitir e expor algo que para mim é uma paixão, que é a defesa da nossa Região, no âmbito da U.E..

Espero que possam deste dia levar o “bichinho” do interesse e dos estudos que fizeram pela U.E..

Faço um apelo a que aproveitem as inúmeras possibilidades que vos abrem, no âmbito da mobilidade, no aproveitamento dos Programas de Eurodisseia, Erasmus, mais bolsas. Em breve vamos instituir apoios à frequência de estágios nas Instituições Europeias.

É essencial e fundamental que a vossa geração se interesse pela U.E., pelos interesses desta e que defendam nesta perspectiva de unidade, conhecendo-nos melhor uns aos outros para podermos defender externamente as nossas posições, os nossos interesses.

Tudo aquilo que vos disse hoje, os mecanismos que temos, os direitos, a figura jurídica da ultraperiferia, não serve de nada se nós não a soubermos exercer.

Nós exercemos a nossa cidadania, hoje em dia, promovendo a nossa autonomia, a nossa integração no Estado e a nossa integração na U.E..

É este o apelo que vos deixo. Coloco-me à vossa disposição institucional e pessoalmente, para aquilo que precisarem.

Não se esqueçam que a U.E. faz parte da nossa vivência. Hoje em dia, nas estradas, nos portos, na nossa qualidade de via a U.E. é de facto um contributo fundamental para o nosso desenvolvimento.

Aproveitem! Saibam, defender, acima de tudo, os nossos interesses e a nossa querida Região!

Muito obrigado a todos e até uma próxima.

(Aplausos da Câmara).

Presidente: Srs. Deputados, os nossos trabalhos aproximam-se do fim.

Antes de encerrarmos, a Mesa do Plenário Jovem, propõe uma **Proposta de Deliberação que declara finda a IX Sessão do Plenário Jovem.**

Está aberto o debate sobre esta Proposta.

(Pausa).

Não havendo inscrições vamos passar à votação,

Os Srs. Deputados que concordam façam favor de manter-se como se encontram.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Convidados.

Antes de terminarmos gostaria de agradecer a vossa colaboração no decurso dos nossos trabalhos.

Espero que tenha sido uma experiência positiva e que tenha contribuído para o auto crescimento de todos nós.

Declaro finda a IX Sessão do Plenário Jovem.

Muito obrigada a todos.

(Aplausos da Câmara).

(Eram 19 horas e 05 minutos).

(*) Texto não revisto pelo orador

A redactora: Maria da Conceição Fraga Branco